

E. Antunes de Medeiros

**TRABALHADORES E VIVERES URBANOS:
TRAJETÓRIAS E DISPUTAS NA CONFORMAÇÃO DA CIDADE
UBERLÂNDIA - 1970/2001**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE HISTÓRIA
2002**

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

E. Antunes de Medeiros

**TRABALHADORES E VIVERES URBANOS:
TRAJETÓRIAS E DISPUTAS NA CONFORMAÇÃO DA CIDADE
UBERLÂNDIA - 1970/2001**

Dissertação Apresentada ao Programa de Pós-graduação
em História da **Universidade Federal de Uberlândia**
como requisito parcial para a obtenção do título de
Mestre em História

Área de concentração: **Trabalho e Movimentos Sociais**

Orientação: **Professor Dr. Paulo Roberto de Almeida**

**UBERLÂNDIA-MG
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
2002**

AGRADECIMENTOS

Agradeço à orientação cuidadosa do Professor Dr. Paulo Roberto de Almeida que se pautou sempre pela demarcação de posições, porém, sem imposições.

À Professora Dr^a. Heloísa Helena pelas sugestões constantes, dadas em boa hora, e por ter aceito o convite para compor a banca examinadora.

À Professora Dr^a. Dilma de Paula Andrade também pelo aceite do convite para a banca.

À Professora Dr^a. Déa Fenelon pela contribuição valiosa e pêlos “puxões de orelha” providenciais.

Ao Professor, e amigo de longa data, Antônio de P. Bosi pela única, mas valiosa contribuição.

Ao Professor, colega antigo e amigo recente, Florisvaldo Jr. pela disposição de discutir o trabalho, respeitando, efetivamente, nossas diferenças teóricas. E por ter ajudado que eu compreendesse melhor o significado do que vem a ser amizade, ética e profissionalismo, conceitos tão escassos no meio acadêmico ultimamente.

Aos amigos Luiz e Andréia, Reinaldo e Nilza, e Ana Paula, pelo carinho e pela “torcida” constante.

À CAPES pelo subsídio.

Aos funcionários do Arquivo Geral que, apesar do atendimento direto ao público não fazer parte de seus cotidianos, desdobraram-se gentilmente para viabilizar meu acesso aos documentos sob sua guarda e demonstraram um profissionalismo ímpar.

DEDICATÓRIA

Dedico essa Dissertação aos trabalhadores entrevistados, sem os quais os resultados desse trabalho tornar-se-iam, no mínimo, muito pobres.

À Companheira Taty que suportou minhas ausências devido ao trabalho.

Ao afilhado Alberto esperando que um dia o inspire nos estudos.

*E aos meus pais
Maria Júlia & Hortêncio ^(†), por tudo que tenho, e
principalmente, por tudo que sou!*

TERMO DE APROVAÇÃO

Orientador

Professor Dr. Paulo Roberto de Almeida

Examinadoras

Professora Dr^a. Heloísa Helena Pacheco Cardoso

Professora Dr^a. Dilma de Paula Andrade

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	009
Capítulo I	
A CIDADE QUE SE QUER E A CIDADE QUE SE TEM.....	032
Capítulo II	
TRABALHADORES E GESTÃO PÚBLICA	084
1. Os Gestores e os ambulantes/camelôs:.....	090
2. Os Gestores e os Produtores de Horti-fruti-granjeiros.....	109
3.Trabalhadores e Política.....	120
Capítulo III	
VIVERES URBANOS:	
MARCAS DO PASSADO, CONSTRUÇÃO DO PRESENTE.....	130
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	175
FONTES UTILIZADAS.....	181
BIBLIOGRAFIA	184

LISTA DE ILUSTRAÇÕES, GRÁFICOS e TABELAS

Imagem 1: Deslocamento da residência do Sr. Alcindo.....	043
Imagem 2: Ambulante em avenida central da cidade.....	044
Imagem 3: Deslocamento espacial dos criadores de suínos.....	051
Tabela 1: Desenvolvimento demográfico em Uberlândia – 1960/1991.....	070
Gráficos 1 e 2: Condições de vida em Uberlândia – 1960/1980.....	072
Imagem 4: “Feira da Gente”	106

RESUMO

Esta dissertação tem por objetivo reconstituir parte da história dos ambulantes/camelôs e produtores/comerciantes de produtos horti-fruti-granjeiros, procurando compreender a dinâmica da luta pelo direito à cidade, em Uberlândia-MG, travada por esses trabalhadores, partindo das transformações nas relações sociais a partir dos anos 70.

Por meio desse enfoque, propus-me entender como o cenário urbano veio sendo criado/transformado, nas últimas três décadas, com base nas relações estabelecidas por esses trabalhadores com o poder público, com os demais trabalhadores, com a população em geral, ou seja, como eles desenvolveram estratégias de viver e trabalhar na cidade..

Propus-me compreender, também, as transformações nas relações sociais, tomando por princípio que o estudo da constituição do espaço deve desvendar as marcas que os sujeitos sociais imprimem à cidade, revelando modos de viver e trabalhar, que se chocam com uma imagem cristalizada de cidade, geralmente, elaborada e propagada pelas elites. Compreender a dinâmica das práticas que acompanham as pessoas, os embates por determinados projetos de cidade que se expressam por meio das resistências, das acomodações. Por meio, também, de trajetórias as mais variadas, que engendram percepções, as vezes contraditórias, as vezes claras, as vezes confusas. Enfim, desvendar, mesmo que parcialmente, o emaranhado da teia urbana originada das práticas dos sujeitos sociais na cidade de Uberlândia da década de 70 até o presente.

APRESENTAÇÃO

Ofício árduo este do historiador: o questionamento incessante, procurando o esclarecimento dos processos pelos quais a memória – quase sempre registrada como dominante –, pretende-se una e homogênea. Árduo, pois esta se constitui por meio de uma dinâmica na qual ora se mostra, ora se esconde aos olhos do pesquisador.

Também não é fácil “recortar” processos, projetos ou sujeitos sociais, com os quais nos identificamos sem tomar o caminho fácil de uma história panfletária. Exercer o ofício convida-nos a procurar indícios e evidências que nos permitam eleger determinados processos e não outros que esclareçam processos significativos e/ou representativos da experiência – social – dos indivíduos, buscando desvendar os significados das tensões e das acomodações existentes entre os diversos sujeitos sociais que constituem tanto memórias, que se pretendem hegemônicas, quanto alternativas produzidas na vida cotidiana daqueles que vivem-do-trabalho.

Acredito que, ao pesquisar a relação intrincada entre passado e presente, devemos nos ater tanto às tensões quanto às acomodações, buscar os indícios de questionamento face aos discursos estabelecidos, procurar investigar diferenças, tanto quanto unidades, desvendando, com isso, as ranhuras e brechas no que era considerado cristalizado.

Devemos aguçar nosso olhar para o que tende a colocar em xeque a ordem estabelecida, mesmo que tal tendência, muitas vezes, esteja revestida pelo manto da acomodação, disfarçada, às vezes, pela deferência, travestida outras, em submissão, da parte daqueles que, em muitas ocasiões, são obrigados a “se curvar, para não quebrar”.

Importa, então, *“começar a construir, ao mesmo tempo, a nova história e o novo projeto social, assentados numa compreensão crítica da realidade presente. (...) deveremos refazer nossa forma de entender o crescimento do capitalismo como um progresso,*

para aprender a vê-lo como o desenvolvimento de uma nova forma de exploração; deveremos voltar a explorar tantas alternativas descartadas como utópicas e inviáveis, para comprovar se acaso não havia nelas projetos que apontavam a outras linhas possíveis de evolução”⁽¹⁾

Acredito, como Fontana, que a construção de outra possibilidade para a história – e para a historiografia – esteja assentada na atitude de reconstruir a experiência dos que perderam, dentre tantas derrotas, a visibilidade de suas práticas, de seus projetos, das suas formas de resistência.

Esta dissertação é um exercício neste sentido: investigar parte da história dos ambulantes/camelôs e produtores/comerciantes de produtos horti-fruti-granjeiros, procurando compreender a dinâmica da luta pelo direito à cidade, em Uberlândia-MG, travada por esses trabalhadores, partindo das transformações nas relações sociais a partir dos anos 70.

Por meio desse caminho, procurei entender como o cenário urbano veio sendo criado/transformado, nas últimas três décadas, com base nas relações estabelecidas por esses trabalhadores com o poder público, com os demais trabalhadores, com a população em geral, enfim, a partir das estratégias desenvolvidas de como viver e trabalhar na cidade por essas duas categorias.

Propus-me compreender as transformações nas relações sociais, tomando por princípio que o estudo da constituição do espaço deve desvendar as marcas que os sujeitos sociais imprimem à cidade, revelando modos de viver e trabalhar, que se chocam com uma imagem cristalizada de cidade, geralmente, elaborada e propagada pelas elites. Uma imagem que, em alguns momentos, é também “utilizada” pelas camadas populares, que, baseadas em suas necessidades, anseios e experiências lidam com ela, reelaboram-na e reconstroem-na.

¹ FONTANA, Josep. Breve, e necessária explicação inicial. In: _____. **HISTÓRIA: ANÁLISE DO PASSADO E PROJETO SOCIAL**. Bauru-SP: EDUSC, 1998. p. 11.

Encontrar o caminho mais adequado a essas preocupações, porém, não foi tarefa fácil. A construção desse caminho esteve, desde o início, repleta de muitos percalços com os quais tive que lidar nesta trajetória de pesquisa.

Desde meus primeiros passos na pesquisa em iniciação científica, ainda na graduação, ouvia a afirmação de que a teoria não deveria tornar-se uma “camisa de força” para o pesquisador. Tal argumento sempre foi proferido por todos os professores, independentemente da tendência ou afinidade teórica que professassem.

Essa noção pode ser resumida no sentido de que o pesquisador, imbuído por seus pressupostos teóricos, não deve furtar-se a enxergar a realidade, à medida que esta vai revelando-se e mostrando que é constituída por elementos que, em muitos casos, não estão “previstos” pela teoria que o historiador abraça, ou, até mesmo, vá em sentido contrário a ela. Tanto ouvi, tanto li, tanto discuti essa questão, que eu próprio passei a reproduzir tal afirmativa.

Exatamente por ter conhecimento dessa “armadilha”, ao debruçar-me sobre a obra “O Campo e a Cidade”, de Raymond Williams, tentando evitá-la, caí em outra.

A proposta era pensar Williams tomando por base minhas preocupações de pesquisa. Porém, ao tentar evitar possíveis anacronismos e, principalmente, evitar de “encaixar” sua discussão sobre as relações entre o campo e a cidade, na Inglaterra do século XVI ao XX, na realidade de uma cidade de médio porte no interior de Minas Gerais na passagem do século XX para o XXI, não conseguia fazer o diálogo necessário entre teoria e prática de pesquisa⁽²⁾.

² THOMPSON, E. P. Intervalo: a lógica histórica. In: **A MISERIA DA TEORIA OU UM PLANETÁRIO DE ERROS**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. p. 54. O autor ressalta que esse diálogo “*compreende: um debate entre, por um lado, conceitos ou hipóteses recebidos, inadequados ou ideologicamente informados, e, por outro, evidências recentes ou inconvenientes; a elaboração de novas hipóteses; o teste dessas hipóteses face às evidências, o que pode exigir o interrogatório das evidências existentes, mas de novas maneiras, ou uma renovada pesquisa para confirmar ou rejeitar as novas noções; a rejeição das hipóteses que não suportam tais provas e o aprimoramento ou revisão daquelas que as suportam, à luz desse ajuste*”.

O principal problema para o estabelecimento desse diálogo foi que, apesar de atentar para o fato de Williams estar debruçado sobre fontes literárias que expressavam determinadas visões de campo e de cidade, ao passo que eu vasculhava as fontes jornalísticas referentes à Uberlândia entre 70/2000, não conseguia estabelecer uma relação entre suas preocupações de pesquisa e as minhas. Isso me causou um certo desnorteamento, uma vez que eu também me preocupava com as interações existentes entre campo e cidade.

Concordando com a argumentação de Williams, no que se refere a essas interações, cometia o equívoco de não pensa-las à luz das evidências que encontrava em minhas fontes. Em termos empíricos, não trabalhava a questão mediante o pensamento e as práticas de uma elite local (representada pelos jornais), que, ao contrário dos romancistas e poetas trabalhados por Williams, não desejavam um “retorno a um passado bucólico”.

Ao contrário, estando imbuídos por uma noção exacerbada de progresso, tudo faziam (com algumas exceções de alguns saudosistas) para “apagar” os vínculos da cidade com seu passado rural. Apagar as permanências de práticas e valores, os vários modos de vida originários das relações estabelecidas em um passado não tão longínquo – final do século XIX – em uma pequena vila interiorana e que, de 1970 para cá, recebeu os influxos das ações desenvolvimentistas estaduais e federais capitaneadas pelo regime militar.

Resolvido esse impasse teórico, outros descaminhos da pesquisa necessitaram ser corrigidos. Nesse sentido, foram fundamentais os diálogos, não só com a orientação direta, bem como com as disciplinas e seminários no interior da linha de pesquisa “Trabalho e Movimentos Sociais”.

“Iluminado” pela prepotência da qual só os ignorantes são capazes, havia selecionado para o projeto inicial, dentre os trabalhadores uberlandenses, quatro categorias profissionais tomadas no período compreendido entre 1970 e 2.000, contextualizadas a partir da terceirização,

subcontratação e informalidade. A saber: costureiras do setor de confecção, trabalhadores da construção civil, camelôs/ambulantes e pequenos “chacareiros” que vivem do plantio de hortaliças e/ou criação de porcos e galinhas para comercialização.

Os diálogos mencionados, primeiramente, chamaram-me a atenção para o fato de que cada uma das categorias constituir-se-ia em um objeto de pesquisa, e, para além dos problemas práticos de pesquisa – tempo, por exemplo –, analisar as especificidades de cada uma e, ao mesmo tempo, compreender os pontos de junção entre elas demandaria um esforço desnecessário. Isso, porque, apenas uma categoria seria suficiente para dar conta da forma de relações contextualizadas no interior do mercado de trabalho dito “não organizado”, ou “informal”.

Essa era outra questão pendente: o “mercado informal” de trabalho não era o eixo central de minhas preocupações, apesar de, à época do referido diálogo, confesso que essa questão parecia ter um peso significativo em minha pesquisa. Era mais um “nó” a ser desatado. Se assim o era, ou seja, se, por um lado a questão das “relações informais” pesava em minhas preocupações, por outro, à medida que expunha o andamento de minha pesquisa, ficava claro que as fontes, juntamente com as discussões teóricas realizadas até o momento, “empurravam-me” para a compreensão do direito à cidade no contexto da constituição do espaço urbano e da interação campo/cidade.

Nesse sentido, a questão da informalidade ganhava outra dimensão, passando do primeiro para o segundo plano, uma vez que podia ser vista como uma “conseqüência” oriunda da forma pela qual a cidade veio sendo constituída.

Depois de muito discutir essa questão, cheguei à conclusão de que o ideal seria então trabalhar apenas duas categorias: os ambulantes/camelôs e os produtores/comerciantes de horti-fruti-granjeiros. Os trabalhadores da construção civil e as costureiras foram “descartados”, uma vez que estas

categorias de trabalhadores(as) haviam sido selecionadas pelo fato de apresentarem, diferentemente das outras duas, um trânsito maior entre o mercado de trabalho formal e o informal.

A nova opção, selecionando apenas as categorias ambulantes/camelôs e produtores/comerciantes de horti-fruti-granjeiros, justificava-se visto que ambas possibilitam compreender a interação campo/cidade como um dos elementos fundamentais para a constituição do espaço urbano em Uberlândia, uma vez que são constituídas por indivíduos oriundos do meio rural ou de pequenas cidades da região⁽³⁾ e que permitiram, então, reconstruir, com base nas fontes orais – mas não só nelas –, parte de uma história da cidade que se quer “esquecida” pelas elites locais.

Outro alerta, sinalizado nos seminários, refere-se ao cuidado que se deve ter no trato com a legislação, como fonte documental, porquanto se corre o risco de tratar leis diferenciadas, no que se refere aos seus objetivos, ao público qual é direcionada, ao momento de sua elaboração, entre outras especificidades, como se fossem, genericamente, apenas atos do poder público no sentido de “disciplinarizar o espaço urbano”. Foi-me lembrado que há que se diferenciar as leis que são elaboradas mediante a “imposição” de uma conjuntura política nacional específica, daquelas que são criadas a partir dos conflitos e das experiências vividas pelos diversos agentes sociais na cidade em determinado momento histórico.

No trato com a documentação da Vigilância Sanitária, essas observações constituíram um norte que possibilitou me guiar no sentido de percebê-la como um instrumento não só de “controle”, mas, principalmente, um instrumento de execução de um determinado projeto de cidade, pensado pelas e para as elites locais.

³ Em que pese o fato dos trabalhadores da construção civil e das costureiras apresentarem, também, essa característica, o motivo maior de tê-las selecionado, fora, de fato, a questão da informalidade.

Procurei, também, compreender como as relações sociais na cidade foram tratadas em outros trabalhos e se estes poderiam auxiliar-me a pensar minhas questões. Estabeleci, então, um pequeno, mas necessário diálogo com alguns dos trabalhos que constituem a historiografia a respeito da cidade de Uberlândia. Busquei, nesse exercício, entender como esta cidade fora percebida, pois, cabe ressaltar que nós, os historiadores, também somos parte integrante da cidade e que nossos trabalhos, queiramos ou não, serão também elementos constituidores de suas representações.

A leitura desses trabalhos possibilitou-me pensar várias questões a respeito da cidade. Especialmente a que se refere às discussões sobre uma Uberlândia apresentada pelas elite como “tendo uma vocação natural para se tornar uma cidade progressista”⁽⁴⁾.

Esses trabalhos, realizados na passagem da década de 80 para a de 90, estão inscritos em uma determinada lógica de pensamento: a de que o desenvolvimento/progresso, vivenciado pela cidade, embasa-se em um “discurso”, no plano da ideologia, que tem por objetivo obscurecer as mazelas sociais visualizadas no plano da realidade.

Nesse sentido, observa-se que, na perspectiva desses trabalhos, o “discurso” sobre o “progresso” revelaria um caráter escatológico desse desenvolvimento. Um dos focos desses trabalhos seria, assim, demonstrar, utilizando-se muito da partícula adversativa “mas”, que, “apesar do progresso”, existiam problemas sociais na cidade. Dessa forma, fica a impressão, a partir de suas leituras, que um progresso sem mazelas sociais, seria possível à proporção que se eliminassem as “conseqüências” nefandas do desenvolvimento vertiginosos da cidade ou das atitudes das elites locais.

⁴ Especialmente os trabalhos de MACHADO, Maria Clara T. **A DISCIPLINARIZAÇÃO DA POBREZA NA SOCIEDADE BURGUESA: Assistência Social Institucionalizada Uberlândia. 1965-1980.** São Paulo: dissertação de mestrado em História apresentada ao FFLCH/ USP, 1990. RODRIGUES, Jane de F.S. **TRABALHO ORDEM E PROGRESSO: uma discussão sobre a trajetória da classe trabalhadora uberlandense - setor de serviços-1924-1964.** São Paulo: USP, Dissertação de Mestrado, 1989. SIMONINI, Giselda C. da Silva. **TELEFONIA: RELAÇÃO EMPRESA E CIDADE 1954-1980.** São Paulo: dissertação de mestrado apresentado ao Programa de Pós Graduação da PUC/ SP, 1994.

Essa forma de perceber o crescimento da cidade e as transformações ocorridas nas relações sociais inscreve-se num determinado momento histórico, no qual a cidade sofre um processo de aceleração de seu desenvolvimento. Ao fazer a opção em criticar as conseqüências do crescimento da cidade, apesar de não haver uma intenção explícita, obscurece a própria característica desse desenvolvimento e desse progresso.

Em outras palavras, o progresso “real”, como sinônimo de transformação e portador de desigualdades sociais, dá lugar a um “conceito” ideologizado, revestido de uma possibilidade de “bem-estar para todos”, para as camadas populares. Revestido de um eterno devir, que nunca é alcançado. É como se fosse possível que as elites locais, portadoras de uma capacidade inigualável de controlar as “camadas populares”, pudessem – e quisessem – “desenvolver” o bolo para depois reparti-lo, para utilizar uma afirmativa bem em voga na virada dos anos 70 para os anos 80.

Dessa forma, por essa ótica, ao lidarem com o “discurso” sobre o progresso da cidade, esses trabalhos acabam por “cobrar” aquilo que esse progresso não pode, em hipótese alguma, acarretar: condições de vida dignas para todos e igualdade social, uma vez que a desigualdade social é condição *sine qua non* da existência do progresso. Isso porque, nas sociedades capitalistas, progresso é sinônimo de desenvolvimento, que, a seu turno, é sinônimo da reprodução e ampliação do capital e das relações capitalistas. Em outras palavras, pauperização dos trabalhadores, via concentração da renda.

Assim, nesses trabalhos, há uma velha questão não-respondida, qual seja, ao perguntar sobre o progresso não é melhor perguntar primeiro: “progresso para quem?”.

Busquei, nesses trabalhos, não uma contraposição fácil, a partir de posturas “teóricas” diferenciadas. Procurei me opor, não às intenções, que, de resto, são louváveis em todos eles, mas ao resultado que, em geral, demarca uma concordância com o progresso que foi realizado na cidade, qual seja,

aquele que higienizou, disciplinou, controlou os trabalhadores, sem a participação destes para que a “feição” da cidade se constituísse.

Embora tenha me debruçado sobre vários outros trabalhos do mesmo período, trago para a discussão apenas os três, citados anteriormente por serem, em minha opinião, mais representativos face à discussão do progresso na cidade, questão que, desde muito, fazia parte de minhas preocupações. Vale ressaltar, também, que esses trabalhos guardam especificidades marcantes e que, de maneira alguma, tenho a intenção de homogeneizá-los.

Na verdade, a afinidade existente entre tais trabalhos, revela menos de concepções teóricas aproximadas, e muito mais a marca de um determinado tempo histórico na cidade.

Contribuíram, também, como instigamento para minhas reflexões, os trabalhos que investigaram as “formas diferenciadas de viver, morar e trabalhar na cidade”⁽⁵⁾. Cronologicamente, esses trabalhos diferem daqueles produzidos nos anos 80, à medida que, orientados pelas reformulações no campo teórico-metodológico, passaram a se preocupar com novos sujeitos sociais, antes “esquecidos” pela historiografia.

A tentativa de “dar voz”, ou “visibilidade”, a segmentos até então alijados da historiografia local apresenta-se nos, nesses trabalhos, como uma nova postura em que as “vivências”⁽⁶⁾ dos sujeitos são supervalorizadas em detrimento do conjunto maior de relações estabelecidas com a cidade, na condição de espaço físico, com o restante da população e com a política e os políticos locais.

⁵ Especialmente os trabalhos de COUTO, Ana Magna Silva. **TRABALHO, QUOTIDIANO E SOBREVIVÊNCIA: CATADORES DE PAPEL E SEUS MODOS DE VIDA NA CIDADE – UBERLÂNDIA 1970-1999**. Dissertação de Mestrado, São Paulo: PUC/SP, 2.000; CARMO, Luiz Carlos do. **FUNÇÃO DE PRETO : TRABALHO E CULTURA DE TRABALHADORES NEGROS EM UBERLÂNDIA/MG, 1945/1960**. Dissertação de Mestrado, São Paulo: PUC/SP, 2.000.

⁶ “Vivência”, na verdade, é tomada emprestada, conceitualmente, em Thompson por meio do conceito de experiência utilizado por esse autor e ora se torna elástica na “*forma como os trabalhadores sentem a realidade*, ora é reduzida pela “*forma pela qual os trabalhadores vivem seu cotidiano*” por meio de elementos bem demarcados como o “*lazer, a religião, o trabalho, a escola*”, etc.

Na verdade, são esses elementos que constituem a experiência de qualquer sujeito, mas, nesses trabalhos, ela se apresenta como que pairando sobre eles. É como se a experiência social fosse algo “fora do lugar”, fora das relações materiais que a gera. É bem lembrado por Thompson que:

“não descobrimos outros sistemas, coexistentes, de status e coerência iguais ao sistema da (anti) economia política, exercendo pressões que fossem todas igualmente determinantes: um modo de parentesco, um modo simbólico, um modo ideológico, etc. a ‘experiência’ (descobrimos) foi, em última instância, gerada na ‘vida material’, foi estruturada em termos de classe, e, conseqüentemente o ‘ser social’ determinou a ‘consciência social’.”⁽⁷⁾

Penso que a experiência - que é social - com certeza não é a vida pura e simples dos indivíduos e muito menos que a história seja constituída por atitudes e vontades individuais. Nesse sentido, experiência é a forma pela qual os indivíduos elaboram e reelaboram sua vida passada, com base nas relações sociais experimentadas em um determinado presente, inseridos em segmentos sociais específicos e, nesse sentido, “essas ‘vontades individuais’, por mais ‘particulares’ que sejam as suas ‘condições de vida’, foram condicionadas em termos de classe”⁽⁸⁾

Nessa direção é importante ressaltar ainda que, ao lidarmos com a “história vista de baixo”, não devemos nos esquecer de que a “história das pessoas comuns”, dos “excluídos”⁽⁹⁾, só é possível de ser feita na relação (social) com os demais segmentos sociais. Penso, também, não ser necessário “incluir” os trabalhadores estudados na história, uma vez que eles já estavam

⁷ THOMPSON. E. P. O Termo Ausente: Experiência. In: _____. A MISERIA DA TEORIA OU UM PLANETÁRIO DE ERROS. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. p 189.

⁸ THOMPSON. E. P. A História como Processo. In: Op. cit. p.101.

⁹ Estranho que nenhum historiador tenha se proposto escrever a “história das pessoas incomuns” ou “história dos incluídos”

lá. O fato da historiografia tê-los excluído de suas análises, por longo tempo, já é outra discussão.

Outra questão preocupante, especificamente no trabalho de Carmo, refere-se ao fato de não se levar em consideração a importância dos trabalhos realizados pela historiografia local, já que faz, conscientemente, a opção de não travar um diálogo direto com esses trabalhos.

Essa atitude, com certeza, poupa o historiador de muitos dissabores, ou, no mínimo, economiza o seu tempo de pesquisa, pois pode, assim, dedicar-se mais acuradamente no cotejamento de aspectos gerais de sua temática e menos com aspectos específicos sobre recorte espacial da pesquisa.

Entretanto, se por um lado, o historiador está imune a esse problema, devido ao não enfrentamento desse diálogo, por outro, assume uma postura arrogante, pois, na verdade, despreza o que foi produzido, direta ou indiretamente, sobre a sua temática, deixando escapar a chance de enriquecer suas reflexões a partir do diálogo estabelecido entre perspectivas diferenciadas, as evidências encontradas na pesquisa e sua própria perspectiva.

Penso que, mesmo tendo como objeto de análise principal, os modos de viver e trabalhar dos negros – o que traz uma perspectiva étnica, inédita nos trabalhos produzidos localmente – na sua indagação “*sobre os modos culturais de viver e trabalhar desse grupos de homens negros e suas famílias, bem como a sua atuação no cenário urbano da cidade de Uberlândia*”⁽¹⁰⁾, está contida uma preocupação de fundo, referente à constituição da cidade, com vistas aos seus espaços de exclusão. Ao meu ver, essa preocupação de fundo, por si, justificaria um enfrentamento com as formas pelas quais esse *cenário urbano* e esses espaços foram interpretados pela historiografia local

Tendo como suporte, além da bibliografia geral, essas valiosas discussões, busquei compreender, então, a participação das duas categorias de

¹⁰ CARMO, Luiz Carlos do. Op. cit., p. 5.

trabalhadores na constituição de um espaço urbano, pretendido pelas elites locais como portador de uma “imagem una”.

Pensei reconstruir parte da história desta cidade, que, ao contrário, é heterogênea, constituindo-se a partir de várias direções, marcada por tensões, descontinuidades, acomodações. Movido por essas preocupações, procurei, ainda no capítulo inicial, apresentar os trabalhadores contactados na pesquisa, e, com base em seus depoimentos, compreender suas expectativas em relação a viver e trabalhar na cidade e as ações que esses sujeitos implementaram em seu cotidiano.

Mais especificamente sobre as duas categorias estudadas é preciso ressaltar, em primeiro lugar, que elas não se apresentam prontas a serem apreendidas pelo pesquisador. Ao contrário, são portadoras de uma heterogeneidade marcante.

No que se refere aos ambulantes/camelôs, à primeira vista, descortinam-se duas “categorias” bem demarcadas, que seriam os ambulantes: aqueles que vendem “de porta em porta”, tendo suas mercadorias de empresas ou pequenos produtores. E a outra categoria, os camelôs: aqueles que estacionam em um “ponto” determinado da cidade (geralmente na área central) e vendem desde passe de ônibus até produtos vindos do Paraguai.

Entretanto, aos poucos, essas duas categorias vão se mesclando e se diluindo num emaranhado de relações intrincadas. Para ficar em alguns exemplos: temos o ambulante ou o camelô que vende uma produção familiar (salgados, quitandas, artesanato) realizada no meio urbano; e temos esta mesma figura que vende uma produção também familiar, feita em pequenas chácaras no entorno da cidade (queijos, manteiga, leite, lingüiça, frangos, ovos). Há, por exemplo, um chacareiro que produz cana e vende caldo de cana na área central da cidade.

Ressalte-se, ainda, que boa parte dos ambulantes e camelôs têm por origem pequenas cidades da região ou mesmo o meio rural e trazem em sua bagagem valores, modos de viver próprios desse meio.

Observa-se que, para além das nuances no interior de uma mesma categoria, esta, em determinadas situações, cruza-se com a outra, a dos produtores/comerciantes de horti-fruti-granjeiros. Dentre estes, existem aqueles que mais facilmente podem ser assim denominados: os que arrendam, ou são proprietários de pequenos lotes de terras (entre 5.000 e 10.000²) fora do perímetro urbano e realizam a produção citada anteriormente.

Mas existem também aqueles que vivem dentro dos limites do perímetro urbano e produzem hortaliças, criam porcos ou galinhas para abate. Dentre estes últimos, não são poucos os que mesclam tal atividade com um trabalho “convencional”. Existem ainda aqueles que trabalham como “caseiros” em pequenas fazendas e desenvolvem a atividade paralelamente aos compromissos com o patrão.

Não é minha intenção, entretanto, apresentar ao leitor, no desenvolvimento deste trabalho, cada possibilidade, cada meandro, enfim, cada fio da teia que constitui essas duas categorias de trabalhadores.

No meu entender, isso seria uma tarefa impossível de ser levada a termo, dada a quantidade de formas individuais de vivenciar uma determinada experiência que é social. Assim como Viotti, não me sinto à vontade com uma história que reconstrói processos que *“freqüentemente ficam como peças coloridas de um caleidoscópio quebrado, sem se juntarem, sem se articularem num desenho, não passando de fragmentos de uma experiência sem sentido”*⁽¹¹⁾.

O que importa é discutir como esses trabalhadores, no seu viver na cidade, imprimem nela suas marcas, suas características, seus modos de viver

¹¹ COSTA, Emília Viotti da. A Dialética Invertida: 1960-1990. In: **REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA**. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, vol. 14, nº 27, 1994. P. 15.

que são, afinal, o que molda a cidade, dando-lhe uma determinada “cara”, dando-lhe vida.

Para além dos vínculos estabelecidos pela própria natureza do trabalho e pelos modos de vida dessas duas categorias, estabelece-se outra característica comum em sua vida no espaço urbano: ambas são alvos de uma legislação específica, elaborada pelo poder público, de acordo com os interesses do empresariado, que tenta controlar e, em determinados momentos, coibir suas atividades.

Além dessa ação direta dos poderes instituídos locais, as duas categorias são alvo de ataques na imprensa, seja da parte dos editoriais dos jornais, seja a partir das “reclamações” da população, que as culpam por contribuírem para “enfeiar” e “sujar” a imagem da cidade. No caso dos ambulantes/camelôs, colocando-os ao lado de “*mendigos e marginais que pululam na praça Tubal Vilela*”. No caso dos produtores/comerciantes de horti-fruti-granjeiros, responsabilizando-os pelas “*péssimas condições sanitárias da cidade*”.

Rastrear significados presentes nas formas pelas quais a imprensa “fala” sobre a cidade e sobre seus trabalhadores não significa, porém, que eu busque na “*teoria do discurso (...) senão importar uma terminologia que serve apenas para enfeitar os textos de história social*”, já que “*Discurso, linguagem, simbólico, desconstrução, passaram a ser expressões de uso corrente, se bem que freqüentemente mais como parte do vocabulário, do que da teoria*”.⁽¹²⁾

Procurei reconstruir a história de uma cidade que brota, também, dos depoimentos desses trabalhadores, que apontam para uma memória que não se pretende una e, às vezes, nem se pretende como memória. Uma cidade que, apesar dos poderes constituídos tentarem ocultá-la, salta da documentação oficial, dos ataques e até mesmo das ausências na imprensa local, dos dados estatísticos que se pretendem neutros.

¹² Idem. p. 15-16

Propus-me compreender como esses trabalhadores pensaram e experimentaram os problemas referentes à saúde, à moradia, à educação, ao transporte, ao saneamento básico, ao trabalho, ao lazer, e como esses elementos foram responsáveis, também, pela construção da história desta cidade.

Considero ser importante, na busca pela compreensão da cidade, apreendê-la, também, nas formas pelas quais ela é pensada pelos sujeitos sociais que nela habitam, que a constróem e dela se utilizam.

Vale dizer, portanto, apreendê-la, também, no campo das representações elaboradas por esses sujeitos.

Essas, ao meu ver, se nos apresentam sob os mais variados matizes, que dependem da classe social ao qual o sujeito pertença; das experiências vividas na cidade; dos valores trazidos de seu local de origem; das relações travadas com as instituições políticas e/ou sociais; das relações de trabalho estabelecidas; das condições de vida experimentadas.

Quando proponho compreender as representações que constituem o “imaginário” da cidade significa dizer, também, que procuro entender as transformações nas relações sociais a partir das quais essas representações são constituídas.

Nesse sentido, busquei as respostas às minhas indagações nas formas pelas quais se dão as relações entre os grupos dominantes e as famílias que vivem na cidade, em condições precárias – aqueles que vivem do trabalho –, e a partir de como esses sujeitos intervêm na dinâmica da cidade.

Em outras palavras, as respostas foram encontradas com base nos questionamento das experiências vividas/elaboradas na e sobre a cidade pelos diversos agentes sociais, uma vez que *“a questão é que no campo e na cidade,*

fisicamente presentes e substanciais, a experiência encontra um material que corporifica os pensamentos⁽¹³⁾.

Dizendo de outra forma, a experiência e, conseqüentemente, as práticas sociais, corporificam as representações.

Questionar a correspondência imediata entre as práticas sociais e as representações significa também se perguntar sobre a função, ou funções, das representações no que se refere aos processos históricos vividos.

Além de apresentar múltiplas funções – distinção de grupos, delimitação de espaços, entre outras –, as representações sociais são elaboradas como uma instrumentalização para a ação política e, esta instrumentalização se dá mediante interesses e necessidades específicas de determinados grupos, seja na defesa de interesses materiais imediatos, seja na defesa de valores culturais, corporificados nos costumes e nas tradições, e, ainda, na defesa de ambos simultaneamente.

A problematização desse conceito por E. P. Thompson foi de grande auxílio para pensar as questões referentes às representações elaboradas sobre a cidade por seus diversos sujeitos sociais:

“(...) a briga pela autoridade simbólica pode ser vista, não como um modo de representar brigas ‘reais’ inconfessadas, mas como uma briga real em si. Às vezes o protesto plebeu não tinha outro objetivo senão o de desafiar a segurança hegemônica da gentry, retirar poder de suas mistificações simbólicas, ou até simplesmente blasfemar. Era uma briga pela ‘aparência’, porém, o resultado da briga podia ter conseqüências⁽¹⁴⁾

As representações sociais e as simbologias que as cercam não são, de forma alguma, uma instância “autônoma” das relações sociais: ao mesmo

¹³ WILLIAMS, Raymond. O CAMPO E A CIDADE. NA HISTÓRIA E NA LITERATURA. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. p. 390

¹⁴ THOMPSON, E. P. Patrícus e Plebeus. In: COSTUMES EM COMUM. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 70-71.

tempo em que elas informam o sentido da ação – uma ação política – elas são informadas por ações precedentes que vão contra determinados interesses de grupos e/ou classes sociais específicas.

Nesse sentido, a afirmação de Thompson de que a *“briga pela ‘aparência’, (...) podia ter conseqüências materiais”* aponta para que devamos procurar, nas representações, para além de uma disputa de valores, explicações para os conflitos e tensões vivenciados pelos trabalhadores no espaço urbano.

Entendo, então, que, investigar as relações sociais, com base, também nas representações, só é possível se não as pensarmos como uma “categoria de análise autônoma”, mas sim como um dos elementos – não o único – que compõem as relações sociais.

O que Thompson declara em relação à investigação da cultura popular vale também para a análise das representações: *“(...) espero que a cultura plebéia tenha se tornado um conceito mais concreto e utilizável, não mais situado no ambiente dos ‘significados, atitudes e valores’, mas localizado dentro de um equilíbrio particular de relações sociais, um ambiente de trabalho de exploração e resistência à exploração, de relações de poder mascaradas pelos ritos do paternalismo e da deferência. Desse modo, assim espero, a ‘cultura popular’ é situada no lugar material que lhe corresponde”*.⁽¹⁵⁾

Dessa forma, no terreno das representações, como uma das possibilidades de se entender a realidade social, os “significados, atitudes e valores” só adquirem interesse para o historiador se contextualizados no plano concreto das relações sociais, que, a seu turno são constituídas por elementos diversificados como padrões de vida, modos de vida, valores, costumes, tradições, ações políticas, exploração, resistências, adequações, dentre outros.

¹⁵ THOMPSON. E. P. Op. cit. p. 17.

Esses elementos formam um conjunto que permite aos grupos elaborar as representações da cidade que podemos apreender nos jornais, nas falas das “pessoas comuns”, na legislação urbana, dentre outras fontes.

Ora elas se nos apresentam de forma clara e, às vezes, objetiva e até intencional, como nas matérias jornalísticas, ora difusa e fragmentada como nas falas dos entrevistados e nas crônicas do jornal.

Procurei, ainda, evidenciar, neste trabalho, que por trás da maneira como construímos a nossa representação da cidade e de suas relações, está imbricada também a visão de qual sociedade queremos, que história queremos reconstruir e registrar, qual a política que praticamos e com qual classe social nos comprometemos. Advogo, portanto, a mesma concepção de história que pressupõe *“estudar a genealogia de nossas concepções do passado, para tornar claro o papel que desempenham em nossa compreensão da sociedade atual e em nossos projetos para o futuro.”*⁽¹⁶⁾

Assim pensando, no desenvolvimento do **primeiro capítulo**, propus-me caracterizar a cidade com base nas transformações ocorridas em nível nacional, em termos de aumento demográfico, migração, e das transformações nas relações de trabalho, privilegiando as conseqüências dessas transformações para os trabalhadores.

Utilizei, para tanto, como fonte de pesquisa, os índices de desenvolvimento econômico e os indicadores das condições de vida da população, que revelaram a precariedade das condições de saúde, salubridade, segurança no trabalho e também as fontes jornalísticas, fontes orais e documentos da Vigilância Sanitária.

Com base nestes últimos, foi possível delinear um mapeamento, embora parcial, das práticas dos produtores/comerciantes de horti-fruti-granjeiros, bem como perceber o perfil da própria Vigilância Sanitária e

¹⁶ FONTANA, Josep. Op. cit..

entender sua lógica de atuação e seu direcionamento político-social, ou seja, para quem e sobre quem atua.

As matérias dos jornais foram importantes para a compreensão das práticas e do pensamento das elites locais no que se refere à cidade pretendida por esse segmento social. Nas suas páginas, os jornais ofereciam desde uma noção hiperbolizada e positivadora do progresso da cidade até, devido a interesses de determinados grupos políticos, imagens que depunham contra esse desenvolvimento. Foi por meio dessas “brechas”, e com o auxílio das fontes orais, que se tornou possível captar a cidade “real”, para além dos discursos dominantes.

Devo ressaltar que a escolha majoritária do Jornal Correio, e não de outros, além do fato de ser o único que cobre integralmente meu recorte cronológico, deu-se, também, por ser um órgão estreitamente ligado ao grupo político MDU⁽¹⁷⁾, considerado politicamente como “a situação” na cidade.

Nesse sentido, segui o caminho inverso de Eduardo Silva que optou por um “jornal de oposição”, o Jornal do Brasil⁽¹⁸⁾. Penso que o fato de um jornal abrir espaço para as “reclamações populares” vincula-se muito mais à questão da busca de uma legitimidade que ao fato de ser de “oposição” ou da “situação”.

Além do mais, no Brasil, fica difícil falar em “jornal de oposição”, no sentido mais amplo do termo, principalmente, quando se trata dos jornais mais importantes. O jornal Correio de Uberlândia também traz esse tipo de coluna, intitulada, “Boca no Trombone”, da qual foi possível extrair algumas reflexões.

¹⁷ Movimento Democrático de Uberlândia. Grupo de extrema direita que, no período estudado ficou 12 anos consecutivos no poder, além de outros períodos alternados.

¹⁸ Eduardo Silva, ao justificar o recorte da fonte jornalística, em seu caso a coluna “As Queixas do Povo” argumenta que: “*O Paiz*’ e a ‘*Gazeta de Notícias*’ publicavam em 1900, respectivamente, as colunas ‘*Queixas e Reclamações*’ e ‘*A Voz do Povo*’. Eram, contudo, jornais comprometidos com o regime e não davam, por isso, um espaço tão aberto quanto o ‘*Jornal do Brasil*’ para a insatisfação popular. SILVA, Eduardo. **AS QUEIXAS DO POVO**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p.49.

Entretanto, foi nos editoriais, crônicas e outras matérias em geral que o trabalho se mostrou mais profícuo. Não é necessário apenas pesquisar o que o “Zé Povinho”⁽¹⁹⁾ diz ou pensa, mas também o que pensam e dizem sobre ele.

Ao lidar com essa imprensa como fonte de pesquisa, compartilho das preocupações de Heloísa de Faria Cruz, procurando *“evitar que a definição do próprio terreno da pesquisa, a cultura letrada, marcado e delineado pela forte presença das elites dominantes, exclua a disputa e seja percebido apenas enquanto espaço de produção da homogeneização e da manipulação cultural”*⁽²⁰⁾

Investiguei, também, e procurei caracterizar a maneira pela qual os trabalhadores percebem e experimentam a cidade buscando clarear o porque de, em determinados momentos esses trabalhadores parecerem “compactuar” com o “discurso” de cidade “progressista”, que tanto tem preocupado os historiadores que se dedicaram a estudar a cidade de Uberlândia.

Nesse sentido, as fontes orais foram imprescindíveis ao me possibilitarem notar a heterogeneidade, tanto no que se refere a constituição do espaço urbano, quanto às maneiras pelas quais os trabalhadores apreendem essa constituição e, ainda, como se vêem em relação à cidade. Ressalto aqui, que procurei encarar os depoimentos com as mesmas preocupações com as quais me debrucei sobre as demais fontes, sem privilegiá-las em detrimento das fontes escritas.

Essa opção deu-se mediante a concordância de que, em relação ao trato das fontes orais, muito ainda tem-se que caminhar:

“numa sociedade onde a cultura letrada exerce um papel hegemônico, articulada ao domínio da escrita, ainda temos refletido pouco sobre o

¹⁹ Termo utilizado por Eduardo Silva.

²⁰ CRUZ, Heloísa de Faria. **NA CIDADE, SOBRE A CIDADE:** Cultura letrada, periodismo e vida urbana – São Paulo 1890/1915. Tese de Doutorado. São Paulo: FFLCH/USP, 1994. p. 16-17.

papel da oralidade na constituição na constituição dos processos e dos sujeitos sociais”⁽²¹⁾

Cruzando essas fontes orais e as jornalísticas com documentos fiscais da prefeitura, observei que diferentemente das falas dos entrevistados, nessas últimas, devido aos interesses dos políticos locais e do empresariado, as imagens sobre os trabalhadores foram sendo construídas, ora tratados como “*família humilde*”, ora como “*homens simples, mas gananciosos*”. Às vezes, como “*Artesãos de verdade*”, outras vezes, como “*os que se dizem artesãos*”.

No segundo capítulo, já tendo maior compreensão das transformações ocorridas na cidade, com base em sua inserção nas transformações em nível nacional, preocupei-me, basicamente, com as condições de trabalho experimentadas pelos trabalhadores, tentando reconstruir uma “cidade real”, diferente daquela pensada pelas elites e pelo poder público e propagandeada pelos jornais.

Tratei também de como os trabalhadores foram alvo dos ataques dos poderes públicos, no sentido de terem seus direitos ao uso da cidade praticamente cassados e de como suas práticas de sobrevivência eram representadas pela elite local. Aqui, a análise dos jornais foi fundamental, mesmo que, nem sempre, as matérias tratassem, especificamente, dos Ambulantes/camelôs e dos Produtores/comerciantes de horti-fruti-granjeiros.

Reconstruí parte da história da cidade contrapondo as ações dos gestores da cidade às práticas e experiências dos trabalhadores, que correm sempre o risco de serem silenciadas por esses agentes sociais.

Com base nessas preocupações propus-me reconstruir parte da história de uma cidade, partindo do princípio de que a constituição do espaço urbano deve ser analisada como base nas marcas das experiências sociais forjadas pelas relações sociais desenvolvidas nesse espaço.

²¹ Khoury, Yara Aun. **Narrativas orais na investigação da História Social**. 2000. Trabalho apresentado no I Seminário PROCAD – PUC-SP, São Paulo, 2000. Não publicado.p. 15.

Essas experiências interferem no cenário urbano, remodelando-o, reconstruindo-o. Impregnam nesse espaço significados diversificados, elaborados mediante a experimentação dos modos de morar, reivindicar, trabalhar e relacionar-se dos diversos sujeitos sociais, que mediante suas práticas, vão, ao longo do tempo, construindo e reconstruindo a cultura urbana.

Mais uma vez, o cruzamento das diversas modalidades de fontes foi importante. Além das fontes utilizadas no capítulo I, nesse foi incorporada a legislação específica, que trata da regulamentação da atividade dos ambulantes/camelôs na cidade, que foi fundamental para a compreensão das atitudes dos poderes públicos em relação a esses trabalhadores.

As entrevistas⁽²²⁾ foram importantes para perceber como os trabalhadores relacionam-se com a política local, com os poderes instituídos, como desenvolvem estratégias de sobrevivência e de adequação às imposições desses poderes.

No **terceiro capítulo**, trabalhei, juntamente com as estratégias de trabalhar na cidade, como os trabalhadores, ambulantes/camelôs e aqueles que vivem da produção/comercialização de horti-fruti-granjeiros, deixaram suas marcas e significados impressos no espaço urbano de Uberlândia com base nas maneiras que desenvolvem seu trabalho, o espaço da moradia, e como os “elementos residuais”, que fazem parte de uma herança cultural desses trabalhadores, foram um fator significativo na constituição desta cidade.

Essa herança choca-se contra a imagem idealizada e pretendida pelas elites locais, de um espaço uno e homogêneo, e nos apresenta as diversas faces da cidade, sobrepostas, diversificadas, conflituosas.

²² Foram realizadas entrevistas com 15 trabalhadores, sendo que destas 2 foram descartadas, e dentre os 13 trabalhadores restantes, 5 foram revisitados e realizadas novas entrevistas, perfazendo um total de 20 entrevistas. 18 utilizadas e 2 descartadas.

Todas as fontes anteriores foram trabalhadas, e procurei enfatizar a análise sobre a documentação da Vigilância Sanitária, o que permitiu, caracterizar as ações dos trabalhadores em seu cotidiano contrapostas às ações da fiscalização da prefeitura.

Foi possível compreender como a permanência dos costumes e valores vinculados ao meio rural são como que “amalgamados” aos valores próprios do meio urbano. Na verdade, é esse amálgama que constitui, em última instância, o que se convencionou denominar, de certa forma equivocada, como modo de vida urbano. Quero dizer com isso que não é de todo possível pensar, na atualidade, em valores tipicamente urbanos ou exclusivamente rurais, uma vez que é da interação entre o campo e a cidade que esses espaços são construídos.

Capítulo I

a cidade que se quer e a cidade que se tem:

“(...) corremos um risco muito grande de imaginar o espaço como uma página branca na qual se inscreve a ação dos grupos e das instituições (...). Isso equívale a conceber a natureza como inteiramente moldada pela cultura, enquanto toda a problemática social nasce da união indissolúvel destes dois termos, através do processo dialético pelo qual uma espécie biológica particular (particular, porque dividida em classes, ‘o homem’, transforma-se e transforma seu ambiente na sua luta pela vida e pela apropriação diferencial do produto de seu trabalho. O espaço é um produto material em relação com outros elementos materiais – entre outros, os homens, que entram também em relações sociais determinadas, que dão ao espaço (bem como aos outros elementos da combinação) uma forma, uma função, uma significação social”

(Manuel Castells: A QUESTÃO URBANA)

A experiência dos trabalhadores ambulantes/camelôs e dos produtores/comerciantes de horti-fruti-granjeiros em Uberlândia, a partir dos anos 70, faz parte de uma conjuntura durante a qual o país passou por profundas transformações políticas, econômicas, demográficas e sociais.

Essas transformações foram alavancadas pelo desequilíbrio no mercado de trabalho com base, entre outros fatores, nas correntes migratórias internas ocorridas no país mediante uma intensa capitalização das atividades agropecuárias e a conseqüente expulsão da força de trabalho do campo para a cidade.

Tais transformações têm por base, também, e, estreitamente vinculado àquele primeiro fator, o processo de industrialização pelo qual, com característica de concentração espacial e de produção voltada para consumidores de alta renda, limitou a própria expansão do parque produtivo industrial. Isso resultou na não-absorção da força de trabalho proveniente das migrações internas, inter e intra-regionais.

Esses fatores levaram os trabalhadores a buscarem “alternativas”, tanto no que se refere ao modo como trabalhariam nas cidades como no que diz respeito às formas pelas quais lutariam para manter-se no espaço urbano buscando a satisfação de suas expectativas, uma vez que:

“(...) progressivamente, a informalidade funcionou como mecanismo de incorporação de famílias não urbanas ao meio urbano, como um âmbito de produção em que elas gradualmente se adaptam às formas urbanas de trabalho. Com este caráter, a informalidade no Brasil transfere hábitos e produtos rurais para o meio urbano, e aumentou em muito, junto com a aceleração da urbanização nas décadas de 1950 a 1980”⁽¹⁾.

¹ PEDRÃO, Fernando. “A Informalidade”. In: **RAÍZES DO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO**. São Paulo/Salvador: Hucitec/EDUFBA, 1996. p. 224.

No que se refere à conjuntura do período analisado pelo autor, devo concordar que a análise está correta, e que os trabalhadores, ao se deslocarem do campo para a cidade, viam-se obrigados a exercer atividades que o autor coloca no campo da “informalidade”. Entretanto procurei não me prender a essas duas dicotomias: campo/cidade e formal/informal.

Entendo que essas dimensões das relações sociais, longe de se separarem, apesar de distintas, formam pares siameses, e não seria possível pensar uma dimensão descolada da outra. O informal nada mais é que a outra face do formal, e o urbano apenas uma promessa daquilo que, na visão das elites, não se tem no campo.

No período estudado, quando o Brasil deixara, muito recentemente, de ser um país com a maioria da população vinculada diretamente ao campo, o resultado – a cidade – das transformações ocorridas neste campo e na cidade, simultaneamente, é que constituíram o que se convencionou denominar de “meio urbano”.

Nesse contexto, ficou patente “*a precariedade de meios de consumo coletivo (...) cresce o fenômeno da chamada ‘urbanização por expansão de periferias’, forçando ainda mais a pressão por infra-estrutura urbana*”². Essa luta deu-se com base em um conflito permanente entre a cidade promessa e a cidade vivenciada pelos trabalhadores. E é da conjugação dessas duas cidades que se tem a cidade real, na qual, diante dessa conjuntura delineada, as administrações municipais tentarão dar respostas as expectativas desses trabalhadores.

Uberlândia não é una. Não é apenas uma cidade de médio porte que se “orgulha de seu progresso”. Tampouco é apenas a “Metrópole do Triângulo”, como afirma a imprensa local, de modo geral. Muito menos é

² SCHMIDT, Benício & Farret, Ricardo. **A QUESTÃO URBANA**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1986. p. 9. Ressalte-se aqui que esses autores, fiéis defensores do “planejamento urbano”, após fazerem críticas contundentes ao “modelo de desenvolvimento” implementado pelos governos da ditadura, terminam seu pequeno livro tecendo elogios aos governantes de 1986 pela criação do Ministério do Desenvolvimento Urbano, que seria um dos responsáveis pelas “ações que levarão ao cumprimento da promessa de cidade”.

apenas uma cidade onde a “burguesia local” disciplinariza todos os espaços, todos os indivíduos. Não é a cidade onde uma legislação elaborada e praticada “de cima para baixo” dita as normas de sociabilidade para todos. Não é apenas um espaço, delimitado geograficamente, no qual suas instituições políticas, econômicas, religiosas dirigem os destinos de sua população. Não é uma cidade dividida apenas em elite dominante e camadas populares. Uma cidade, assim, esquartejada, não existe.

É possível captar várias cidades. Distintas entre si, mas não separadas umas das outras. Elas se mesclam, se antagonizam, se fundem, constituindo um todo: um espaço de relações sociais, relações de trabalho, de relações humanas.⁽³⁾

Esse espaço é construído. Social e historicamente construído. Sua construção dá-se tendo como matéria-prima básica uma infinidade de memórias, contradições, conflitos, adequações, resistências.

Viver e trabalhar na cidade constitui-se em um exercício de constante luta, da parte daqueles que vieram para a cidade – ou que nela nasceram – em busca de melhores condições de vida, trazendo em sua bagagem desejos, expectativas. Tornaram-se parte constitutiva dessa cidade ao lutar por uma vaga no mercado de trabalho, por moradia, por acesso aos equipamentos públicos, escola, saúde, lazer. Uma luta encarniçada constituída de pequenas vitórias e, também, de várias derrotas.

Esses Homens, mulheres e crianças compõem um grupo heterogêneo, como são heterogêneas suas experiências de vida. A Sr^a. Aparecida e o Sr. José Alcindo, que vieram de pequenas cidades, ele de

³ “Ao nível ideológico (...) ‘uma cidade não é apenas um conjunto funcional capaz de gerir sua própria expansão, ela é também **‘uma estrutura simbólica’**, um conjunto de signos, que permite a passagem entre sociedade e espaço, que estabelece uma relação entre natureza e cultura. Não só o plano de uma cidade exprime com uma pureza mais ou menos grande ‘o inconsciente urbano’, mas sobretudo, a organização do espaço deve **marcar** os ritmos e atividades, a fim de permitir a identificação dos atores entre si e com referência a seus quadros de vida, ou dito de outra forma, a comunicação não de funções, mas de representações”. CASTELLS, Manuel. **A QUESTÃO URBANA**. Trad. Arlene Caetano, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. p. 317.

Campina Verde e ela de Rondonópolis-MT, ao se estabelecerem na cidade, depararam-se com condições adversas e tiveram que desenvolver estratégias para reverter essa situação. O Sr. Alcino veio, porque segundo ele, *“lá o serviço fracassou”*. A Sr^a. Aparecida, como tantos outros, porque *“as dificuldades lá era demais. Então, a gente tinha que tentar mudar o rumo da vida”*.

As expectativas não satisfeitas deram a esses trabalhadores coragem necessária para enfrentar as dificuldades e procurarem viver e trabalhar com dignidade. Esses trabalhadores foram, aos poucos, ocupando o espaço da cidade, seja na forma de morar, seja na de trabalhar.

A Sr^a. Aparecida revela que as famílias que, como ela, vieram da zona rural, ao se instalarem nos bairros mais carentes de infra-estrutura, imprimem nesse espaço as suas marcas, seus modos de educar os filhos:

“Aqui [no bairro S. José] eu acho que todas as pessoa que mora aqui é tudo assim, gente que veio da fazenda, gente que tem muita família, à procura duma vida melhor”. Depois que a gente chegou na cidade, eles [seus filhos] não tinha contato com os meio de comunicação, com a televisão, nem com o rádio. Então eles seguia o bom exemplo que eles tinha dentro de casa. (...) eles num tinha como mudar, porque eu acho que uma coisa bem prantada na vida de uma pessoa, mesmo que ele queira fugir, a pessoa num consegue fugir daquela realidade”. (...) na roça a gente tem mais um tempo, de conversar, de contá um caso, sentá a noite prá conversar com os filhos (...) na cidade não tem tempo”.⁽⁴⁾

Ao falar dos tempos diferenciados, da roça e da cidade, e dos valores que seus filhos conservaram, por não terem mantido um contado maior com os meios de comunicação durante a primeira infância e devido a

⁴ Sr^a. Maria Aparecida Martins Caetano. 59 anos, casada, mãe de 5 filhos. Natural de São Gotardo, migrou por várias cidades antes de se estabelecer em Uberlândia em 1979. Durante os últimos 20 anos, criava sempre de 3 a 4 porcos e, tendo esses procriado, vendia os leitões ao final de cada ano. Criava também uma média de 30 a 40 frangos e os vendia abatidos e prontos para o consumo, além de comprar frangos já abatidos que repassava aos consumidores.

uma educação “bem plantada”⁵, ela se contrapõe à visão defendida por esses meios de comunicação, a partir da visão adquirida por meio de sua experiência na cidade, nos últimos 20 anos.

Ao chegar, em 1979, a uma cidade que está “colhendo” os frutos do chamado “milagre econômico”, no que se refere ao seu crescimento no setor secundário e terciário, a Sr^a. Aparecida depara-se com o projeto de cidade que se quer “comercial e industrial”, delineado, a seguir, na visão do jornalista:

“Se uma criança nascer em Uberlândia e viver aqui sete anos, sem dar nenhum passeio fora das divisas do município, até essa marcante idade da queda dos primeiros dentinhos, só verá mesmo uma vaca pelas fotografias, ou dependurada num gancho de açougue. (...) jamais era terá oportunidade de ver (ao vivo) uma lenta vaca a comer os matinhos do cerrado e espantar as moscas com o vai-e-vem de seu rabo anti-estético. (...) Ela vai ver que existem lojas, grandes ou pequenas, que existem fábricas grandes ou pequenas e que existem frotas de caminhões, grandes ou pequenas. (...) A criança verá que a cidade é comercial, é industrial e é mercantil. (...) Uberlândia tem que assumir seu verdadeiro papel. E quem vai ditar as normas, terá que ser o pessoal da comunicação. Se é uma cidade onde a maioria é comerciária, é operária, é universitária, porque não fazemos as notícias sobre os problemas, suas alegrias, suas realizações?”⁶

⁵ É interessante perceber que a própria linguagem da depoente, apesar de sua experiência urbana, em Uberlândia e em outras cidades, sempre nos remete a suas origens rurais. Overbo “**plantar**” é conjugado constantemente como metáfora para várias situações. Ao falar da construção da moradia, por exemplo, que, no início, era um barraco de lona, ela disse: “*então a gente prantou aqui um barraco*”. Apesar de me faltar conhecimento suficiente para o trato com a lingüística, acredito que a recorrência desse verbo vincula-se ao ato de plantar e colher ao qual ela se reporta sempre com muita saudade.

⁶ “Uberlândia tem que assumir seu verdadeiro papel – Para quem vive na cidade, a zona rural já não representa a infraestrutura e as demais cidades não são Uberlândia”. In: Jornal **CORREIO**, 30/12/1976. A extensa matéria do jornalista Luiz Fernando Quirino faz um chamado à imprensa para que se noticie mais as realizações industriais e comerciais da cidade e menos as questões referentes a agropecuária.

A cidade defendida pelo jornalista foi sendo construída mesclada a modos de viver e trabalhar de pessoas como da Sr^a. Aparecida, que, apesar dos esforços da imprensa, não se deixaram apagar totalmente do cenário urbano.

Esse esforço da imprensa é realizado de duas formas, que, aparentemente, parecem contraditórias: se, por um lado, observa-se a negação dos vínculos rurais da cidade, como na matéria acima, por outro, verifica-se um tom de apelo às autoridades pedindo providências contra *“animais soltos e desfilando à vontade em Uberlândia”*, que já se tornou um fato corriqueiro e que *demonstra o desinteresse pela fiscalização municipal*⁽⁷⁾.

Em minha opinião, os dois tipos de matérias procuram alcançar um mesmo objetivo: inculcar no imaginário da população a necessidade de mudança de hábitos e comportamentos, mais adequados à conjuntura econômica experimentada no período, expressa no crescimento econômico da cidade e capitaneado pelo desenvolvimento da indústria e do comércio.

A Sr^a. Aparecida revela suas formas de sobreviver, ao mesmo tempo em que chama atenção para uma necessidade de revitalizar um passado que a vivência no meio urbano, no contexto exposto acima, tende a apagar. Tendo por base a memorização feita por ela, na atualidade, foi possível compreender que a cidade foi construída no embate entre seus valores e aqueles defendidos pelo jornalista na década de 70:

“A gente sente aquela saudade das coisa, de ter um porco, uma galinha então a gente sempre tinha uns porco e umas galinha, e nem era tanto pra ajudá, era também pra preencher aquele... aquele quadro que a gente tinha, de que podia ainda tá lá [na roça]. Mais tudo isso ajudava

⁷ “Uberlândia é um hipódromo desorganizado”. In: Jornal **CORREIO**. 28/02/1975. Os dois tipos de matérias são recorrentes durante toda a década de 70 até meados da década de 80. Em 1983, esse tipo de “reivindicação”, presente na última matéria, é atendida com a criação da Divisão de Vigilância Sanitária no interior da Secretaria Municipal de Saúde.

[economicamente] *também. Depois que a gente tá aqui nós ingordamos muito porco e criamos muita galinha.*”⁽⁸⁾

“Preencher aquele quadro”... Essa frase martelou-me a cabeça por vários dias. Qual seu real significado? Tomada isoladamente parecia indicar que a Sr^a Aparecida, devido a longa experiência da vida na roça, necessitava recriar, em seu quintal, um “quadro rural” que lhe amenizasse as saudades.

Nostalgia de um passado que se lhe esvanecia mediante a falta de tempo para os filhos. Sentimento causado pelo choque com uma cultura urbana expressa pelos meios de comunicação que tomam o lugar dos “serões” em que se reunia a família para se contar “causos”.

Entretanto, no bojo de seu depoimento, além dessa saudade, diga-se de passagem, muito marcante, percebe-se a necessidade de se utilizar de uma experiência anterior no sentido de manter um modo de viver que, embora difícil de ser conjugado com as novas experiências urbanas, imprimiu o sentido em sua vida: criar sua família mantendo os princípios que lhe foram transmitidos por seus pais, aprendidos em uma realidade rural, e que teve por base valores como a honradez, a honestidade, o trabalho digno.

Deparar-se com as relações urbanas, com um novo ritmo de trabalho, com a velocidade das informações via meios de comunicação, causou-lhe um temor que “*aquele quadro que a gente tinha, de que podia ainda tá lá*” e que lhe assegurava que o seu modo de viver, calcado em valores e tradições, diferentes dos encontrados na cidade, podia se desvanecer.

O Sr. Alcino, ao reconstituir suas lembranças dos primeiros anos na cidade revela, como vindo de cidades menores da região, e não conseguindo um trabalho no chamado mercado formal de trabalho, torna-se ambulante/camelô e vai inserindo-se no cenário urbano, constituindo-o, participando de sua transformação.

⁸ Sr^a. Maria Aparecida.

“Vindia pipoca, vindia doce, vindia biscoito (...) um dia acertei a mão num ponto, perto do banco Comind (...) Uma moça perguntou _ ‘o que voce vende aí?’

_ ‘é biscoito’.

_ ‘hááá! É o ‘dor-na-nuca? Eu quero um. Eu comecei ali com essas moça do banco, e ai eu fui ficando mais conhecido, fazendo amizade, fui aumentando a friguissia. (...) Eu ia no Banco Comind, depois ia na Icasu. O banco Comind quebrou e ai eu tive que procurar outro ponto. Ficava rodando, procurando ponto. Ali onde era a Riachuelo eu acertei o ponto, trabalhei vários anos ali (...) assim que começou a construir a loja eu tive que sair”.⁽⁹⁾

Sua fala evidencia que esses trabalhadores vão se adequando às mudanças ocorridas no espaço urbano, travando contato com o restante da população, mudando de locais devido às novas construções e às exigências de novos ocupantes de um espaço conquistado para o trabalho (dos proprietários das lojas, dos comerciantes). Lembra também das mudanças nesse espaço que, muitas vezes, se davam pela imposição dos poderes públicos: *“ali no lagoinha tinha muita criação (...) porco, galinha, tinha gente que criava até vaca ali. Tinha umas casinha, assim, de gente humilde, e eu não sei, porque, quando eu voltei lá, eles tavam dismanchando tudo, assim, meio na marra, acabando com o que tinha no lagoinha. Foi os caminhão e os trator da prefeitura que fizeram isso!”*⁽¹⁰⁾.

Apesar de não ter sido morador do Bairro Lagoinha, ficou registrada em sua memória a forma como, devido aos interesses do empresariado e dos poderes públicos, o espaço foi sendo transformado,

⁹ Sr. Alcino Batista dos Santos, 71 anos, amasiado, pai de 5 filhos, atualmente aposentado. Mora em Uberlândia há 23 anos. Mesmo aposentado continuou na atividade vendendo doces e pipocas e parou recentemente, no início de 2000, devido a problemas de saúde.

¹⁰ Idem.

modos de vida foram sendo, aos poucos, modificados, o direito á cidade cerceado.

Esse trabalhador revela, não só em suas falas, mas, principalmente, no alquebramento da voz, do corpo, uma significativa dose de desesperança. Foi recorrente em seu depoimento, no que se refere ao seu trabalho, a frase “*hoje num tem mais jeito, num dá quase nada*”. Embora tenha dito também, em vários momentos, que “*a cidade melhorou muito*” seu tom de voz, a face quase inexpressiva, durante toda a entrevista, denunciava uma certa amargura advinda do cerceamento ao seu direito de trabalhar.

Esse cerceamento não se dá apenas pela fiscalização implacável da prefeitura⁽¹¹⁾. As mudanças físicas no espaço urbano também dificultam o ir e vir na cidade. Em 1978, o Jornal Correio já tomava as dores de pessoas que moravam no centro e apelavam às autoridades que “expurgassem” um vendedor de frutas das ruas centrais da cidade:

“ele representa um perigo constante, pois as pessoas e as possantes carretas que precisam por ali trafegar, deixando a firma que está localizada na esquina oposta àquela (...) tumultua o transito (...) moradores da Cipriano Del Fávero esquina com Quintino Bocaiuva (...) querem fazer publicamente, através do nosso jornal, um apelo ao Prefeito Municipal e seus assessores, no sentido de expurgar daquele local o vendedor ambulante e sua C-14. Acham que a medida será saneadora e que o poder municipal, se autorizou, como diz o proprietário do veículo, o fez sem pensar no problema que estaria criando para os motoristas que trafegam pelo local (...)”⁽¹²⁾

¹¹ Em 1985, foi aprovada legislação específica “regulamentando” as atividades dos ambulantes/camelôs e, a partir daí, a fiscalização foi intensificada. Os usos dessa legislação pelo poder público e as estratégias dos trabalhadores em relação à mesma serão discutidas no capítulo II.

¹² “Viatura ambulante de frutas coloca perigo na Cipriano esquina de Quintino Bocaiuva”. In: Jornal **CORREIO**. 16/02/1978. (grifos meus).

A cidade que cresce, que se desenvolve, na opinião do jornalista, é para os moradores do centro, para as possantes carretas, para a “firma”, para os motoristas, não para o vendedor de frutas. Essa cidade precisa ser urbanizada, saneada.

Além do saneamento defendido pelo jornalista, e que vai ser implementado com maior contundência na década de 80, o próprio crescimento físico da cidade cerceia a atividade de alguns ambulantes à medida que a especulação imobiliária obriga-os a mudarem suas residências dos bairros mais próximos ao centro para os mais periféricos.

No caso do Sr. Alcindo, não há mais como esse trabalhador deslocar-se com o seu carrinho de doces e pipocas do Conjunto habitacional São Jorge, onde mora atualmente, até o centro como fazia quando residia no Bairro Tibery.

Antes, esse trabalhador fazia o trajeto desse bairro até o centro, onde fazia ponto, empurrando seu carrinho de pipocas. Apesar da distância considerável, cerca de três a quatro quilômetros, ele aproveitava para vender durante esse trajeto e, segundo ele:

“era até gostoso, eu ia devargazinho, parava de vez em quando imbaixo de uma árvore. Porque naquele tempo tinha muita árvore daqui prá lá né?, vindia um pouquim por ali, depois continuava. Sabe que era até gostoso? Era longe mais era bom. Agora fazê o quê né? Morando aqui nessa lunjura toda num tem jeito mesmo não”.⁽¹³⁾

Atualmente, sua residência situa-se no Bairro São Jorge distante cerca de 15 quilômetros do centro, o que o impede de exercer sua atividade. No mapa a seguir podemos visualizar essas distâncias.

¹³ Sr. Alcino Batista dos Santos.

Mesmo para os trabalhadores que não têm sua atividade inviabilizada, transportar as mercadorias até o centro foi apontado por vários ambulantes/camelôs (com exceção dos vendedores de passe) como um dos problemas enfrentados no cotidiano. Segundo eles, é muito incômodo o transporte das mercadorias nos ônibus, porque “*é muita mercadoria, muita mala, mais a banca, esbarra em todo muito e aí já viu, o pessoal fica olhando atravessado prá gente*”. No caso do pipoqueiro, a impossibilidade é total, e, segundo o Sr. Alcindo, “*vender no bairro não dá nada*”. Veremos adiante que a cidade passa por um processo de periferização – excludente – pelo qual se tenta, via ações dos poderes públicos, um “saneamento” por meio da expulsão das práticas dos trabalhadores do centro para a periferia.

Para os que continuam a atividade, além do incômodo do transporte, o próprio local de trabalho não é dos mais confortáveis, quando são proibidos de utilizarem as praças, como se pode ver na foto:

Imagem 2: Ambulante em avenida central da cidade



Fonte: Jornal **CORREIO**. 03/03/2000

Nela, de frente, e, em frente a uma grande loja, espremido entre os carros estacionados e a guia da calçada, na avenida central da cidade, um homem, que demonstra um certo desconforto em relação à lente da câmera do jornalista, espera seus clientes.

Seu equipamento de trabalho: uma caixa de papelão improvisada à guisa de “banca” e um banquinho plástico. Seus clientes: os transeuntes. No conteúdo da matéria correspondente à foto, nenhuma alusão a vendedores ambulantes, camelôs, trabalho informal ou coisa que o valha. Abaixo da foto, o título: “CRESCER PROCURA POR VAGAS NA CDL”.

A intenção da matéria – ao menos a intenção explícita – é demonstrar que a CDL (Câmara de Dirigentes Lojistas) criou um serviço de recrutamento “a partir da necessidade de se recrutar e selecionar profissionais para atender os 2,7 mil associados da CDL”⁽¹⁴⁾.

A mesma matéria ainda diz, em tom positivador, que, durante os cinco anos da criação deste serviço, a CDL recebeu 10 mil currículos e “deste total cerca de 1,2 mil candidatos foram encaminhados para as vagas. A média de aproveitamento é de 12%, podendo chegar até 20% em épocas sazonais. (...) boa parte desses candidatos forma um grupo de mão-de-obra não qualificada e muitos ainda não têm informações suficientes de como e onde procurar um emprego”.⁽¹⁵⁾

Uma foto, uma pequena matéria, e, à primeira vista, a impressão de que algo está fora do lugar. Por que a foto que acompanha a matéria não é da sede do CDL ou de um candidato a uma vaga sendo atendido? Ou, quem sabe, uma fila de candidatos? Por que a foto do ambulante/camelô?

Uma das intenções subliminares é vincular a imagem do Camelô à afirmação de que “boa parte desses candidatos forma um grupo de mão-de-obra não qualificada”.

¹⁴ Jornal correio, Uberlândia, 03/03/2000.

¹⁵ Idem.

Dessa forma, por um lado, a matéria chama a atenção para o fato da crise de emprego atual, que origina o acréscimo da atividade do chamado setor informal considerado, sempre, como uma “anomalia da economia”.

Por outro lado, faz uma positivação da ação do CDL que estaria contribuindo para “sanar”, ao menos parcialmente, tal situação. É recorrente, no jornal, que as entidades empresariais sejam apontadas como responsáveis pelo progresso da cidade bem como pela solução dos problemas acarretados por este o que faz com que ela se desenvolva “*firme e progressista, e a pleno vapor*”.

Os trabalhadores, considerados “*não qualificados*” ao chegarem à cidade, desenvolveram estratégias de sobrevivência e de adaptação ao cenário urbano. Essas estratégias constituir-se-ão em tijolos importantes na construção da cidade nas últimas três décadas.

O Sr. Django, revela que ser qualificado, é uma questão de ponto de vista e que esta qualificação, em alguns casos, pode se tornar um alçômetro do trabalhador, porquanto a “modernização” das formas de produzir e das relações de trabalho não poupa aqueles que, por qualquer motivo, não tiveram chance de “atualizar-se”.

“Apesar da empresa [na cidade de origem] estar indo bem, tendo seus equipamentos sendo modernizados, mas houve um ‘enchugamento’. Então eu e meus colegas fomos vítimas dessa modernização.(...) na verdade, o que me faltou foi quem me desse oportunidade. (...) porque pelo tempo de experiência que eu tenho eu acredito no meu potencial (...) na visão deles [dos empresários de gráficas em Uberlândia] eu fazia um trabalho primitivo porque ele disse: _ ‘nós temos aqui um equipamento mais avançado com o qual voce não sabe lidar’. E eu pedi um prazo de uma semana para aprender a lidar com esse equipamento mas eles não quiseram me dar essa oportunidade (...) Eu tentei junto a LBV que promove cursos na área de computação (...) junto a Federação da Indústria, fiz o cadastro lá, mas, segundo me disseram

lá, a empresa se precisar de mim, então eu seria chamado para fazer essa qualificação, do contrário eu teria que ficar esperando(...).⁽¹⁶⁾

O Sr. Reinor Ramalho lembra da dificuldade de adaptar-se às condições de trabalho experimentadas na cidade, relutando, de início, em se deixar absorver pelos novos ritmos, novas obrigações.

“Então aqui, eu num confirmava aqui, num acostumava...que devido ter me criado toda vida na roça, eu nem parava aqui nu Berlândia, nem na roça. Ficava aqui 1 mês, 2 mês, 3 mês, 4 mês, gora memo sumia pra roça de novo. Aí em 64 eu vim em definitivo.(...)Trabaiava aqui de servente, trabaiava de chapa...ocê sabe que que é trabaiá de chapa?(...) Porque na roça eu vivia mais tranqüilo, certo? Porque muita coisa eu num comprava...agora aqui na cidade ocê... quase tudo ocê tem... ocê qué... um quilo de sal ocê vai comprá, um quilo de arroz ocê vai comprá, um feijão ocê vai comprá, um açúcar ocê vai comprá, né? Agora a água ocê tem que pagá, a Luiz ocê tem que pagá (...). Porque lá na roça eu vivia tranqüilo, eu tinha meu porco também a mesma coisa, lá eu tinha muito porco, né? Tinha a galinha, tinha o frango, tinha os ovos, tinha tudo.”⁽¹⁷⁾

Ficar definitivamente na cidade significou conjugar um novo modo de viver com as atividades que exercia quando da vida na roça, dividindo seu tempo entre um trabalho assalariado e a criação de porcos, que, segundo ele, é a sua “*maior diversão*”. Imprimiu assim, na cidade, a sua marca, o seu jeito de viver e de trabalhar e de relacionar-se com os outros moradores:

¹⁶ Django Alves da Silva. 30 anos, casado, pai de quatro filhos. Natural de Currais Novos-RN. Reside na cidade há três anos. Assim como seu compadre Gerson, é vendedor ambulante comercializando os produtos da empresa King’s Gel Indústria & Comércio Ltda.

¹⁷ Sr. Reinor Ramalho. Natural de Uberlândia (zona rural), 73 anos de idade, casado pela segunda vez, pai de 6 filhas, sendo 3 falecidas ainda crianças. Trabalhou como guarda noturno desde que veio definitivamente para Uberlândia, em 64, tendo exercido, paralelamente, a atividade de criação de porcos até o presente momento.

“Eu vindia sempre na base de 6, 8 porco. Tirava aqueles e punha otros 6, 8. Vindi muito porco pra açogueiro. E comprava os porco de um colega aqui perto do moin de trigo, ele chama Hélio. É vivo ainda. E samus amigo. Comprei muito porco dele. Eu comprava os porco dele. Ele capava lá im casa, outra hora já capava na casa dele, já levava pra mim castrado... ali era cum... 3 mêis, 4 mêis... 4 mêis é 120 dia né? Eu já tirava aqueles e já tinha otros comprado dele... o chiquero num esfriava não. Eu tava tirando os gordo aqui e os mago já tava aí também pra entrar no chiquero.”⁽¹⁸⁾

Diferentemente do Sr Alcindo, o Sr Reinor demonstrou um entusiasmo incontido ao falar da lida com os porcos, da relação com os vizinhos, e sua figura de um senhor bonachão só se dissolveu ao falar dos problemas com a fiscalização municipal. Nesses momentos, chegou mesmo a demonstrar uma certa raiva no seu tom de voz.

Quase nada revelou sobre o trabalho de guarda noturno, atividade que, apesar de ter realizado desde que veio para a cidade, parece não ter marcado muito seu viver no meio urbano⁽¹⁹⁾.

Pude perceber em seu depoimento que esse trabalhador tem arraigado em sua personalidade o jeito de ser das pessoas da roça e que os valores adquiridos no meio urbano são utilizados no sentido de instrumentalizá-lo para a vida na cidade. Aprendeu a dirigir e comprou “*um carrinho velho*”, uma Variant azul – modelo já fora de linha –, que é “a sua cara”, com os bancos forrados com forros de retalhos costurados pela esposa e pelas tias, mais uma tradição mantida pelas mulheres da família. Utiliza o seu “*chebinha*” – assim ele denomina o carro – para levar um porco já abatido para aquele que o comprou e, na casa do comprador, já recolhe a lavagem com a qual engorda os porcos.

¹⁸ Sr. Reinor Ramalho.

¹⁹ Uma explicação possível para esse fato é que essa atividade, por ser absolutamente solitária, não permite o estabelecimento de relações com colegas de trabalho, ou mesmo com o patrão, não produzindo, assim, vínculos a serem recuperados pela memória. Como o Sr. Reinor mesmo afirmou, quando do término da entrevista lhe perguntei por que não falara sobre o assunto, “*falar o quê né? Ali era eu e a noite, mais ninguém, num acontecia nada. Eu num via a hora de amanhecer e ir cuidar de meus porquinho!*”

Aprendeu a transformar uma atividade de subsistência (na roça) em uma atividade monetária (na cidade), emprestando o dinheiro da venda dos porcos a juros e fazendo negócios que ampliavam seu pequeno capital.

“Naquela época ocê dava dinheiro a juro era na base de 10, 15, 20... por cento. Então dava.... então eu pur exempre... eu comprei um terreno aqui eu vindim ele prum parente...comprei ele por trinta conto na época... e hora depois vindim prum parente por 300 conto. Ganhava, dava dinheiro. (...) Criei a família cum dinheiro de porco. Porque meu salário era pôco...mais então ele me complementava... ajudava... completava minhas dispesa.”⁽²⁰⁾

Entretanto, apesar desse aprendizado dos valores urbanos, ao falar daqueles para quem vende os porcos, demonstra que, em seu cotidiano, na relação com essas pessoas, o que prevalece são aqueles valores trazidos da roça. Seus “clientes” são assim caracterizados pelo Sr. Reinor:

“São acostumado cumê a banha de porco, (...) a carne de porco, sabe o que que é uma carne de porco... criado assim...porque a carne de porco criado iguali eu crio ali é muito diferente desse porco de granja... a carne, a banha... porque o porco de granja ele num tem banha, é um toucizin duro num é? Nem pra torresmo ele presta, num é isso?. E aquele não! A pele é gostosa, o torresmo é gostoso, a carne inda melhor ainda, então num tem jeito. Uma carninha cheia, pur exemplo, um lombo de porco, uma custelinha de porco, uma mandioquinha cozidinha....”⁽²¹⁾

Na verdade, ao falar de sua clientela, em meu entendimento, o Sr. Reinor fala de si mesmo. Fala de um modo de viver que é caro a ele e àqueles que o compartilham. Revela o jeito de viver de pessoas que mantêm na cidade valores experienciados na roça e que, apesar dos ritmos urbanos, não se deixam apagar. Entretanto, muitos desses trabalhadores sucumbem ao controle exercido pela

²⁰ Sr. Reinor Ramalho.

²¹ Idem.

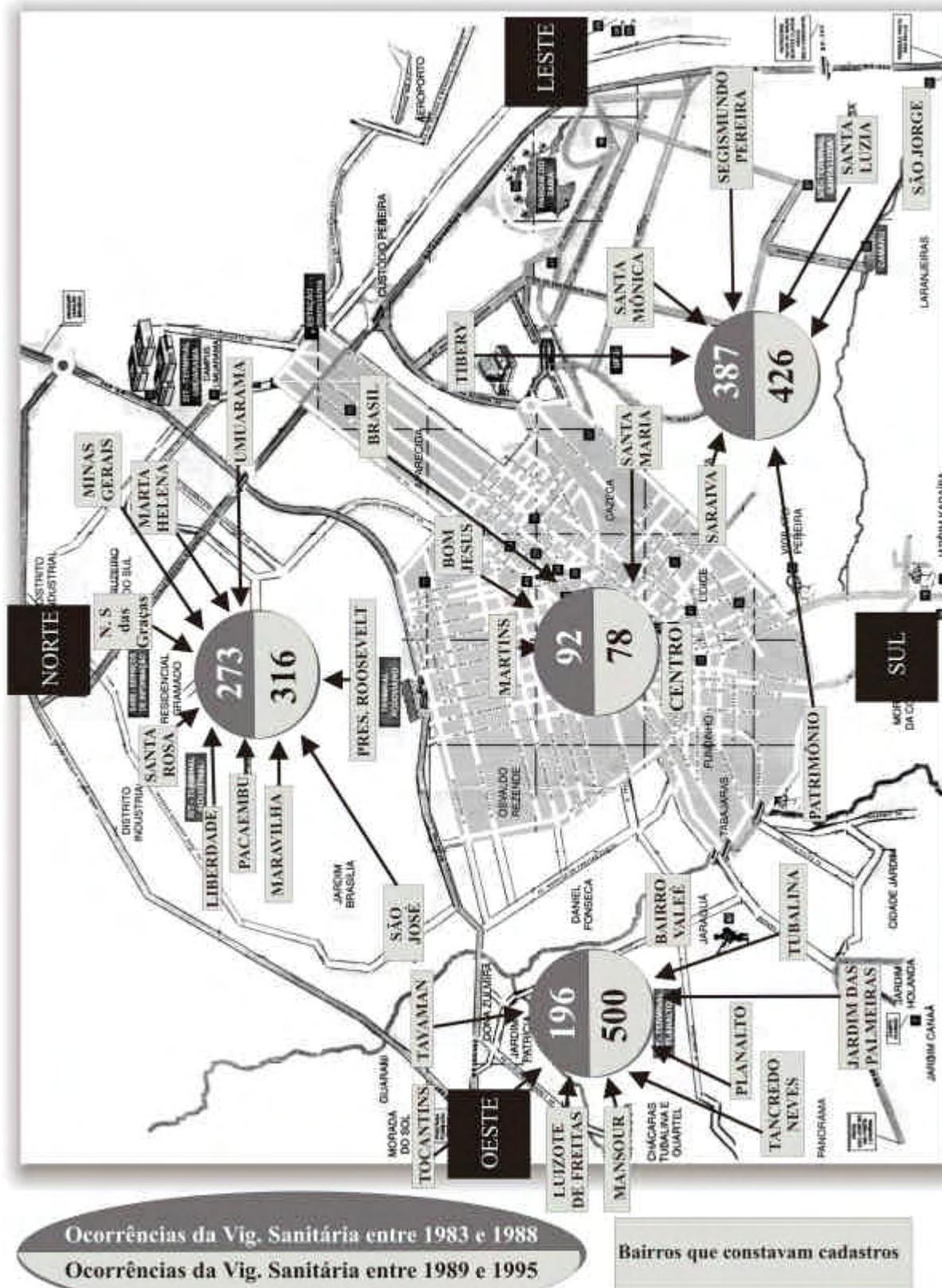
administração municipal ao serem empurrados para áreas cada vez mais periféricas, e alguns desistem da atividade, como relata o Sr. Moisés:

Aqui [em Uberlândia entre os anos 70 e 80] ainda tinha como você criá seus porquinho, suas galinha e tinha muita gente que comprava, dava prá criá a família. Eu cuidava dos porco e a mulher das galinha, fazia doce, vendia ovo pra vizinhança intera. Foi assim que conseguimos dá estudo pros mininos. Agora se você faiz isso, o vizinho num gosta, por causa do cheiro né? Então ele te denuncia e os fiscal da prefeitura vem e se brincá, até toma seus porco. Então tive que levá meus porco prá uma chacrinha dum cumpadre meu lá no Morada Nova [setor de chácaras, fora do perímetro urbano], criando a-meia né? Mais num tá dando não sô. Você já num viu falá que o que engorda o porco é o olho do dono? Então. Lá era mais difíce, tinha o problema da condução, ficava tudo mais caro, e ainda por cima, num natal desses aí me robaram três leitoinha. Então o que é que eu fiz? Acabei cum tudo e agora tenho que dependê da boa vontade dos filhos... ”⁽²²⁾

O lamento do Sr. Moisés esclarece que, à proporção que a cidade desenvolve-se e é “saneada” pelos poderes públicos, modos de vida são empurrados para as áreas menos valorizadas da cidade. Enquanto as áreas mais centrais sofrem um processo de verticalização, capitaneado pela especulação imobiliária, ocorre, paralelamente uma periferização horizontal.

No mapa a seguir, visualiza-se que, nesse processo, aqueles que criavam porcos acompanham esse movimento de periferização, imprimindo, nos novos bairros, criados nesse processo, seus modos de viver e trabalhar:

²² Sr. Moisés, ex-lavrador que ganhou a vida na cidade vendendo porcos e que, depois de ter trabalhado de 92 à 97 em atividades como serviços gerais e guarda noturno, trabalha atualmente como caseiro em um pequeno sítio de propriedade de um médico da cidade, ganhando salário mínimo, 72 anos. Depoimento In: MEDEIROS, E. Antunes. “**TRABALHO E RELAÇÕES SOCIAIS: TRANSFORMAÇÕES, LUTAS, CONQUISTAS E PERDAS - UBERLÂNDIA 1970-1999**”. Uberlândia-MG: UFU, 1999. (Monografia)

Imagem 3: Deslocamento espacial dos criadores de suínos^(*)

^(*) Mapeamento realizado a partir das fichas de cadastro de criatórios de suínos, “currais” e aves da Vigilância Sanitária. Aproximadamente 3.000 fichas, que equivalem a 3.000 indivíduos que criavam porcos no perímetro urbano entre 1983 e 1995 (foram analisadas 2.200 p/ o mapeamento). O criador é cadastrado (a partir de uma denúncia) e acompanhado por meio de visitas lançadas nas fichas, até que se desative o criatório. As fichas abrangem desde açougueiros (que criam), criadores no perímetro urbano (geralmente +ou-30 porcos), até aqueles que criam um porco para consumo próprio. Fonte: **Guia SEI de Uberlândia**. Digitalizado pelo autor.

Como se observa, a única área que sofre um decréscimo de ocorrências, comparando-se os dois períodos analisados, é a central, destacada em cinza no mapa, caindo de 92 ocorrências no período 83/88 para 78 no período 89/95. Há um acréscimo considerável nos setores Norte e Sul passando de 273 para 316 e de 387 para 426, respectivamente, e uma grande concentração no setor Oeste, onde as ocorrências saltam de 196 no período de 83/88 para 500, no período 89/95.

Esse deslocamento das práticas dos trabalhadores coincide com a criação de novos bairros e com a alocação nestes das camadas de baixa renda. No caso do setor Oeste, onde houve a maior concentração dessas práticas, todos os bairros que o constituem, salvo o Bairro Tubalina e Vallé, consolidaram-se entre 1980 e 1989. Esse setor é caracterizado como “setor de baixa renda”⁽²³⁾, bem como os demais onde houve acréscimo das ocorrências da Vigilância Sanitária.

O período de consolidação desses novos bairros coincide com a criação da Vigilância Sanitária em 1983 e com o período em que mais ocorrências se deram na área central da cidade, exatamente entre 1983 e 1988. Dessa forma, pode-se inferir que o “saneamento” implementado nesse período, na área central, atendendo reivindicações das classes altas e médias⁽²⁴⁾ empurrou os trabalhadores com suas práticas de criação para a periferia.

A criação da Vigilância sanitária na cidade de Uberlândia, em 1983, inscreve-se, ideologicamente, em um padrão de comportamento das elites brasileiras, que remonta ao advento da república no século XVIII, constituindo um *“conjunto de princípios que, estando destinados a conduzir o país ao*

²³ Tanto a criação desses bairros quanto a caracterização das classes que os compõem podem ser verificadas, em SOARES, Beatriz Ribeiro. **UBERLÂNDIA: DA CIDADE JARDIM AO PORTAL DO CERRADO - IMAGENS E REPRESENTAÇÕES NO TRIÂNGULO MINEIRO**. (Doutorado), São Paulo: FFLCH/USP, 1995.

²⁴ Embora não se tenham dados para o período sobre as características dos reclamantes, tem-se esse dado para o ano de 1994. O estudo é classificado por renda salarial e 25% dos denunciante encontram-se na faixa “acima de 8 salários”. Somadas as faixas que vão de 5 salários até acima de 8, têm-se 51% dos denunciante. Cf. **RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA SEÇÃO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA-1994**. PMU/Arquivo Geral/Documentos da Vigilância Sanitária, caixa nº. 3. Segundo os fiscais da V. S., esse perfil dos denunciante foi sempre o mesmo.

‘verdadeiro’, à ‘civilização’, implicam a despolitização da realidade histórica, a legitimação apriorística das decisões quanto às políticas públicas a serem aplicadas no meio urbano”⁽²⁵⁾.

Esse comportamento é sempre reutilizado, adaptado às necessidades de cada momento histórico e gera um processo de periferização das práticas dos trabalhadores, pela necessidade das elites em apresentarem as áreas centrais da cidade como um *out door* do progresso e da urbanidade. Assim, os trabalhadores se vêem obrigados a um deslocamento constante o que, de certa forma, vai acabar por determinar as características do espaço na cidade.

Esse deslocar-se na cidade, entre centro e periferia, gera percepções diferenciadas. Percebi que os depoimentos de produtores/comerciantes de horti-fruti-granjeiros e os dos ambulantes/camelôs, embora apresentem a característica comum de trazerem à tona lembranças e vivências do meio rural, distinguem-se claramente na forma como essas reminiscências são tratadas.

Enquanto entre os primeiros predomina um forte sentimento de saudade e, na maioria dos casos, até mesmo um desejo de retornar à roça, mesmo tendo certeza da impossibilidade desse retorno, entre os ambulantes/camelôs predominam as preocupações com a fiscalização da prefeitura, as dificuldades de acesso ao centro da cidade, a relação com os lojistas.

Essa distinção, traduzida em termos espaciais, se expressa nas falas dos produtores de horti-fruti-granjeiros mediante o relato das relações com os vizinhos, com o bairro, na lida diária com as criações, e, claro, nas lembranças do tempo da roça.

No caso dos ambulantes/camelôs manifesta-se sempre nas referências ao centro da cidade, à relação com os transeuntes, à relação com

²⁵ CHALHOUB, Sidney. **CIDADE FEBRIL: CORTIÇOS E EPIDEMIAS NA CORTE IMPERIAL**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. P. 35.

os poderes públicos. Ao meu ver, o que determina tal distinção é o uso diferenciado que esses trabalhadores fazem da cidade.

Enquanto uns utilizam o espaço da moradia para realizar o seu trabalho, criando ou plantando o que, em certa medida, mantém um modo de viver ligado às suas origens, os outros, tendo abandonado essas práticas, passam a viver o ritmo urbano e, baseados neste, reestruturam o seu viver, e, em certa medida, seus valores.

Como o local de trabalho é o centro, os depoimentos tendem a privilegiar as memórias vinculadas a esse espaço. Isso não significa, porém, que nos produtores de horti-fruti-granjeiros, seja possível verificar uma ligação estreita entre o trabalhar e o viver, e, por extensão um vínculo com o local onde o trabalho se dá, e, nos ambulantes/camelôs, uma dissociação entre essas duas dimensões.

Ao contrário, justamente por serem essas dimensões indissociáveis é que os ambulantes/camelôs reportam-se sempre ao centro. Não que os seus viveres se resumam a esse espaço, mas é que, neste, travam a maioria de suas relações, com os colegas de trabalho, com os transeuntes, com o poder público, o que, de certa forma, abarca parte significativa desse viver.

Acredito que *“os espaços do trabalhador devem ser compreendidos como pluridimensionais que, tanto apresentam traços visualmente identificáveis, como a casa, a rua, o bairro, a escola, as praças públicas e o local de trabalho, todos eles carregados de significados, bem como, transcendendo o plano da materialidade, podem-se expressar também como campo das subjetividades⁽²⁶⁾”* e que esse posicionamento do historiador *“só adquire significado evitando-se o equívoco de trabalhar o cotidiano como entidade autônoma e isolada ou que se coloca em oposição ao local de trabalho. Antes, esses espaços devem ser compreendidos como complementares, que se interpenetram⁽²⁷⁾”*.

²⁶ ALMEIDA, Antônio de. Os Trabalhadores e Seus Espaços: cultura, experiência e cotidiano nos estudos históricos sobre identidade coletiva. In: MACHADO, Maria Clara T. & PATRIOTA, R. (Orgs) ... [et...al]. **POLÍTICA, CULTURA E MOVIMENTOS SOCIAIS: CONTEMPORANEIDADESHISTORIOGRÁFICAS**. Uberlândia: UFU, 2001. p. 31

²⁷ Idem. p. 33.

O Sr. Osmar, natural de Conquista-MG, também da Zona rural, adaptou-se melhor aos ritmos urbanos, trabalhou vários anos como borracheiro e depois se tornou motorista. Há cinco anos, devido a problemas de saúde, tornou-se Ambulante. Atualmente, vende passes de ônibus na entrada do Campus Santa Mônica, dessa universidade.

Sua trajetória revela a situação de milhares de trabalhadores brasileiros: após anos de contribuição à previdência social, esta não lhe garante uma aposentadoria suficiente para manter a si e à família: *“Então meio quilo de carne hoje, com 3 reais eu compro, é o que eu ganhei no correr do dia, no dia anterior. Então eu trabalho hoje prá comer amanhã”*.⁽²⁸⁾

Aguinaldo, devido à experiência de ter sido criado em um orfanato dos 9 aos 18 anos, estima que sua opção em ser camelô deve-se ao fato de querer *“a liberdade, igual um passarinho, solto na rua, ficar preso não!”*⁽²⁹⁾. Afirmou não se imaginar exercendo outra atividade e que *“tem dom para ser camelô”*. Ele é o que pode ser considerado o “típico camelô”. É extrovertido, muito falante e faz questão de trabalhar sempre andando e apregoando com voz quase “cantada” suas pequenas mercadorias: cadeados, bilhetes de loteria, chaveiros, ornamentos para cabelo, passe de ônibus, dentre tantas outras.

Pablo, mais jovem, reputa sua “escolha” pelo trabalho de ambulante/camelô à falta de opções, uma vez que, *“primeiro lugar é porque não há serviço né. E depois, o governo atual não dá oportunidade de a gente é...se qualificar e ter uma coisa melhor (...) a gente tem que viver é de bico assim”*⁽³⁰⁾. Seu sonho é qualificar-se em computação. Tem o 2º grau e ressenete-se de não ter conhecimento em línguas estrangeiras, porque, segundo ele, *“é uma exigência do mercado”*.

²⁸ Sr Osmar L. Silva, amasiado, 52 anos, pai de dois filhos, originário do meio rural no município de Conquista/MG, vive em Uberlândia desde 1971. Sua “opção” em se tornar ambulante deveu-se ao fato de ter tido um AVC (acidente cardiovascular) que, tendo deixado seqüelas, o obrigou a aposentar-se por invalidez..

²⁹ José Aguinaldo, 40 anos, solteiro, 5 filhos. Natural de Itapuã. Vive há 36 anos em Uberlândia..

³⁰ Pablo Emílio Ferreira, 23 anos, casado, pai de 3 filhos. Natural de Belo Horizonte-MG. Vende Passe de ônibus na Praça central da cidade. Sua esposa também exerce a mesma atividade.

Embora busque condições de “qualificar-se” para o mercado de trabalho, muito dificilmente esse jovem trabalhador conseguirá atingir esse objetivo. Foi recorrente entre os ambulantes/camelôs a narrativa de que começaram na atividade como “bico” até conseguirem um emprego e “*foram ficando*” ou “*tomando gosto pela coisa*”. Alguns que me disseram isso já estão na atividade há mais de vinte anos. Aquilo que, no princípio, aparecia como uma opção temporária, devido às condições de vida e trabalho na cidade, acaba por tornar-se um modo de vida. No caso de Pablo, isso se evidencia pelo fato de sua jovem esposa já ter, também, se iniciado na atividade.

A Sr^a. Nilcimar reporta sua opção em ser ambulante/camelô ao fato de ter aprendido com pai, que sempre foi “*artesão e vendedor ambulante e criou a toda a família sem muita dificuldade*”⁽³¹⁾. Conjugados a essa experiência anterior, a falta de trabalho do marido e as dificuldades dela mesma em encontrar outro trabalho levaram-na, bem como o marido e a filha mais velha a tornarem-se ambulantes/camelôs. Segundo essa trabalhadora, embora tenha vindo para cidade atraída por um mercado de trabalho em expansão na cidade, anos depois da chegada, os empregos diminuíram e essa foi a alternativa possível encontrada para conseguir criar a família.

Marcos, nascido na cidade, revela também a perseguição a determinados modos de viver e trabalhar na cidade e os remete a um “*tempo antigo*” apontando que essas práticas sobrevivem apenas como uma prática para consumo doméstico, realizada “*escondidinha*”:

“A fiscalização tá em cima! Eu conheço várias pessoas que criava porco no fundo de casa e não cria mais, criava galinha e não tá criando mais (...) então vai perdendo aquele ritmo (...) agora, escondidinho, sempre dá, aquela galinha caipira que você gosta de criar, escondidinho dá. Aqui

³¹ Sr^a. Nilcimar. 38 anos, natural de Ituiutaba-MG. Mora na cidade há 22 anos e trabalha como Ambulante/Camelô há 16 anos. Casada, mãe de 3 filhos, a filha mais velha e o marido trabalham juntos com a ela na Praça Tubal Vilela.

[na praça] *ainda tem jeito, os fiscal aparece e a gente sai de fininho, mas na sua casa como é que faz? é mais difícil. Mas é gostoso, eu tenho saudade desse tempo antigo sabe? Criar uma galinha, um porco caipira*”⁽³²⁾

A saudade, aqui, adquire outra conotação daquela expressa nas falas da Sr^a. Aparecida e do Sr. Reinor. Enquanto para aqueles ela é parte constitutiva de sua experiência, para Marcos ela revela o contato que teve com outros trabalhadores e com suas práticas na cidade. E, embora criar porcos e galinhas seja ainda uma atividade realizada no presente, em diversos pontos em Uberlândia, Marcos a reporta ao passado a um *“tempo antigo”*.

Revela também que a atividade de ambulante/camelô favorece a lida com a fiscalização, se comparada com a criação de porcos e galinhas, devido ao seu caráter de mobilidade, que permite maior margem de escapar do controle.

Quanto ao fato da criação transformar-se em uma atividade voltada para o próprio consumo e não mais para a comercialização, o Sr. Reinor demonstrou que, apesar de ter havido uma redução em sua atividade, ele continua criando e vende *“um pedaço... ou um intero... um porquim piqueno eu vendo procê, vendo pra tia aqui... ou vendo pro outro vizinho lá, um outro amigo. Mais é pouco, eu ingordo hoje é só de 3 porco pra trais. Antigamente era 6, 8. era de 6 prá riba”*.

Essa foi a forma que encontrou para lidar com a tentativa de restrição de sua atividade: como a venda para os açougues tornou-se um alvo mais fácil para os ataques da fiscalização sanitária, ele passou a contar com uma rede de parentesco e amizades para vender seu produto, rede da qual, inclusive, este pesquisador faz parte.

Acordar cedo e enfrentar longas filas nos terminais de ônibus, tomá-los apinhados de trabalhadores outros, que, às vezes, lançam-lhes olhares

³² Marcos Bernardes de Assis, 32 anos, solteiro, natural de Uberlândia e seus pais de Ituiutaba/MG. Trabalha como Ambulante/Camelô há 6 anos.

“atravessados”, por estarem atravancando o espaço com suas “bugingangas”, é uma constante para os ambulantes camelôs.

É constante ainda a preocupação cotidiana com a fiscalização, também vivenciada pelos produtores/comerciantes de horti-fruti-granjeiros. Os olhares atravessados, para esses, vêm dos vizinhos incomodados com o mal cheiro dos chiqueiros, o que, não raro, resulta em denúncias à vigilância sanitária.

Para esses ambulantes/camelôs e produtores/comerciantes de horti-fruti-granjeiros, seus filhos e tantas outras pessoas que vivem na cidade, o trabalho, do qual depende o acesso à moradia, alimentação, escola para os filhos, dentre outras necessidades básicas, traduz-se em angústia constante, seja recuando até os anos 70, seja na atualidade:

“Não existe uma estatística oficial que demonstre o número de desempregados em Uberlândia, mas basta uma empresa abrir vagas para contratação de funcionários que o tumulto está formado. Cerca de 3 mil pessoas se aglomeraram, desde a madrugada de domingo, na porta do prédio, ainda em obras, do supermercado Bretas, no centro da cidade, para se inscreverem nas cerca de 210 vagas disponíveis. (...) Ismael da Silva, que também passou a noite na fila, diz não ter dormido por medo. ‘não pude dormir. Ficamos em claro e sem comer, caso contrário, perderíamos o lugar’. Ele veio de Goiás para tentar emprego na cidade. A professora desempregada, Ana Cristina Nascimento está confiante num emprego melhor do que o de professora. Com o segundo grau completo, ela espera conseguir um emprego no escritório da empresa, por exemplo. Ela está desempregada há dois anos. ‘apesar de ter a vantagem do segundo grau, estou aceitando qualquer coisa’, afirma”.⁽³³⁾

³³ Jornal CORREIO, 22-02-2000, p. A-5

Muitos dos que afirmam “*aceitar qualquer coisa*”, como a professora na reportagem acima, às vezes, não têm outra alternativa senão “aceitar” tornarem-se ambulantes/camelôs.

É importante perceber, também, que pela forma como o jornal trata suas matérias, e cruzando estas com outras fontes, é possível ir costurando uma série de retalhos que vão desvelando ao historiador as contradições, os conflitos que constituem a luta pelo direito à cidade, o uso que os diversos sujeitos sociais fazem dela, a complexidade das relações sociais travadas nela e por ela.

A cidade que, na memória dominante, pretende-se o “eldorado das oportunidades para todos”, revela-se, para aqueles que nela constróem suas vidas por meio do viver-do-trabalho, um campo de batalha no qual essa oportunidade tem que ser disputada a unhas e dentes, “*passando a noite em claro e sem comer*” e ainda tendo que suportar o escárnio daqueles que se arrogam responsáveis pelo progresso da cidade:

“Ontem, quem tentava uma recolocação ainda teve que enfrentar humilhação de moradores do centro da cidade. Muitas pessoas que estavam na fila afirmaram que moradores do Edifício Doutor Mario Faria, localizado próximo ao supermercado, jogaram ovos nos desempregados”.⁽³⁴⁾

A atitude, provavelmente oriunda dos jovens filhos das famílias de “boa estirpe” e, aparentemente, podendo ser tomada apenas como um “ato de inseqüência juvenil”, revela uma prática arraigada nas elites brasileira e que é passada de geração para geração: a negação do direito à cidade para aqueles que, apesar de serem também responsáveis pela sua construção, são tratados sempre como um incômodo a ser tirado do caminho dos que se consideram os “donos da cidade”:

³⁴ Idem.

“Recebemos a visita de uma comissão de senhoras, que como moradoras da praça Cel. Carneiro, reclamam contra certos atos que estão sendo registrados naquele logradouro público (...) brigas e discussões, algazarra, além do abuso de certos indivíduos que praticam ao ar livre suas necessidades fisiológicas. Afirmam essas senhoras, que aquela praça (...) assim que se tornou local de ponto de ônibus, tudo se transformou, a paz acabou e as atitudes desabonadoras, não coibidas porque não existe policiamento, implicam seriamente no “modus vivendi” das famílias radicadas e mesmo das alunas do colégio Nossa Senhora e da faculdade de Filosofia. (...) esperam que os abusos sejam proibidos pela polícia e a Câmara Municipal encontre uma solução para retirar dali o ponto de ônibus (...) onde nem mictórios existem para atender os usuários do transporte coletivo”⁽³⁵⁾

Fazer as necessidades fisiológicas ao ar livre parecia ser a solução mais prática e imediata já que não havia mictórios. Não seria também mais prático construir um mictório público, visto ser o ponto de ônibus localizado em uma praça, em vez de ocupar a polícia e/ou colocar o ponto em outro local que geraria o mesmo problema? Com base na visão preconceituosa das tais “senhoras” que compunham a comissão permito-me fazer uma ilação: seus filhos, educados por esses princípios de “moralização”, seriam capazes de atirar ovos em um trabalhador que passou a noite em claro na “algazarra permanente” por uma vaga no mercado de trabalho. Não devemos nos esquecer também de que, atualmente, as “inconseqüências juvenis” vão desde atirar ovos em desempregados até a atitude desumana de queimar um cidadão indefeso em praça pública.

Pensar os usos que são feitos da cidade, levou-me também cotejar diversos trabalhos produzidos sobre a cidade, e isso fez com que me detivesse

³⁵ “Moralização para a Praça Cel. Carneiro”. I: JornalCORREIO. 07/03/1975.

em uma grande questão que perpassa vários desses trabalhos, além de minhas próprias questões e das evidências encontradas na pesquisa: o “discurso da ordem e do progresso” contraposto às condições de vida na cidade, o que aponta para uma contradição entre discursos e práticas, entre ideologias e realidades.

Aqui cabe uma consideração inicial: devemos mesmo considerar a discrepância entre discurso e práticas sociais, nesse âmbito, como uma contradição?

Vejamos: em que pese o esforço da imprensa, e das elites em geral, de apregoar estes lemas – a ordem e o progresso –, não é difícil extrair, dessa mesma imprensa, a precariedade das condições de vida no que se refere a transporte, saúde, saneamento básico, bem como os conflitos existentes entre a população e a administração municipal.

Nesse sentido, penso que não é o “*discurso*” do progresso que se deve buscar, contrapondo-o às condições de vida “*reais*”, mas compreender que esse progresso é algo efetivado no plano das relações sociais e que a precariedade das condições de vida é inerente a ele como conseqüências das práticas dominantes.

Em um artigo da imprensa local, de 1970, a cobrança da instalação de um pronto socorro na cidade dá uma idéia de como o discurso sobre o progresso é elemento constituinte deste e que não deve ser entendido como uma contradição. O articulista, tomado aqui como porta-voz da elite local, “cobrava” a instalação de um pronto socorro na cidade, alegando que uma cidade que “tanto se desenvolvia” necessitava desse equipamento público.

Entretanto o parâmetro utilizado para essa cobrança não era o fato de que a população estava desassistida, mas sim, que a ausência desse serviço, “maculava” a imagem que se quer construir de uma cidade desenvolvida:

“PRONTO SOCORRO PARA UBERLÂNDIA

(...) Até faz lembrar aquela anedota daquele sujeito que comprou um ‘rabo de peixe’ (modelo de automóvel) do último tipo mas (outra vez o ‘mas’, a terrível conjunção adversativa que atrapalha tudo), mas não tinha macaco. Ultra-moderno mas não tinha macaco. Belo, muito belo, mas não tinha macaco. Maravilhoso mas não tinha macaco. Etc, etc, mas não tinha macaco (...). Por isso, Voltamos a dizer: Uberlândia é realmente uma cidade maravilhosa, mas não tem um pronto socorro. Uma indústria que se desenvolve cada dia, mas não tem um pronto socorro. Tem tantos e tão bons colégios, mas não tem um pronto socorro. Tem uma Universidade, mas não tem um pronto socorro. Uberlândia tem tudo que lhe é necessário em vários sentidos, mas não tem um pronto socorro(...).”⁽³⁶⁾

Caberia fazer uma pergunta óbvia: não seria uma decorrência “natural” que o desenvolvimento da cidade, apontado pelo articulista, aumentasse a arrecadação tributária, o que possibilitaria a instalação do serviço? A resposta é também óbvia: a imagem de cidade desenvolvida corresponde às necessidades das elites locais no sentido de que desenvolver significa ampliar a reprodução capitalista privada. Isso, em última instância, é o que dá, na medida exata, o significado do desenvolvimento e do progresso pretendido pelas elites locais.

Acredito que, se a própria elite reconhece que “apesar” do seu pretendido progresso as condições de vida precárias depõem contra este⁽³⁷⁾, como se nota no artigo do jornal, cabe ao historiador partir do progresso “realizado” em seu presente, investigando como ele foi engendrado no passado e que outras alternativas se colocaram, ou não, a este.

³⁶ Jornal CORREIO DE UBERLÂNDIA, ano 34, 24/04/1970, p. 3.

³⁷ O fato de um município com 124.706 habitantes (em 1970) não contar com um pronto socorro, por si, é um significativo indício de que as condições de vida, principalmente para as camadas populares, eram precárias.

Em outras palavras, tomar como referência os problemas sociais atuais, entendendo-os como parte constitutiva e integrante desse progresso, permeado de fissuras e conflitos reais existentes entre os sujeitos sociais responsáveis pela sua construção, sejam estes “dominantes” ou “dominados”.

Nesse sentido, a cidade – qualquer cidade – é construída com base no embate das várias maneiras de vivê-la, de pensá-la e de senti-la. O conjunto de ações sobre esta, pensadas e executadas pelos sujeitos sociais, é o que a faz desenvolver, crescer, transformar-se. Nesse processo, a percepção dessa transformação é impregnada pela noção de progresso – a “cidade promessa” –, que permeia toda a tessitura da cidade, sendo percebida e, utilizada, de várias maneiras, de acordo com os interesses de determinados seguimentos sociais e/ou políticos.

Devemos lembrar que, se, em 1970, *“Uberlândia tem tudo que lhe é necessário em vários sentidos, mas não tem um pronto socorro”*, tem vários outros problemas que o articulista não mencionou e que são evidenciados em qualquer época que se recorte. Problemas que, como já afirmei, são inerentes ao progresso efetivado.

Esse progresso, que se torna visível no crescimento da cidade, na construção civil, na instalação de indústrias e no crescimento do comércio, é transformado em campanhas pelas entidades empresariais endossadas e divulgadas pela imprensa e foi, em parte, responsável pela atração de migrantes, que vieram para a cidade em busca de melhores condições de vida.

“Dentro da campanha ‘década da industrialização’, lançada pelo CORREIO DE UBERLÂNDIA, e que contou logo com o apôio e o aplauso da Ass. Comercial, a reportagem apurou que se esboça na cidade, por parte daquela entidade, uma forte campanha que visa a difundir o sentido de uma verdadeira industrialização da cidade, fortalecendo assim a posição da cidade industrial de Uberlândia. Será uma campanha de

conscientização incluindo 'slogans' em impressos, faixas, painéis, etc., com lançamento e cobertura da ACIUB (...)"⁽³⁸⁾

A campanha a que se refere o jornal inclui-se numa série de outras, como a “campanha da produção” direcionada para o setor agrícola, todas disseminadas e, geralmente, subsidiadas pelos governos do regime militar. As campanhas de industrialização e modernização da agricultura expressam um projeto de cidade, pensado pelas elites locais, subsidiado pelos governos estadual e federal e que tiveram drásticas conseqüências, principalmente a partir dos anos 80, para os trabalhadores no que diz respeito às condições de vida e de trabalho.

Aliado à precarização das condições de vida na cidade, verificou-se profundas transformações nas relações de trabalho, não só em nível nacional, mas, mundial, baseadas no desenvolvimento tecnológico⁽³⁹⁾ e que têm como uma de suas características principais a redução de postos de trabalho com um crescente aumento nos níveis de desemprego.

No caso do Brasil, um terceiro elemento soma-se aos dois anteriores no sentido aumentar o sofrimento daqueles que vivem-do-trabalho: o esgotamento do chamado “milagre econômico”, o que ocasionou uma drástica redução nos investimentos em estrutura urbana, que, segundo Benício Schmidt e Ricardo Farret, “os investimentos de 1984 representam em termos reais apenas 11,7% dos investimentos de 1976”⁽⁴⁰⁾

Foi nessa conjuntura que vieram trabalhadores de várias cidades da região e tornaram-se mais um, dentre os elementos constitutivos da cidade, sendo responsáveis também, como os demais agentes sociais, pelo que

³⁸ Jornal CORREIO DE UBERLÂNDIA, ano 33, 09/10/1970, p. 3.

³⁹ A esse respeito ver: ANTUNES, Ricardo. **ADEUS AO TRABALHO?:** ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho, 2ª ed., SP, Cortez, 1995; _____. **OS SENTIDOS DO TRABALHO.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2000; BIHR, Alain. **DA GRANDE NOITE À ALTERNATIVA:** o movimento operário europeu em crise. São Paulo: Boitempo Editorial, 1998.

⁴⁰ SCHMIDT, Benício & Farret, Ricardo. Op. cit., p. 48. Para se ter a idéia do peso desse “desinvestimento” nas condições de vida dos trabalhadores nos centros urbanos, em 1976 os investimentos somavam 714 bilhões e 1984 apenas 84 bilhões.

denominei de progresso efetivado, ao carream para Uberlândia seus anseios e expectativas.

A possibilidade de acesso ao trabalho é recorrente nas falas dos depoentes como motivo da vinda para Uberlândia: *“Morava em Ituiutaba (...) lá era péssimo de serviço (...) a gente veio prá Uberlândia por causa disso (...) Serviço tinha de montão na época, aqui em 78 tinha serviço assim ó (...)”*.⁽⁴¹⁾

A procura por melhoria das condições de vida, no sentido de beneficiar-se de serviços não disponíveis no meio rural, é outro fator muito presente:

“Vim prá cidade pra dá iscola pros fio! Purquê eu... a iscola lá era pôca... uma hora funcionava bem, outra hora num funcionava...e eu quiria dá iscola pros fio pra num ficá analfabeto qui nem eu (...) cê sabe, in roça sempre é atrasado... aqui no “cumércio” inda morre! [nesse momento seus olhos marejam ligeiramente ao lembrar da morte das filhas pequenas, na roça] O médico facilita morre! E lá na roça? Era difícil!... farmácia mais perto eu andava era 2 légua pra chegá na farmácia. (...) Agora, ce sabe lá de que jeito ocê andava essas duas légua? Que era de a pé ou que era de bicicleta ou que era de a cavalo. Tinha que sê isso. Se num tivesse o cavalo, num tivesse a bicicleta era de a pé. Ocê tinha que rodá essas 2 légua. 2 prá lá e 2 prá cá, era o que? Era 4 légua! .”⁽⁴²⁾

Percebe-se que, ao falar de suas expectativas em relação ao viver na cidade, o Sr. Reinor evidencia que, para ele, a cidade é sinônimo de “comércio” e, por extensão, de desenvolvimento e de melhores condições de

⁴¹ Sr^a. Nilcimar, 38 anos, natural de Ituiutaba-MG. Mora na cidade há 22 anos e trabalha como Ambulante/Camelô há 16 anos. Casada, mãe de 3 filhos, a filha mais velha e o marido trabalham junto com a mesma.

⁴² Entrevista realizada com o Sr. Reinor Ramalho, Natural de Uberlândia (zona rural), 73 anos de idade, casado pela segunda vez, pai de 6 filhas, sendo 3 falecidas ainda crianças. Trabalhou como guarda noturno desde que veio definitivamente para Uberlândia, em 64, tendo exercido, paralelamente, a atividade de criação de porcos até o presente momento.

vida, enquanto a roça é o lugar do atraso. Assim, ao falar de progresso devemos estar atentos para o fato de que o “discurso” sobre este tem um forte respaldo na população e que, só por isso, funciona como justificativa ideológica para as ações dos poderes constituídos.

Esse respaldo acontece, a meu ver, devido à superação dos problemas vividos nos locais de origem, como a falta de médico e escola, o que, de certa forma, cria uma memória relativamente positiva do viver na cidade. Por outro lado, ao experimentar esse novo viver e os novos problemas com os quais se depara, por um lado recupera-se a memória de uma “roça de abundância”, e não só de atraso, e, por outro, há o reconhecimento que viver na cidade também tem suas desvantagens, apesar de “*ser muito bõo*”.

“Essa eu num esqueço dela porque era uma época boooaaa... tempo bõo, muita chuva, muita fartura. Então a gente trabaiva contente! (...) A fartura...é que a gente coía muito mantimento... a gente tinha muita fartura de milho, de arroz, feijão, porco... tinha porco no chiquero. Então tinha muita fartura, fazia fartura pra dentro de casa. (...) Fazia fartura rapaiz! (...) na roça eu vivia mais tranqüilo, certo? Porque muita coisa eu num comprava...agora aqui na cidade ocê... quase tudo ocê tem... ocê qué... um quilo de sal ocê vai comprá, um quilo de arroz ocê vai comprá, um feijão ocê vai comprá, um açúcar ocê vai comprá, né? Agora a água ocê tem que pagá, a luiz ocê tem que pagá (...) cê pode vê que hoje... tem esses posto de saúde...apesar de que o Vergílio [Virgílio Galassi, prefeito atual na data da entrevista e derrotado um mês depois] fechô um bucado deles... pior que tá tudo carregado, medicina [hospital-escola], esses UAIs [Unidades de Atendimento Integradas] tá tudo carregado. Pur quê? Porque ele fechô esses posto, intão tem que ir tudo pra lá. Mais, muito bõo. Ocê pode vê que eles recarda esse povo aí ó, du Goiás intero, in roda aqui e vem pra medicina aqui, tratá. Quando num vai pra medicina vai prum postozin. Tem os postozinhos aí, eles sai

de lá e vem tratá aqui, vem pra casa de um parente, o parente incaminha ele aqui, daqui ele vai pra medicina, tudo por intremédio ué, dentro d'Uberlândia. é uma facilidade muito boa”.⁽⁴³⁾

Dessa forma, a percepção do viver na cidade aparece como duas faces da mesma moeda.

Por um lado, o progresso experimentado, via acesso aos serviços públicos, faz com que a superação de problemas vividos na roça e continuados após a chegada – em seu entendimento, não era “*bão igual tá agora, pra se tratá*” –, determine uma concepção positiva dessa experiência.

Por outro, a comparação com as reminiscências do passado no campo, referente à fartura na alimentação e à tranquilidade, permite a compreensão de que, apesar da “*facilidade muito boa*” esse progresso, traz em si mais problemas a serem superados.

Assim, é possível captar aqui uma compreensão do significado do progresso experimentado na cidade. Esta compreensão foi elaborada a partir da experiência com base em uma realidade constituída de vários elementos, que, apesar de conflituosos, não são contraditórios.

O Sr Reinor apreende esse progresso, em suas memórias, tal qual ele é: possuidor de um movimento próprio, no qual, a superação de problemas acarretam outros, em uma dinâmica inerente ao sistema capitalista, e que, ao ser desenvolvida, engendra as formas ideológicas – o discurso –, que são ao mesmo tempo, causa e consequência desse progresso.

A meu ver, é nessa relação estabelecida, entre o desejo e as ações das elites, de um lado, e os anseios dos trabalhadores do outro, que podemos compreender como o espaço urbano vem sendo constituído.

E, nessa constituição, os trabalhadores utilizam-se, também, da noção de progresso para reivindicar uma melhoria nas suas condições de vida.

⁴³ Sr. Reinor Ramalho.

Reivindicação que se expressa, principalmente, na procura por acesso aos equipamentos públicos de uma forma geral. Compreender isso não significa entender que “*projetos que eram gerados no seio da imprensa e das classes dominantes, passavam a ser defendidos por uma ampla parcela da população dentro dos seus sindicatos, associações, comitês ou em abaixo-assinados*”⁽⁴⁴⁾. Ao menos não significa apenas isto.

Significa, sim, que os projetos de cidade, oriundos do “seio da imprensa e das classes dominantes”, são pensados e colocados em prática sem que jamais esses setores sociais se esqueçam que “ampla parcela da população” também questiona, reivindica e age de acordo com seus próprios interesses.

Penso que, no processo de “projetar” a cidade, as elites, na verdade, estão dando respostas às reivindicações, às expectativas e às ações dos demais segmentos sociais. Embora devamos reconhecer que os grupos dominantes tentam, sempre que podem, imprimir a sua feição na cidade. Portanto, projetar uma cidade “progressista” significa, entre outras coisas, um desejo de que ampla parcela da população assimile que o progresso é bom para todos.

A Sr^a Nilcimar, assim como o Sr. Reinor, admite a idéia de uma cidade muito boa para se viver.

“Eu adoro o Tocantins (Bairro Tocantins, na periferia da cidade) (...) porque foi lá onde eu consegui minha casinha, graças ao Zaire Rezende (...) na época tava muito difícil o aluguel, tava muito difícil serviço, não tinha como pagá o aluguel e manter a família (...) e com a bem-feitoria da casa, que foi o terreno e os material, a gente construindo aí já se livrou do aluguel (...) desde 86. (...) De 78 prá cá eu to aqui (...). Eu vejo as pessoas reclamar, falar disso, falar da saúde, falar disso e daquilo outro, eu não tenho nada a reclamar de Uberlândia, nada,

⁴⁴ RODRIGUES, Jane de Fátima S. Op. cit., p. 67.

nada, nada. (...) nunca gastei com médico, sempre tive assistência de graça (...). E tudo mudou pra melhor”.⁽⁴⁵⁾

Por um lado a percepção de Uberlândia como um lugar “*muito bom pra criar a família*” é construída a partir da conquista da casa própria e do acesso aos serviços públicos, particularmente os relativos à saúde.

Por outro, a Sr^a. Nilcimar reconhece a atribulação do viver na cidade, inclusive, demonstrando que, se em um primeiro momento, em 78, percebia a cidade como oferecendo “*serviço de montão*”, já em 86 “*na época tava muito difícil o aluguel, tava muito difícil serviço, não tinha como pagá o aluguel e manter a família*”, e assim como o Sr. Reinor, remete-nos ao modo de vida do campo como o ideal de uma vida tranqüila em contraposição às atribulações advindas do desenvolvimento e progresso da cidade:

“Pra mim divertir eu gosto de ir prá beira de um rio pescar ou então ir pra um forró dançar (...) pescar pra mim é uma terapia, você vai lá pra beira do rio, na beira do mato sem ninguém pra te atazanando, você não escuta barulho nenhum (...) acho que é por a gente ficar aqui, no meio desse tumulto (...) eu era pequenininha, eu fui criada em fazenda (...). Eu imagino minha chácara (segundo ela, está prestes a realizar seu maior sonho: o de ter uma chácara) assim: uns 2.500 metros, um pedaço só com árvores, bastante árvore frutífera, um chiqueiro, um galinheiro, um viveiro de planta... é assim que eu imagino... e eu lá...cuidando na beira de um rio, cuidando da bicharada, cuidando das plantas...”⁽⁴⁶⁾

Essa percepção da cidade de Uberlândia, como espaço tumultuado, é elaborada com base na experiência da trabalhadora, que, ao longo dos anos

⁴⁵ Sr^a. Nilcimar. Note-se que ela atribui a conquista ou “*bem-feitoria*” (digo conquista, pois o Bairro Tocantins foi fruto de uma ocupação urbana, vivida, inclusive, pela depoente) da casa própria ao Prefeito da época, Zaire Rezende, como uma “*dádiva*”, o que evidencia, por si, uma assimilação do discurso das elites. Sobre esse aspecto específico, tratarei no capítulo seguinte, em que discutirei a constituição do espaço urbano e suas disputas.

⁴⁶ Idem.

conviveu com o aceleração da urbanização e altos índices de crescimento populacional. Esses elementos são reveladores de que a cidade não foge às características daquele quadro conjuntural apontado anteriormente.

Essas características, que podem ser visualizadas na tabela a seguir, foram, em parte, responsáveis por um certo desejo de retorno à roça, que apareceu em várias entrevistas.

Tabela 1: Desenvolvimento demográfico em Uberlândia – 1960/1991

ÁREA	CENSO/ ANO					
	1960	1970	1980	1991	1996	1998
Urbana	71.717	111.466	231.598	358.165	431.744	465.269
Rural	16.565	13.240	9.363	8.896	7.242	7.804
Total	88.282	124.706	240.961	367.061	438.986	473.073

Fonte: Prefeitura Municipal de Uberlândia. **BDI-BANCO DE DADOS INTEGRADOS**. SMC/APM.

A população urbana de Uberlândia, entre os anos de 1970 e 1991, aumentou em 221,32% (+ 246.699 hab.), enquanto a rural revela um decréscimo de 32,80% (- 4.344 hab)⁴⁷. Apenas após 1996 a população do campo estabilizou-se, chegando a apresentar um ligeiro crescimento até 1998, enquanto a população urbana continuou com as mesmas taxas de crescimento. Junto com esse crescimento, tem-se o problema da precariedade das condições de vida:

“A década de 70 mostra uma verdadeira retomada do crescimento de patologias [em Uberlândia] cujo ‘risco social’ é elevado, particularmente

⁴⁷ A grande diferença entre o êxodo rural e o crescimento da população urbana deve-se ao fato da cidade ter funcionando como um pólo de atração de migrantes oriundos das cidades vizinhas. Segundo a mesma fonte, entre 1991 e 1996, por exemplo, enquanto Uberlândia apresentou um crescimento de 19,59%, essas cidades apresentaram crescimento, variando entre 5 e 10% apenas. Ressalte-se, ainda, que essas cidades apresentam, ainda hoje, uma vinculação muito mais estreita com o meio rural que a cidade de Uberlândia, o que, de certa forma, enquadra os migrantes que vieram para a cidade na categoria de famílias “não urbanas” apontadas por Pedrão.

nas faixas de idade iniciais da vida. Em que pese o desenvolvimento social, econômico e sanitário da cidade, esse fato parece demonstrar que os frutos deste crescimento não foram igualmente compartilhados por todas as camadas da população”.⁽⁴⁸⁾

O trecho acima faz parte de um estudo efetuado pela Prefeitura Municipal e pela Universidade Federal de Uberlândia. Apesar de não ser datado, seu conteúdo indica que foi realizado e publicado em meados dos anos 80. Um de seus autores, Flávio A. de Andrade Goulart era, inclusive, Secretário de Saúde da administração municipal, na época, e atualmente faz parte do escalão médio do Ministério da Saúde do governo Fernando Henrique.

O pequeno livro traz vários índices, que demonstram a precariedade das condições de vida na cidade e remete, em suas análises, a responsabilidade por essa situação às administrações anteriores, apontando para o futuro que o *“aumento da incidência de doenças infecto parasitárias, associado ao incremento dos acidentes, violências e traumatismos, é que constituem **de fato** para o planejamento de atividades das Instituições prestadoras de serviço de saúde no município, durante a década de 80 ou pelo menos, a partir de agora”*⁽⁴⁹⁾

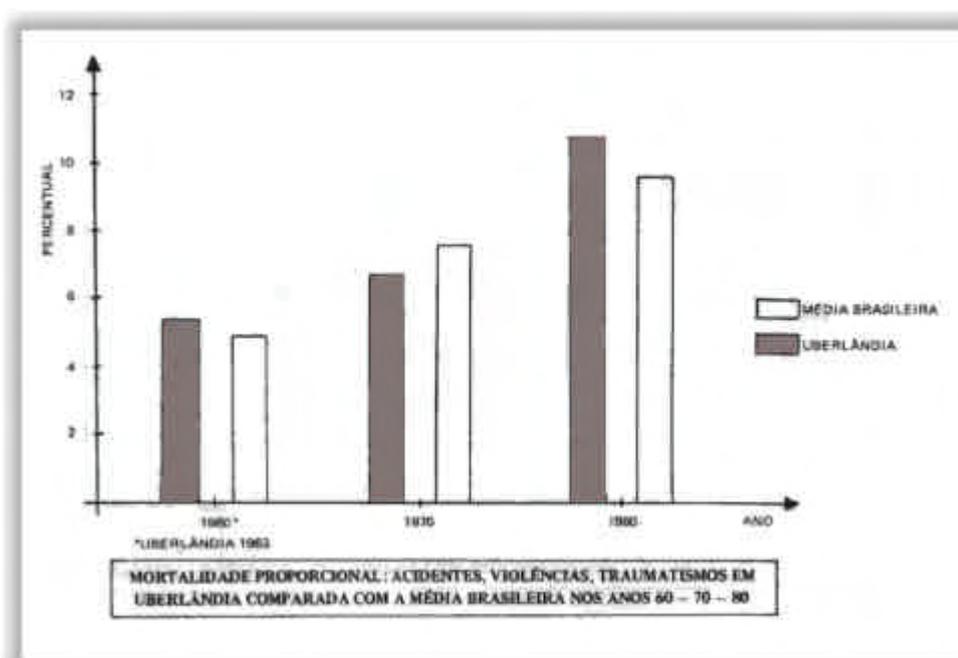
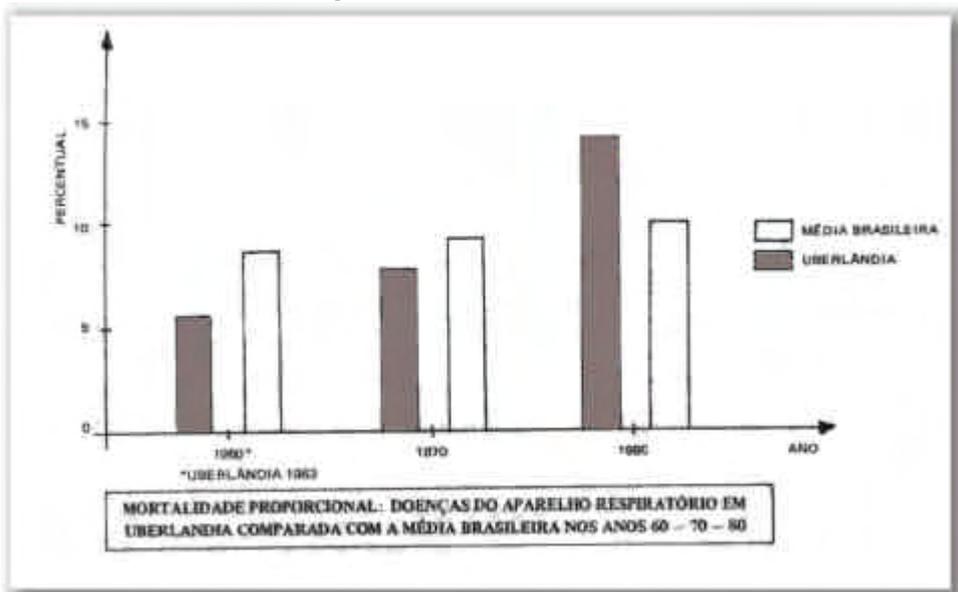
Nesse sentido, aqui também, as eventuais benesses, oriundas do desenvolvimento da cidade, de seu progresso, portanto, são colocadas, mais uma vez, como um eterno devir para *“todas as camadas da população”*, o que, em meu entender, coaduna-se, perfeitamente, com o que eu denominei, anteriormente, de *“progresso real”*, ou seja, aquele que traz, inerente a si, as mazelas sociais.

O estudo citado dá bem uma noção disso e, diferente do que sempre apregoaram as administrações da cidade, os indicadores sociais locais são basicamente iguais, e, a partir de 1980, até piores do que a média nacional:

⁴⁸ GOULART, Flávio A. de Andrade; AMBRÓSIO, M. Ribeiro e BORGES, Ricardo P. **MORTALIDADE EM UBERLÂNDIA-MG, NAS DÉCADAS DE 60 E 1970**. Uberlândia/MG: UFU/PMU, s/d. p.18.

⁴⁹ Idem.

Gráficos 1 e 2: Condições de vida em Uberlândia – 1960/1980



Fonte: GOULART, Flávio A. de Andrade; AMBRÓSIO, M. Ribeiro e BORGES, Ricardo P. **MORTALIDADE EM UBERLÂNDIA-MG, NAS DÉCADAS DE 60 E 1970**. Uberlândia/MG: UFU/PMU, s/d. PMU/NIS.

Percebe-se, cotejando os gráficos com a tabela 1, que junto com crescimento da cidade houve uma elevação significativa nas ocorrências das doenças respiratórias, que está vinculada ao aumento da poluição e das condições insalubres, de forma geral. ocorreu também o aumento dos acidentes, violências e traumatismos decorrentes da vida conturbada na

cidade devido ao trânsito caótico, falta de segurança no trabalho, falta de investimento em segurança pública dentre outros fatores.

Em 1972, já era possível verificar, por meio dos jornais, índices que depunham contra as condições de vida da população:

“Durante o mês de abril foram registradas cerca de 367 crianças, acusando um número de 70 mortes. Isso significa que naquele mês o índice de mortalidade infantil alcançou quase a porcentagem de 19%, acompanhando nossa cidade o índice que se registra por todo o Brasil (...) Em maio o registro de crianças diminuiu para 357, sendo que o de óbitos acusou desaparecimento de 97, aumentando a estatística com relação àquela de abril”⁽⁵⁰⁾

Os trabalhadores sentiram de forma aguda essas condições de vida experimentadas na cidade e, juntamente com a noção de que “Uberlândia é uma cidade maravilhosa para se viver”, constrói-se a percepção dos problemas cotidianos.

Ao falar dos problemas vivenciados em seu bairro, entre as décadas de 80 e 90, a Sr^a. Aparecida recente-se daquele velho problema já apontado em 1970 pelo articulista, que reclamava de que “Uberlândia não tem um pronto socorro”. Depois de terem experimentado a implantação de um serviço de saúde pública, como centros de saúde e o hospital escola da universidade, a cobrança se dá para a implantação desse serviço no bairro:

“(...) quem sofre mais é as coitadinha das criança. Você vê, as crianças aqui do bairro é tudo barrigudinha, e o que que é isso? É essas água suja onde elas brinca, porque você sabe como é criança, num tem jeito, tem água elas tão lá. É esgoto correndo na rua, é menino

⁵⁰ Jornal CORREIO. 10/06/1972

brincando no rio (...) e outra coisa, a criançadinha tudo doente e num tem um postin de saúde”⁽⁵¹⁾

Três décadas atrás, a estruturação de uma página jornalística contendo matéria sobre a Estrada de Ferro Mogiana, tomada como símbolo do progresso pela elite local, já revelava a vinculação estreita entre o progresso e a precarização das condições de vida. Esclarecia também que, muitas vezes, a simbologia referente ao progresso, tem como uma de suas funções obscurecer as feridas que este causa:

“MARCO DE PROGRESSO

PARABÉNS, *Uberlândia!*

Você comemorou no dia 14, uma de suas maiores vitórias.

Ó Uberlândia! Você trará com esta mudança um novo aspecto, uma arquitetura moderna e um novo passo, para o progresso da cidade.

Não esperava que esse dia fôsse tão emocionante, e me deixasse uma alegria interior!

Sabe! É ver, é participar de algo novo, é ver realizado algo muito esperado!

E foi com lágrimas de contentamento, nos olhos, que assisti as festividades da mudança da estação (...).”⁽⁵²⁾

A ladainha apologética continua, em uma página dividida ao meio, por todo um lado do jornal, ocupando toda essa metade enquanto do outro lado, com apenas uma fina linha os separando lê-se uma pequena nota:

“BAIRROS inteiros sem capina, sem iluminação, sem calçamento, é o que se vê em Uberlândia. A prefeitura não tem tempo de pensar nisso, ocupada que está em colocar “tartarugas” para produzir ‘bacadas municipais’ no luxuoso asfalto central. É freqüente a série de

⁵¹ Sr^a. Aparecida.

⁵² Jornal CORREIO DE UBERLÂNDIA, ano 34, 17/04/1970, p. 3.

reclamações de moradores de nossas ‘vilas’ sobre a escuridão, a falta de ‘desmatamento’, a falta de água e calçamento”.⁽⁵³⁾

No jornal, do mesmo semestre, é possível ainda encontrar diversas notas alertando para “*o triste espetáculo de miséria dos mendigos*” que freqüentam a estação da Mogiana, utilizando-a como “*albergue*”. Tais notas sempre colocam que “*em geral não são gente daqui, mas mendigos que vêm de fora ‘trabalhar’ a praça*”⁽⁵⁴⁾, bem como a afirmação de que todos os problemas têm causas externas e que:

“a crise é nacional, proveniente da deflação que o governo central vem fazendo. As dificuldades serão transpostas e veremos em breve a consolidação da universidade, da sua cidade industrial com novo alento, firme e progressista, e a pleno vapor”.⁽⁵⁵⁾

A coexistência dessas duas faces da cidade, aparentemente contraditórias, evidencia em muitos momentos como os trabalhadores lidam com a imagem construída sobre a cidade. Por um lado, aceitam a imagem propagandeada pelas elites, da “*Uberlândia para todos*”, expressa na quadrinha abaixo:

*“Uberlândia cidade amiga
que a todos ela abriga
e ajuda sem exceção,
seja preto, seja branco
cada qual tem o seu canto
dentro deste coração”.*⁽⁵⁶⁾

⁵³ Idem.

⁵⁴ Jornal CORREIO DE UBERLÂNDIA, ano 34, 09/04/1970, capa.

⁵⁵ Idem.

⁵⁶ O Jaguar (autor) “Uberlândia”. In: Jornal CORREIO. 26-27/08/1978, p. 3.

Mas, como já foi visto, percebem a cidade também por meio dos problemas vividos cotidianamente.

A compreensão desse aparente paradoxo é possível se pensarmos que ambas as percepções advêm da experiência que esses trabalhadores acumulam na cidade. Ao mesmo tempo em que experimentam as dificuldades devido à falta de equipamentos públicos, convivem, também, em seu cotidiano com a propaganda veiculada pelas elites.

Dessa forma, às vezes, as transformações ocorridas na cidade, expressas em seu crescimento, na instalação de indústrias, no saneamento de determinadas áreas, são “projetadas” pelo trabalhador, em sua própria vivência, como se tais transformações lhe trouxessem um benefício direto e imediato, o que, geralmente, não corresponde à realidade. É como se ele estivesse nos dizendo: “o que é bom para a cidade é bom para mim”.

Essa visão sobre a cidade dá-se mediatizada pela utilização das transformações como propaganda pelas administrações municipais, no sentido de afirmar que a cidade apresenta condições de vida de “primeiro mundo”.

O Sr. Aguinaldo evidencia bem essa percepção de duas cidades que se complementam e se distinguem ao mesmo tempo. Embora ele tenha, em vários momentos, expressado um juízo de valor positivo sobre a cidade, ao falar do bairro onde mora (Bairro Nosso Recanto), reconhece que as condições de vida não são das melhores:

“Uberlândia oferece tudo! Uberlândia acolhe muito bem as pessoas de fora, Uberlândia é privilegiada ... Uberlândia sempre foi e sempre será... todos que moram aqui têm vontade de voltá pra cá de novo.

(...)As condições do bairro são precárias, precárias mesmo! Lá as autoridades dão pouco apoio pra nós (...) na minha rua, por exemplo falta esgoto... falta canalizar um córrego que tem lá(...)⁽⁵⁷⁾

Assim duas experiências, o contato com a propaganda que elege a cidade como acolhedora, desenvolvida e progressista⁽⁵⁸⁾, por um lado, e a vivência imediata com os problemas cotidianos, por outro, contribuem para que os trabalhadores tenham uma percepção da cidade que, aparentemente, parece contraditória.

Nesse sentido, pode-se dizer que a assertiva de Marx de que a função da ideologia é fazer com que os interesses de um determinado grupo sejam percebidos por outro como sendo os de interesse geral⁽⁵⁹⁾ mantém-se. Entretanto, mesmo que o trabalhador assimile o componente ideológico de que os frutos do progresso serão colhidos por todos, desenvolverá mecanismos no sentido de utilizar isso a seu favor, e de acordo com os seus interesses imediatos.

Ao analisar o outro lado da moeda da “cidade maravilhosa”, no jornal, percebemos que, quando é de interesse apontar as mazelas do progresso uberlandense, o jornal assume um tom de consternação e reputa essas mazelas aos “que vêm de fora”.

“Os pobres, miseráveis, existem, e temos de encarar com humanidade o rosto [do mendigo] que defrontamos cada dia em quantidade maior. (...) O progresso atrai, e forasteiros chegarão com ele, nem sempre

⁵⁷ Sr. Aguinaldo. Na realidade, o Bairro Nosso Recanto é uma área nobre. O Sr. Aguinaldo mora em uma área próxima (o que já demonstra a convivência, lado a lado, das desigualdades sociais na cidade) na qual, de fato, as condições são precárias. Ao tomar “emprestado” o nome do bairro próximo, provavelmente, o fez movido pela necessidade de referenciar o seu próprio bairro, uma vez que a área onde mora não consta nos mapas oficiais da cidade.

⁵⁸ E que tem sua correspondência material, na percepção do trabalhador, no crescimento/urbanização da cidade.

⁵⁹ MARX, Karl & ENGELS, F. **A IDEOLOGIA ALEMÃ**. 11ª ed., São Paulo: Hucitec, 1999. p. 74. “Com efeito, cada nova classe que toma o lugar da que dominava antes dela é obrigada, para alcançar os fins a que se propõe, a apresentar seus interesses como sendo o interesse comum de todos os membros da sociedade”.

preparados para enfrentar o trabalho profissional especializado (...)⁽⁶⁰⁾

Ao mesmo tempo em que o jornal promove a atração de trabalhadores para a cidade, afirmando que aqui “*cada qual tem o seu canto*”, procura selecionar aqueles que “*interessam*” ao desenvolvimento da cidade, ou seja, os que se encaixam no perfil de profissionais especializados, condizente com o surto de industrialização da década de 70. E, se até meados dos anos 80 o tom era de consternação diante da miséria e da pobreza que “*o progresso atrai*”, atualmente, é o de rejeição com veementes pedidos para que os trabalhadores que para cá vieram retornem aos seus locais de origem.

“As famílias que vivem nas cidades médias, em condições precárias trabalhando em expedientes ocasionais, poderiam retornar ao campo para produzir organizadamente. Isto seria uma ‘reforma agrária’ séria, sem conflitos e dirigida pela Prefeitura.(...) A volta ao campo poderá ser um caminho eficiente para ajudar a combater a violência nas grandes cidades e dar trabalho remunerado e digno a milhares de brasileiros que vivem à margem da sociedade nos dias de hoje.”⁽⁶¹⁾

O Sr. Aguinaldo, que, na primeira entrevista, compartilhava da idéia de que “*Uberlândia acolhe muito bem as pessoas de fora*”, devido ao fato da atual administração ter proibido o exercício da atividade dos camelôs na praça central da cidade, cerca de seis meses após seu primeiro depoimento, utilizou-se da mesma justificativa da administração⁽⁶²⁾ no sentido de defender o interesse próprio – o de trabalhar na praça –, colocando-se na

⁶⁰ Terezinha. “Triste face da pobreza”. In: Jornal CORREIO. Coluna Lar & Mulher. 18/08/1978. p 2.

⁶¹ Retorno ao Campo. In: JORNAL CORREIO. 04/06/2000. p. A -6.

⁶² O argumento da administração é de que a Praça já não comportava o número sempre crescente de camelôs que era engrossado por pessoas que vinham de outras cidades.

condição de morador antigo da cidade em detrimento daqueles mais recentes.

Nesse sentido, o interesse individual e imediato de Aguinaldo prevalece sobre o interesse do grupo (ambulantes/camelôs).

“É... tá muito desorganizado [a praça] pelo seguinte, tem o pessoal das cidade vizinha e ai fica tenso pelo seguinte,... tira a oportunidade de quem mora aqui, num dá pra fazer a concorrência junto com eles... tá certo que nós somos camelô e que nós temos que ser unidos, mas unidos tem que ser os daqui, da cidade... eu por exemplo tenho 17 anos que moro aqui em Uberlândia, então tá tirando minha oportunidade”⁽⁶³⁾

Provavelmente, quando a fiscalização “afrouxar” e os ambulantes/camelôs voltarem a trabalhar “mais livremente” na praça, os recém-chegados não incomodarão mais Aguinaldo, e ele voltará a dizer que *“aqui tem lugar pra todo mundo.*

Assim, a assimilação do discurso originado nas elites, que ora é uma forma de atrair mão-de-obra barata, ora torna-se uma justificativa para expulsar aqueles que “vivem à margem da sociedade”, é utilizado também pelo trabalhador como uma estratégia de sobrevivência. Ele apega-se, também, a um dos critérios para cadastro e permissão do exercício da atividade, que é ter no mínimo 5 anos de residência na cidade. Embora esse trabalhador não seja cadastrado, para ele, nada é “mais natural” que a utilização desse mesmo critério para defender-se.

Ele rejeita o cadastramento que o obriga ao pagamento de uma taxa e o submete mais facilmente ao controle da fiscalização, mas utiliza o

⁶³ Sr. Aguinaldo

mesmo critério do cadastro para defender seu direito de trabalhar na praça. Sua percepção do desenvolvimento da cidade, nesse ponto, é negativa:

“Se a cidade se desenvolver mais do que tá agora, o que é que a gente vai fazer eu num sei. Vai ficar mais tenso ainda, vai vir mais gente, mais camelô. E aí? Quem tá aqui como eu, há tantos anos, dança? Num tá certo, tá?”⁽⁶⁴⁾

Na imprensa, percebe-se, por um lado, que há um progresso real, cujos feitos mais aparentes são glorificados como “*modelos de arquitetura moderna*”, enquanto as mazelas inerentes àquele progresso são escamoteadas ou reputadas a causas externas, e, por outro, observa-se um progresso idealizado que se reveste de um eterno devir.

Nesse sentido, não vejo contradição entre o discurso do progresso – o idealizado – e os “problemas sociais” vivenciados na cidade, uma vez que, nas sociedades capitalistas, um é pré-condição para a existência do outro.

Percorrendo as páginas dos jornais das últimas três décadas, foi possível mapear a alocação de diferentes imagens que depõem ora a favor do progresso idealizado, ora mostrando o “progresso real”:

“O enlace de MARIA TEREZA e JOSÉ RUBENS foi o ponto alto da sociedade uberlandense, pois duas famílias das mais queridas se uniram através do amor de jovens (...) é um lar que se organiza e dele sairão os filhos que continuarão a grandeza local (...) jovens que pertencem a boa estirpe (...) Sabemos que do equilíbrio das famílias, surgirá um amanhã pleno de progresso”⁽⁶⁵⁾

⁶⁴ Idem.

⁶⁵ Jornal CORREIO DE UBERLÂNDIA, 03/07/1972, p. 3.

Note-se que a hiperbolização do progresso chega às raias do absurdo, pois até um mero casamento é motivo para ser colocado como a realização desse destino “inexorável da cidade”, apontando, é claro, apontar os responsáveis por essa realização: “*as famílias de boa estirpe*”.

Para minorar as “mazelas” da cidade, é dada ênfase no jornal Correio às campanhas beneficentes realizadas por entidades religiosas, sempre com o apoio do empresariado.

Essas matérias, que têm por objetivo demonstrar a benevolência do “povo uberlandense”, dão, também, idéia da precariedade das condições de vida de parcela significativa da população. É o caso da campanha da entidade Divulgação Espírita Cristã que promove anualmente, o evento que ficou conhecido popularmente como o “natal dos pobres”:

“a Divulgação Espírita Cristã (...) promoveu a XIV distribuição geral do natal, quando 14 mil e 217 pessoas foram atendidas e foram distribuídas 25 toneladas de gêneros alimentícios, 9.085 peças de roupas feitas, 2.018 pares de sapatos, 9.568 brinquedos, 348 enxovais, 11.034 sanduíches, 700 kilos de balas e 16.500 pirulitos. Pela madrugada, milhares de pessoas necessitadas de todos os bairros de nossa cidade já se encontravam em filas organizadas, na mais completa ordem à espera dos presentes de natal”⁽⁶⁶⁾

Como que para comprovar suas informações sobre esse espetáculo de miséria, tratado como exemplo da “mais completa ordem”, o jornal traz junto à matéria uma foto em que, realmente, é possível visualizar milhares de pessoas.

Ao longo dos anos, as matérias e as fotos referentes ao “natal dos pobres” se repete com um dado interessante: a ênfase dada à quantidade de

⁶⁶ “Divulgação Espírita Cristã deixou milhares de pessoas felizes. In: Jornal **CORREIO** 24-25/12/1974.

alimentos doada aos necessitados é substituída pelos números de uma nova modalidade de assistência, qual seja, centenas de atendimentos médicos e odontológicos e a doação de milhares de medicamentos.

Isso denota o descaso dos poderes públicos para com a prestação de serviços de sua responsabilidade, como os de saúde. Esse tipo de assistencialismo é encarado pelo Sr. Aguinaldo com certa naturalidade e, ao reconhecer que *“as autoridade dão pouco apoio pra nós”* ao falar da precariedade de seu bairro, afirma, imediatamente, a seguir, que *“tem um pessoal espírita lá que ajuda muito a gente. Tão sempre vendo o que é que o pessoal tá precisando, reclama na prefeitura prá colocar esgoto, asfalto, essas coisas”*⁽⁶⁷⁾

Em sua fala, verifica-se que o trato com o poder público é “delegado” ao “pessoal espírita” que é responsabilizado em reivindicar junto a esses poderes os equipamentos públicos para o bairro.

Até o momento, foi possível identificar trajetórias diferenciadas, ações, atitudes, as mais diversas de trabalhadores, que, ao iniciarem sua experiência no espaço urbano, colocaram em xeque as expectativas que traziam na bagagem ao virem para a cidade. O choque entre o que se sabia e o estava por aprender gerou diversas percepções de cidade, ao mesmo tempo em que gerou a própria cidade que temos hoje.

Observou-se também as ações de uma elite encarapitada no poder, seja esse poder o administrativo, seja o exercido via imprensa, que tentaram imprimir à cidade apenas a sua feição, desprezando as práticas daqueles que vivem-do-trabalho.

Discutirei, no próximo capítulo, as tensões estabelecidas entre os trabalhadores e os poderes públicos instituídos, que apontam para projetos diferenciados de cidade.

⁶⁷ Sr. Aguinaldo.

Apontam, também, que as percepções que se têm desses poderes, e da política, de uma forma geral, são diferenciadas dentre os trabalhadores e são heterogêneas, também, as relações travadas por estes com os gestores da cidade. Essas relações têm como base os projetos de controle das atividades dos ambulantes/camelôs e os atos da vigilância sanitária, no que se refere aos produtores de horte-fruti-granjeiros.

Capítulo II

TRABALHADORES E GESTÃO PÚBLICA.

“(...) Mas esse passado foi sempre, entre outras coisas, o resultado de uma discussão acerca de valores. Ao reconstituir esse processo (...) devemos, à medida que nossa disciplina o permita, controlar nossos próprios valores. Uma vez, porém, reconstituída essa história, temos liberdade de oferecer nosso julgamento a propósito dela. (...) Nosso voto nada modificará. E não obstante, em outro sentido, pode modificar tudo. Pois estamos dizendo que esses valores, e não aqueles, são os que tornam a história significativa para nós, e que esses são os valores que pretendemos ampliar e manter em nosso próprio presente. Se tivermos êxito, então recuamos na história e lhe atribuímos nossos próprios significados: congratulamo-nos com Swift. Endossamos em nosso presente os valores de Winstanley, e fazemos com que o baixo e impiedoso oportunismo que distinguiu a política de Walpole seja visto com horror”

(E.P. Thompson: **A MISÉRIA DA TEORIA**)

A partir daqui, seguiremos um sinuoso caminho, investigando as condições de vida na cidade, principalmente, com base nas experiências dos ambulantes/camelôs e dos produtores/comerciantes de horti-fruti-granjeiros que, lutando pelas suas sobrevivências, disputam, constróem e rearticulam os espaços da cidade.

O caminho é sinuoso por não estar pronto, por estar sempre em construção. Assemelha-se mais a uma trilha cheia de desvios, nas quais me perdi em vários momentos, do que a uma estrada retilínea em cuja margem o pesquisador pode colher, sossegadamente, à sombra de uma árvore, suas preciosas fontes. Assim seria se escolhesse “captar” a experiência de viver na cidade apenas por meio das falas de meus entrevistados, pinçando os trechos que melhor se adequassem aos meus pressupostos iniciais. Se assim o fizesse, o máximo que conseguiria, talvez, fosse compilar um amontoado de memórias, deixando que estas, isoladamente, “contassem” a história desses trabalhadores e de seu viver na cidade.

Mas o caminho da pesquisa histórica requer mais que isso. É necessário cruzar as várias experiências que constituíram esta cidade, partindo do princípio que estas são relações sociais, e que, portanto, envolvem não só a “experiência” dos ambulantes/camelôs e produtores/comerciantes de horti-fruti-granjeiros, isoladas de uma realidade mais ampla.

Esta cidade é constituída por vários seguimentos sociais, interesses múltiplos, diferenciados e conflituosos e é da relação entre todos esses elementos que o espaço urbano é constituído. Fazer a opção pela história dos trabalhadores, das pessoas comuns, dos “excluídos” não significa, em hipótese alguma, apenas inverter um sinal, opondo a história “vista de baixo” à uma história tradicional “vista de cima”. Para esse perigo já alertava, há algum tempo, Jim Sharpe, ao ironizar que “*como nossos*

sentimentos nos recordam, a expressão ‘história vista de baixo’ implica que há algo acima para ser relacionado”.⁽¹⁾

Além disso, as memórias dos trabalhadores também estão impregnadas de noções extraídas do pensamento dominante e reelaboradas de acordo com suas experiências. Ao investigar as condições de vida experimentadas pelos trabalhadores, por meio de suas falas deparei-me com essa questão:

“Quando eu morei no Marta Helena ele tava sendo asfaltado, foi na época do Zaire que lá asfaltou, lá ainda tinha muita terra, aí de lá pra cá é que foi asfaltando, asfaltando, asfaltando (...) começou mais foi na época do Zaire...na época do Zaire é que começou a asfaltar esses bairros...pela redondeza, porque antes não era asfaltado não”.⁽²⁾

A Sr^a. Nilcimar, devido à experiência de ter conseguido a casa própria, no Bairro Tocantins, durante uma determinada administração, reelabora a maioria de suas lembranças referentes ao estabelecimento de equipamentos públicos na cidade, remetendo a responsabilidade desse desenvolvimento à ação dessa administração.

Essa dificuldade de acesso à moradia é uma constante na cidade, como nas demais cidades brasileiras. Em 1973, a situação era alarmante:

“Acreditando num crescimento da cidade, em vista da instalação de novas indústrias, os proprietários resolveram armar uma verdadeira corrida aumentista nos preços dos aluguéis de casas em Uberlândia. Uma casa, que era alugada por 380 cruzeiros, até o dia 31 de dezembro, foi aumentada para 600 cruzeiros por seu proprietário.”⁽³⁾

¹ SHARPE, Jim. “A História Vista de Baixo, in: BURKE, Peter (org.) *A ESCRITA DA HISTÓRIA: NOVAS PERSPECTIVAS*, São Paulo: UNESP, 1992. p.54

² Sr^a. Nilcimar.

³ Matéria de Luiz Fernando Quirino In: *Jornal CORREIO DE UBERLÂNDIA*. 15/01/1973. p. 6.

Diante de tal situação, é compreensível que conseguir uma casa própria marca profundamente a vida de uma família de poucos recursos financeiros. Nesse sentido, a aprovação/desaprovação de uma determinada administração, e a forma como a memória é constituída sobre ela, vincula-se estreitamente ao alcance de benefícios que, de uma forma ou de outra, marcam a experiência dos trabalhadores.

Além de significar a solução imediata de “livrar-se” do pagamento de aluguéis, que aumentam constantemente e que consomem parte significativa do orçamento familiar, o alcance da casa própria significa, também, que ter direito à cidade é compreendido como ter direito à condições de vida dignas. Ser proprietário de uma casa significa pertencer à cidade, fazer parte dela, sem que, para isso, seja preciso pagar, mensalmente, por esse lugar.

Nesse sentido, a noção de propriedade apresenta-se de duas formas distintas: para alguns, é vista como “um lugar para se morar” e, para outros, como um “lugar meu”.

A Sr^a. Maria Rizza e seu Marido, Sr. Joaquim conseguiram estabelecer-se na cidade nos mesmos moldes que na zona rural: tendo chegado à cidade há trinta anos, alugaram uma pequena chácara nas margens da BR-050, pela qual, segundo suas filhas, era pago um “aluguel simbólico”, e, ainda hoje, sobrevivem da plantação de hortaliças.

“Sempre em terra dos outros, nós nunca teve terra, as vezes arrendada, as vezes de ‘a-meia’. Aqui é do... desse povo dos Freitas, Renato de Freitas, Aristides de Freitas (...) no começo ele [o marido] pagava um aluguelzinho barato, pagou uns par de anos, depois ele [o proprietário] dispensou o aluguel, então tem uns 15 anos que a gente

não paga, mas aqui não é nosso não. Mas é muito bom ter um lugar para morar, sem pagar, não é mesmo? É uma beleza!”⁽⁴⁾

Segundo as filhas da Sr^a. Maria Rizza, a vantagem que o proprietário leva é que o casal cuida do local e impede que pessoas “indesejáveis acampem ali”⁽⁵⁾, além do que todas as bem-feitorias do lote foram realizadas pelo casal. Tanto o proprietário quanto o locatário mantiveram uma relação de propriedade baseada nas relações rurais, qual seja, aquela em que o trabalhador torna-se um “agregado” da propriedade rural, pagando pelo uso da terra com o seu trabalho e parte de sua produção. No caso, o proprietário abastecia-se e à sua família das hortaliças, não havendo, após a dispensa do aluguel, nenhuma relação comercial-monetária.

A experiência do Sr. Joaquim e sua esposa é significativa no sentido de que nos possibilita compreender que, apesar de todos os trabalhadores atribuírem um significado a casa própria como um valor, o de pertencerem à cidade, este é flexível no que se refere à questão da propriedade.

Para o casal Rizza, a noção de propriedade baseia no uso do local e não no fato de serem proprietários deste. A condição de viverem há 30 anos no meio urbano não mudou a concepção de mundo do casal. Em parte, isso ocorre por terem os valores rurais já sedimentados, uma vez que vieram para a cidade já depois dos 50 anos de idade, mas, também, por terem conseguido reproduzir as relações sociais de forma muito parecida com as que haviam experimentado na roça. Os trabalhadores, porém, percebem o alcance da moradia e dos equipamentos públicos, de uma forma geral, de maneiras diferenciadas.

⁴ Sr^a. Maria Riza de Andrade. 78 anos, casada, mãe de três filhas, natural de Conquista-MG. Antes de vir para Uberlândia, morou em Capinópolis -MG. Mora em Uberlândia há 30 anos no mesmo local.

⁵ O lote é próximo a um viaduto muito utilizado por famílias de sem-teto como abrigo.

A Sr^a. Aparecida comprou no Bairro São José um terreno de uma imobiliária, e, segundo ela, *“por não ter conhecimento, e de modo que o home lá falô”*, acreditou estar estabelecido, no contrato, que seria feita, em um prazo de seis meses, toda infra-estrutura, mas, *“passou seis meses, passou um ano, passou dois anos e nada! Nem água, nem luz, nem nada!”*⁽⁶⁾. Nesses anos, formaram-se várias comissões para reivindicar junto à prefeitura a solução do impasse.

De acordo com ela, a administração afirmava que o loteamento era “clandestino” e que só poderia colocar água, luz e rede de esgoto no bairro depois que a imobiliária legalizasse o loteamento. Já a imobiliária alegava que a responsabilidade era da prefeitura.

Na falta de uma solução, ela teve que construir sua casa a duras penas, visto que *“ele [o marido] teve que abrir uma cisterna e quando ele chegava do serviço eu assendia um lampião e ficava alumando pra poder ele levantar as parede de nossa casa. E a gente ficou dois anos morando aqui em um barraco de plástico.”*⁽⁷⁾

Essas dificuldades, a luta com a prefeitura e a imobiliária, deixaram, nas palavras dela, um aprendizado.

“Mas a gente conseguiu, água, luz e esgoto. Foi aonde terminou o mandato do Virgílio, o Zaire já tinha feito a política dele aqui, né?[ironiza] Foi aonde veio a energia e a água. (...) é claro que o Zaire ia atuar, na política dele, naqueles lugar de problema né? E o nosso bairro era um! Agora eu não sei se já ia vir [a luz e a água] ou se foi por intermédio dele. (...) Mas nós aqui no bairro aprendeu a não ser levado por esse tipo de coisa. Porque a gente sabe que na época [que antecede as eleições] é promessa e mais promessa. Mais igual eu tô

⁶ Sr^a. Aparecida. O período a que ela se refere é o início dos anos 80.

⁷ Idem.

te falando, o povo já num é bobo mais! Independente de quem tá lá [na administração] a gente tem que brigá pra conseguir as coisas”⁽⁸⁾

Para enfatizar suas palavras, ela exemplifica que o asfalto, também uma antiga reivindicação do bairro, foi feito “*no estouro*”, dias antes das últimas eleições pela situação, e, nem por isso, o candidato desta venceu as eleições. Afirma, ainda, que a maioria das casas do bairro, inclusive a sua, foram construídas com a ajuda mútua dos moradores, e diz com um orgulho indisfarçável que “*praticamente não tem uma casa no bairro, principalmente aquelas do começo, que não tem o dedo do meu marido! Você sabe que ele é pedreiro de mão-cheia, num sabe?*”

Já no caso da Sr^a. Nilcimar, mesmo tendo conseguido a tão sonhada casa própria, a partir de uma ocupação, o que em si é uma conquista, isso é percebido por ela como uma “dádiva” da administração municipal, que regularizou a situação dos moradores do Bairro Tocantins, mediante o parcelamento dos valores dos lotes ocupados e o fornecimento de *kits* de materiais de construção, também parcelados.

1. os gestores e os ambul antes/camel ôs:

A memória dos trabalhadores, entretanto, é reelaborada de acordo com o mesmo princípio: a perda de um determinado benefício faz com que a memória positiva dê lugar a um sentimento de negatividade à administração daquele que era considerado pela Sr^a. Nilcimar mais que um prefeito, pois, em sua opinião, ele “*era um pai para nós*”.

⁸ Idem.

No início de 2001, quando aquele político estava prestes, mais uma vez, a tomar posse como prefeito, ela ainda mantinha uma lembrança positiva dessa administração, comparando-a com a que se encerrava e tinha certeza de que ela seria, novamente, uma ótima gestão:

“Quando o Zaire está [na gestão do município], o Zaire arruma terreno, o Zaire faz a indústria se assentar, o Zaire arruma jeito de cobrar menos imposto das indústria, e aí quando ele está, vai chegando, vai chegando, vai chegando e todo mundo vai trabalhando e melhorando e tudo (...) e quando o Virgílio está (...) parece que ele quer a cidade só pra ele (...)pra ele e para os dele (...) ajudar um parente, uma firma dele e tudo (...)” e o Zaire não (...) ele não está pensando nele, na família dele, no pessoal dele não. Ele está pensando no povo (...). ele programa reunião de bairro, com o presidente de bairro, e vai na reunião e conversa com o pessoal do bairro, pode ser casa, qualquer casebre ele tá entrando, fazendo reunião, conversando com a comunidade (...) sabendo o que a comunidade está precisando é que ele vai fazer o que as pessoas estão precisando, já o Virgílio não. Nunca vi falar que o Virgílio fosse em algum bairro fazer uma reunião”⁽⁹⁾

Já no mês de junho de 2001, quando esse prefeito já havia tomado posse, uma de suas primeiras ações foi a retirada sumária, e com um aviso prévio de apenas dois dias, dos camelôs/ambulantes da Praça Tubal Vilela, praça central da cidade e um dos pontos preferidos por esses trabalhadores.

Procurei a Sr^a. Nilcimar novamente e a encontrei profundamente revoltada com essa situação. Apesar de termos conversado, por bastante tempo, não me permitiu que gravasse a conversa, pois “estava de cabeça quente

⁹ Sr^a. Nilcimar.

e poderia dizer coisas que não devia”. Mas uma afirmação que me autorizou a utilizar, e que reproduzo aqui, de memória, foi que:

“você viu no que deu a gente votar nele? Ele arrebitou com todo mundo aqui. Agora de nós ele vai ter, daqui pra frente é o desprezo, nunca mais ninguém aqui de nós vai votar nele. Nós estamos profundamente decepcionados, nunca imaginamos que ele fosse tomar uma atitude dessas. Até os passe de ônibus eles estão querendo proibir a gente de vender (...) coisa que é bom ele não faz,. Tem muitos anos que eu trabalho aqui na praça e nunca teve bebedouro público prá gente tomar água, será que pelo menos isso ele vai fazer? Aposto que não”.⁽¹⁰⁾

Provavelmente, se a entrevistar daqui a 10 ou quinze anos, a memória de um prefeito que a impediu de trabalhar na praça e que não oferece nem um simples bebedouro público à população, vai se sobrepôr àquela de “um verdadeiro pai”, que era responsável pela cidade oferecer todos os equipamentos públicos a seus moradores.

O que mais chamou minha atenção, quando a entrevistei pela primeira vez, foi que ela se recusava a “ver” problemas na administração citada. Durante os 30 anos pesquisados, observou-se que esta gestão não diferiu em nada das outras no que se refere ao trato com os ambulantes/camelôs. Diga-se, de passagem, que a legislação específica, criada com o objetivo de controlar esses trabalhadores, foi elaborada durante a primeira gestão daquela administração⁽¹¹⁾.

¹⁰ Idem.

¹¹ As leis anteriores que tratavam do assunto estavam contidas nos Códigos de Posturas de 1951, reformuladas, sem muitas alterações, no de 1967, e limitavam-se a alguns poucos artigos de caráter mais genérico. Já o projeto criado na administração Zaire Rezende, pela vereadora da situação, Nilza Alves de Oliveira, no ano de 1985, entre proposição, pareceres, projeto substitutivo e aprovação final tem 49 páginas.

De posse dessa legislação, fiz questão de mostrá-la a Sr^a. Nilcimar e discuti-la. Essa trabalhadora atribuiu a “culpa” pela aprovação de uma legislação que limitava – na verdade, praticamente impedia – o trabalho do ambulante/camelô ao Presidente da Associação. Este, segundo ela, é apelidado de “Zé fiscal” – desnecessário é discutir o significado desse apelido – e sua culpa seria de não ter apresentado o projeto aos camelôs para ser discutido.

O projeto, que posteriormente foi transformado em lei, contém artigos contundentes no que se refere à tentativa de controle dos trabalhadores:

“Art. 6º:

Fica vedada a atividade do comércio ambulante nos seguintes locais:

I- no interior das praças e sobre os passeios públicos;”⁽¹²⁾

Ao discutir esse artigo, a Sr^a. Nilcimar, exclamou: “*Ora, e a gente vai exercer a atividade no meio da avenida, então?! Mas argumentou que, se o presidente da associação tivesse levado o projeto para ser discutido, com certeza, o “Dr. Zaire” teria aceitado fazer algumas mudanças. Embora a Sr. Nilcimar se recuse a atribuir a responsabilidade pela coibição da atividade dos ambulantes/camelôs à administração do município, fica claro que a sua noção de “espaço público” difere totalmente daquela pensada pelos poderes públicos.*

Enquanto para estes o logradouro público é um espaço a ser administrado, saneado, esquematizado, dividido e, principalmente, controlados para os trabalhadores, que não podem disputá-lo “*no meio da avenida*” lhes parece muito natural se servirem das praças e passeios. Aliás, estes dois espaços estão sempre adjetivados pela palavra “*público*”. Tal

¹² Prefeitura Municipal de Uberlândia, **LEI Nº 4.230 DE 05 DE NOVEMBRO DE 1985**. p. 03. “Regula o Comércio Ambulante e Atividades Afins e dá Outras Providências. PMU/APM. (grifos meus)

adjetivação pressupõe que deles o público em geral possa servir-se e, sendo os ambulantes/camelôs parte integrante desse público, utilizam esses espaços de acordo com seus interesses e necessidades.

A justificativa que compõe o referido projeto é marcada por um tom de “preocupação social” e choca-se frontalmente com o artigo 6º, citado anteriormente:

“Está evidente o porque dos ambulantes e camelôs procurarem os pontos centrais da cidade. Ali encontram maior possibilidade de venda de suas mercadorias. E as praças centrais oferecem grandes vantagens, tais como: a existência de água e banheiros, árvores que aliviam o calor e estragos feitos às mercadorias pelo sol, o fluxo constante de pessoas. Os passeios das ruas centrais também passam a serem ocupados, justamente onde é maior o movimento de pessoas, provocando congestionamento (...) é uma atividade de sobrevivência de uma parte da classe trabalhadora, que, sacrificada, buscou neste tipo de atividade seu último recurso. Assim sendo, não podemos confinar este comércio em qualquer lugar, em lugares afastados onde sabemos que não tem condição de sobreviver. É preferível do ponto de vista da sensibilidade humana e social, termos este comércio informal, do que um batalhão de miseráveis e pedintes, ou então, usando o recurso desesperado da criminalidade”⁽¹³⁾

A argumentação, apesar de reconhecer os motivos que levam os trabalhadores a se apropriarem dos espaços das praças e passeios e que não se pode confiná-los em qualquer lugar, deixa claro, no artigo 6º, que **“fica vedada”** aos trabalhadores ocuparem esses espaços.

¹³ Idem. “justificativa”, s/nº de pg.

Nesse sentido, a justificativa do projeto é bem mais uma “peça de retórica”, que objetiva torná-lo mais “palatável” do ponto de vista “estético”, do que, propriamente, uma “preocupação social”, que deva ser colocada em prática. Apenas uma verborragia inócua, pois não leva em consideração, na prática, que os motivos dos trabalhadores para situarem-se nesses espaços, estão ligados à uma determinante significativa: o seu ganho-pão.

Outro aspecto importante do projeto é que houve uma tentativa de retirar totalmente das mãos dos ambulantes/camelôs o controle sobre o processo de regulamentação de suas atividades. Na Lei nº 4.230, de 05 de novembro de 1985, ficou estabelecido que:

“Fica criada uma Comissão Permanente do Comércio Ambulante, composta dos seguintes membros:

I- Um (01) representante da Associação Profissional de Vendedores Ambulantes de Uberlândia;

II- Um (01) representante de base da Associação Profissional de Vendedores Ambulantes de Uberlândia, eleito pelos comerciantes do ramo;

III- Um (01) representante da Câmara Municipal;

IV- Um (01) representante da Secretaria Municipal de Trabalho e Ação Social;

V- Um (01) representante da Secretaria Municipal de Serviços Urbanos”⁽¹⁴⁾

Vê-se que, na Lei aprovada, os trabalhadores ficaram em desvantagem visto que se estabeleciam dois membros representantes destes, e, três do poder público. Levando-se em conta que um dos representantes

¹⁴ Idem. p. 02.

era o presidente da Associação, apelidado pelos próprios trabalhadores de “Zé fiscal”, como já foi dito, a desvantagem aumenta de quatro para um. Mas a tentativa de controle foi maior ainda: em um projeto de lei de mesmo título, mas, sem nº de identificação, sem paginação e sem data e anexado à referida Lei 4.230, a correlação de forças na Comissão era a seguinte.

“Art. 2º. Fica criada a Comissão Permanente, composta de um (1) representante da Associação Profissional de Vendedores Ambulantes de Uberlândia, um (1) representante do Conselho de Entidades Comunitárias de Uberlândia, um (1) representante da Associação Comercial e Industrial de Uberlândia, um (1) representante da Câmara Municipal de Uberlândia, um (1) representante da Secretaria Municipal de Serviços Urbanos, um (1) representante do Clube de Diretores Lojistas, um (1) representante da Secretaria Municipal de Trabalho e Ação Social, um (1) representante do Gabinete do Planejamento e um (1) representante da Associação dos Artesãos de Uberlândia”⁽¹⁵⁾

A inclusão de um representante do Clube de Diretores Lojistas (CDL) e de um da Associação Comercial e Industrial de Uberlândia (ACIUB), é óbvio, deu-se no sentido de assegurar os interesses deste seguimento em detrimento dos interesses dos ambulantes/camelôs que têm plena consciência disso:

“É nos momentos... nas datas de comemoração que é o dia das mães, dia dos pais. Aí os lojistas pegam no pé lá do secretário entendeu? E o secretário diz: _ ‘o dia das mães aí, os camelôs e tal, não quero ninguém nas portas da loja e nos passeios’. Pega no pé mesmo! (...) e o

¹⁵ Prefeitura Municipal de Uberlândia. **PROJETO DE LEI S/Nº, S/D** , anexado à Lei nº 4.230, e também de autoria da vereadora da situação, Nilza Alves de Oliveira.

argumento deles [dos fiscais da prefeitura] é o seguinte: que eles tão cumprindo ordem, que não pode trabalhar em determinado espaço, por exemplo, aqui na praça, nos passeios, é no centro da cidade, conforme o local, não pode ficar (...) mais eles não usa só esses argumentos, eles chega e já quer tomar a sua mercadoria”⁽¹⁶⁾

Paralela à consciência de que estão sendo perseguidos, devido à salvaguarda dos interesses dos lojistas, constitui-se a consciência de que o direito ao trabalho e aos espaços públicos da cidade também lhes cabe:

“É pelo seguinte: é pela constituinte, isso tá na constituinte [Constituição Federal]! o trabalhador tem o direito de trabalhar com qualquer tipo de serviço na rua, entendeu? Temos todo o direito. Somos ser humano... temos o direito de trabalhar para sobreviver, é uma questão de sobrevivência! Nós temos esse direito. (...) Mas eu nunca trabalhei em porta de loja (...) eu sei as normas né, também não vou abusar, prejudicar um lojista, eu também não sou otário”⁽¹⁷⁾

“creio eu que órgão nenhum [referindo-se à fiscalização da prefeitura] deve se interferir nesse assunto aí (...) o trabalho pra mim é muito sagrado, toda vida foi e vai sê.(...) O trabalho pra mim num é banduleragem [vadiagem] não. Purque um banduleiro, ele tando bandulerando ele é diferente (...) veja bem, muitas pessoas que vende como ambulante, vende pra se mantê. Pur exemplo, ele deixa de fazer uma traquitanda pra podê trabalhá (...) traquitanda que eu quero dize é assim, furtá, agredi os outro pra tomá o que os outro tem...(...).⁽¹⁸⁾

¹⁶ Sr. Aguinaldo.

¹⁷ Idem.

¹⁸ Sr Osmar L. Silva.

Novamente se nota, nas falas, uma noção bem clara da utilização dos espaços da cidade como um direito: o direito de ir e vir, o direito de trabalhar, o direito de uso de um espaço que é público, de todos, e, que por isso, não deve ser controlado pelas administrações municipais, de acordo, apenas, com os interesses de alguns, no caso, os interesses dos lojistas.

Foi recorrente, entre os ambulantes/camelôs, uma avaliação positiva ora de uma administração do município, ora de outra, ou ainda uma avaliação positiva ou negativa sobre uma mesma gestão, dependendo da conjuntura em que o entrevistado situava-se. Com base nas evidências encontradas na documentação escrita e na oral, não posso deixar de atribuir o “meu” significado a esta questão.

Já afirmei, que a avaliação positiva deve-se ao fato dos trabalhadores terem conseguido alguns “benefícios”, como, por exemplo, a casa própria, durante uma determinada administração. Nesse sentido, o trabalho de Couto aponta na mesma direção:

“Durante a Administração Zaire Rezende [1983-1988], implementou-se uma política de assistência aos moradores das ocupações. Com isso, essas pessoas foram transferidas para 18 bairros, entre eles, Tocantins, Parque São Jorge, Esperança e Leão XIII(...).”⁽¹⁹⁾

“por atribuírem muita importância à conquista da moradia, vários trabalhadores associam esse momento [1988] à administração Zaire Rezende, e fazem afirmações de que aquele foi um período em que se sentiam beneficiados em sua condição de trabalhadores que sobrevivem com dificuldades”⁽²⁰⁾

¹⁹ COUTO, Ana Magna Silva. **TRABALHO, QUOTIDIANO E SOBREVIVÊNCIA: Catadores de papel e seus modos de vida na cidade – Uberlândia 1970-1999.** p. 161.

²⁰ Idem. p. 162.

Ao ler essas afirmações, confesso que senti um certo alívio, pois era um indício de que estava trilhando um caminho possível, já que outros pesquisadores chegaram, antes, às mesmas conclusões que eu, no que se refere ao relacionamento dos trabalhadores com o poder público.

Entretanto, nossa concordância para por aí. A autora, ao trabalhar com a avaliação dos coletores de papéis, sobre a administração Zaire, além de compreender o significado atribuído por estes trabalhadores, concorda plenamente com ele, já que ela admite que:

“Como moradora dessa cidade, por quase toda a minha vida, não posso deixar de experimentar um sentimento de perda em relação a algumas características daquele momento. A gestão democrática da administração Zaire não foi um modelo de governo popular, mas as classes populares dessa cidade ainda não puderam vivenciar um governo melhor”⁽²¹⁾

Penso ser importante ressaltar que as ações dos poderes públicos são apenas um dentre os fatores que esclarecem os conflitos urbanos. Qualquer administração, sendo um dos elementos responsáveis, em nível local, pela organização da reprodução capitalista, deve ser vista, no mínimo, com uma boa dose de desconfiança pelo pesquisador.

Apesar da autora trabalhar, especificamente, com os coletores de papéis, sobre os ambulantes⁽²²⁾ ela afirma:

“Novos olhares sobre uma documentação acerca do mesmo período permitem-me interpretar que a administração do PMDB em Uberlândia teve também uma certa tolerância com os trabalhadores do

²¹ Idem. p. 165.

²² Embora a questão dos ambulantes seja totalmente periférica em seu trabalho, o fato de tê-los mencionado e a forma como o fez, muito contribuiu para que eu atentasse para várias questões contidas na documentação.

comércio ambulante na cidade. Ainda que nem todos os setores do governo fossem favoráveis à presença desses sujeitos no espaço urbano. São indícios para se pensar como vários membros do governo lidaram e ainda lidam com os problemas da cidade que envolvem as classes populares. Num fragmento de texto da ata da Câmara Municipal, sobre a atividade dos trabalhadores do comércio ambulante de 1987, durante a assembleia, um vereador faz a afirmação a seguir:

‘No entanto acho que ele (o comércio ambulante) não deva ser exercido indiscriminadamente, ferindo a harmonia da paisagem e dando às ruas do centro de nossa cidade, um aspecto não muito condizente com nosso foros de civilidade’.⁽²³⁾

O fragmento de texto⁽²⁴⁾ apresentado aqui, ao final de sua afirmação, é a única fonte, em seu trabalho, no que se refere aos ambulantes/camelôs⁽²⁵⁾, que a autora apresenta da “*documentação acerca do mesmo período*” que lhe serviu de base para interpretar “*que a administração do PMDB em Uberlândia teve também uma certa tolerância com os trabalhadores do comércio ambulante na cidade*”.

Esse fragmento é parte de uma fala de um vereador da oposição à administração Zaire, o Sr. Eurípedes Barsanulfo de Barros, Líder do PFL.

Importa analisar o documento citado com mais vagar, e cruzá-lo com outros, se quisermos entender o porque da referida “tolerância” para com os camelôs. O vereador Eurípedes Barsanulfo, além de mostrar-se indignado com o fato de os ambulantes/camelôs, segundo ele, ferirem “*a harmonia da paisagem e dando às ruas do centro de nossa cidade, um aspecto não muito condizente com nosso foros de civilidade*”, ao discordar dos motivos da aludida

²³ Idem. Op. cit. p.167.

²⁴ Fragmento da ATA DA CÂMARA MUNICIPAL de 26 de março de 1987, livro 157, conforme citado pela autora.

²⁵ Ressalte-se que o objeto de estudo delimitado por Couto não se refere a trabalhadores ambulantes, e sim, aos coletores de papéis na cidade.

“tolerância” da prefeitura para com eles, começa a fornecer elementos para entender tal tolerância:

“(...) A desculpa que a prefeitura deu inicialmente para permitir este comércio irregular, foi a falta de empregos e que todos os ambulantes que o exercitavam eram artesãos, vendendo o que produziam. Para tanto, ao lado da praça Tubal Vilela, foi designada uma área para eles. Acontece que dia-a-dia eles foram aumentando e já não era suficiente o espaço da Praça TV e começaram a se espalhar pelas adjacências. (...) É realmente um absurdo, parecendo mais a feira de Caruarú onde se vende de tudo por entre cantorias de violeiros. É necessário que o poder executivo tome uma atitude urgente para sanar o problema antes que os falsos artesãos transformem o coração da cidade de Uberlândia em um mercado persa. Que se dê oportunidade aos artesãos de verdade (...) Os que se dizem artesãos vendem artigos de confecção e quinquilharias, comprados na rua 25 de março em São Paulo e passados ao público por preços escorchantes (...) Vamos fazer participativa, tudo bem... mas não às custas do desconforto de nossa gente”.⁽²⁶⁾

Fica evidente, no pronunciamento do vereador, um ataque direto à “democracia participativa” implantada pelo prefeito Zaire Rezende e não se podia esperar outra coisa do líder da oposição. Note-se, também, que a afirmação do vereador sobre a “desculpa” utilizada pela administração de que “todos os ambulantes eram artesãos” não procede, visto que, na Lei 4.230 de 05 de novembro de 1985, citada anteriormente, não há nenhuma referência aos artesãos.

²⁶ Prefeitura Municipal de Uberlândia. ATA DA CÂMARA MUNICIPAL de 26 de março de 1987, livro 157. Pronunciamento anexo.

Na verdade, a falta de empregos, que acarreta uma pressão social e que se encontra explicitada, inclusive, na justificativa do projeto de lei, era um motivo mais plausível para que a administração municipal “tolerasse” o comércio “irregular”:

“a crise econômica trouxe como consequência o aumento do desemprego no país (...) milhões de trabalhadores foram jogados na rua, sem um mínimo de esperança de encontrarem uma nova colocação”⁽²⁷⁾

Com base na afirmação dessa vereadora da situação – que é confirmada por todos os indicadores econômicos da época –, não se deve interpretar a maneira pela qual a administração Zaire tratou com os ambulantes/camelôs como se esta questão fosse uma especificidade local, e cujo desfecho dependeria de uma atitude intolerante ou “mais tolerante” de uma gestão ou outra.

Penso que o mais acertado é entender que a essa questão insere-se em uma realidade mais ampla e que apresenta uma historicidade específica, marcada por profundas transformações nas relações sociais, especialmente, nos seus aspectos políticos e econômicos.

Além disso, é preciso considerar que, de acordo com a conjuntura de cada momento histórico, as questões devam ser tratadas de maneiras diferentes e que tal tratamento dependerá, e muito, dos interesses e das relações de forças conflitantes que existentes no interior da elite, no interior da administração do município e entre estes e os trabalhadores⁽²⁸⁾.

Feitas essas considerações, é necessário voltar às argumentações do Vereador Eurípedes Barsanulfo. Referente à valorização dos “artesãos de

²⁷ Prefeitura Municipal de Uberlândia, LEI Nº 4.230 DE 05 DE NOVEMBRO DE 1985.

²⁸ A conjuntura que aponte no capítulo anterior, com um rápido crescimento da cidade em termos populacionais, conjugada a especulação imobiliária, dentre outros fatores, foi uma das determinantes para que a administração municipal criasse, no curto espaço de dois anos (1983 e 1985, respectivamente) dois significativos instrumentos de “saneamento” da cidade com vistas ao controle dos trabalhadores: a Vigilância Sanitária e a Lei nº 4.230.

verdade” em detrimento daqueles que transformam a praça da cidade em *mercado persa*, me intrigou um fato: em nenhum momento, durante as entrevistas, ambulante/camelô algum tenha se referido a uma “rixa” com os artesãos.

Procurei investigar a questão e a “rixa” apareceu. Não nas falas dos trabalhadores, mas nas dos representantes do poder público e na imprensa, mais especificamente, no Jornal *O Triângulo*⁽²⁹⁾, que faz coro com o Vereador Eurípedes Barsanulfo, e o *Jornal Primeira Hora*, de propriedade de membros do PMBD, partido do Prefeito Zaire Rezende:

“Enquanto o comércio estabelecido, tem altos custos (...) os ambulantes não têm nada a perder. A praça principal da cidade é transformada numa feira de Bagdad (...) nesse comércio paralelo que obriga o pedestre a andar aos trambolhões, surge a figura do artesão. O artesanato, geralmente é fabricado em São Paulo. São produtos de qualidade inferior, engana-trouxa, que acaba justificando o ditado de que, o barato sai caro”.⁽³⁰⁾

É interessante observar que, assim como o vereador da oposição, o articulista também critica os “pseudo-artesãos (o vereador fala em “artesãos de verdade” contrapondo estes àqueles “*que se dizem artesãos*” e que vendem “*artigos de confecção e quinquilharias, comprados na rua 25 de março em São Paulo*”).

Nessa valorização dos artesãos, é utilizada, também, uma noção preconceituosa das elites sobre as práticas populares, no caso o comércio

²⁹ Este Jornal era vinculado ao grupo de Renato de Freitas e durante a administração Zaire Rezende, assumiu uma postura ambígua em relação a essa administração, talvez pelo fato de seu adversário político privilegiado ser Virgílio Galassi.

³⁰ “Comércio Movimentado, Ambulantes e o Irresistível impulso de fazer compras. Jornal **O TRIÂNGULO**. 24/12/1985. O jornal se utiliza do momento natalino para atacar os camelôs, visto que é nas datas comemorativas que estes mais ganham e, segundo o CDL, mais atrapalham os logistas..

ambulante, e, em contrapartida, o enaltecimento de uma atividade considerada “muito próxima das artes”, como o artesanato.

Isso fica evidente, também, em relação à administração, à medida que, enquanto os Ambulantes/Camelôs são um “*problema*” a ser solucionado pelas secretarias de Trabalho e Ação Social e de Serviços Urbanos, os artesãos “*estão em entendimento com a Secretaria de Cultura*”⁽³¹⁾. Além disso, em uma reunião acontecida em 11 de dezembro de 1984, objetivando discutir o projeto de lei da Vereadora Nilza A. de Oliveira, o Diretor do CDL defendia “*a necessidade de se priorizar a regulamentação do comércio do artesanato, que é um trabalho artístico, em detrimento do comércio ambulante (...). concluiu dizendo que ‘o Prefeito Zaire Rezende está fazendo uma política humana e exemplar’.*”⁽³²⁾

Note-se, ainda, que a administração também compartilhava da valorização dos artesãos, em detrimento dos ambulantes/camelôs uma vez que, “*segundo o coordenador do trabalho da Secretaria do T. e Ação Social, (...) com relação aos artesãos, que também ocupam a Tubal Vilela (...) adiantou que a construção da área para sua instalação teve início no dia de ontem*”⁽³³⁾.

Já os ambulantes/camelôs ficaram à mercê dos interesses políticos e da vontade da administração municipal, pois, segundo a Lei 4.230:

“*Art. 3º (...)*

I – O projeto de zoneamento dos locais destinados ao comércio ambulante.

§ 1º - o projeto de zoneamento é de caráter provisório, podendo ser alterado a qualquer momento, à critério da Administração Municipal,

³¹ Jornal **PRIMEIRA HORA**. 21/11/1984. p. 5

³² Jornal **PRIMEIRA HORA**. 12/12/1984. Segundo o Jornal, curiosamente, estavam presentes, nessa reunião, a própria Vereadora, os Secretários de Trabalho e Ação Social e de Serviços Urbanos, os representantes do CDL e da ACIUB e nenhum representante dos Ambulantes/Camelôs. (grifos meus).

³³ Jornal **PRIMEIRA HORA**. 21/11/1984. p. 5.

desde que tais locais passem a ser considerados inadequados e prejudiciais à população”.⁽³⁴⁾

Ressalte-se que na lei, em momento algum, aparece a figura do artesão e note-se, também, que nem mesmo a comissão permanente, criada pela Lei 4.230 e que, “teoricamente”, contava com representantes dos trabalhadores, teria poder de interferir em uma eventual expulsão dos ambulantes/camelôs das praças da cidade, porquanto a alteração do zoneamento ficaria “à critério da Administração”, ou seja, como e quando esta bem entendesse.

Além disso, o secretário de Serviços Urbanos, mais de um ano antes da aprovação dessa lei, já deixava claro que “a praça T. Vilela é ‘a noivinha da cidade’. A população não gosta que toquem nela e muito menos que a danifiquem (...) no quadrilátero da praça, nem artesãos nem ambulantes vão ficar”⁽³⁵⁾.

Essa “noivinha”, na opinião do secretário, os ambulantes/camelôs não tinham o direito de esposar.

O que ficou patente é que os artesãos, na luta pelo espaço das praças, acabaram por beneficiarem-se desse preconceito, utilizado pelo empresariado como justificativa para defenderem seus interesses econômicos. Foram aceitos, visto que, até os dias atuais, eles exercem suas atividades em um local fixo, e, não por coincidência, na praça onde funcionava, até pouco tempo, a Câmara Municipal de Uberlândia e que fica a poucas quadras da Praça Tubal Vilela.

Além disso, foi criada recentemente a “Feira da Gente”, na Praça Sérgio Pacheco, também no centro, que é aberta aos domingos e que conta

³⁴ Prefeitura Municipal de Uberlândia, **LEI Nº 4.230 DE 05 DE NOVEMBRO DE 1985**. p. 03. “Regula o Comércio Ambulante e Atividades Afins e dá Outras Providências. PMU/APM.

³⁵ ‘TV’ Terá Divisão para Artesãos e Ambulantes”. Jornal **PRIMEIRA HORA**. 30/08/1984.

com “64 expositores que oferecem desde peças artesanais, obras feitas por artistas plásticos, até produtos alimentícios”⁽³⁶⁾.

Imagem 4: “Feira da Gente”



Fonte: Jornal **CORREIO**. 12/07/2001. Caderno Revista. p. D-1.

Um pouco abaixo do título muito destacado “Praça do povo e da cultura”, lê-se a declaração do Assessor da Secretaria de Meio Ambiente de que a praça: *“era invadida por pessoas indesejáveis, como marginais. Em consequência, os moradores começavam a reclamar e esses espaços eram esquecidos pela população como locais de lazer e entretenimento”*⁽³⁷⁾

Devemos lembrar que já há 15 anos, os ambulantes/camelôs também faziam parte do rol das *“pessoas indesejáveis”* nas praças da cidade. E de que a “a praça é do povo” desde que seja um “povo desejável”, na

³⁶ Depoimento da Presidente da Associação dos Artesãos na matéria “Praça do Povo e da Cultura”. In: Jornal **CORREIO**. 12/07/2001. Caderno Revista. P. D-1.

³⁷ Declaração atribuída pelo Jornal ao Assessor da Secretaria de Meio Ambiente. In: “Praça do Povo e da Cultura. Idem.

opinião da administração. Preferencialmente, um povo que saiba apreciar a “cultura” carregada aqui de uma noção preconceituosa, que tenta excluir qualquer manifestação cultural que não esteja vinculada às artes e à música.

Uma das explicações para a “aceitação” dos artesãos em detrimento dos ambulantes/camelôs é que os primeiros não estabelecem uma concorrência direta com os lojistas, até porque os produtos comercializados por estes são considerados como exóticos e não são, geralmente, disponibilizados pelo comércio local.

Uma disputa pelo espaço de vendas e que se verifica, ainda hoje, entre os próprios ambulantes/camelôs, e que é encarada como “natural” por estes, foi transformada pela administração Municipal, pela oposição a esta e pela imprensa em uma “rixa” entre duas categorias de trabalhadores.

“A partir de hoje o comércio de artesanato e dos vendedores ambulantes estará ocupando espaços diferentes na Praça Tubal Vilela (...) essa é a medida tomada pela Secretaria do Trabalho e Ação Social, para atender as reivindicações dos dois grupos de profissionais, que até então vinham disputando o melhor espaço para comercialização, criando muitas vezes, atritos entre si”.⁽³⁸⁾

Dessa forma, a administração valia-se da disputa entre aqueles trabalhadores que se utilizavam das praças para justificar suas ações de controle sobre esses trabalhadores e, ao mesmo tempo, dar respostas concretas aos ataques da oposição e às reivindicações do empresariado, representados pelo CDL e pela ACIUB. Ademais, ao que parece, a disputa não era tão séria como os secretários e vereadores queriam fazer parecer,

³⁸ ‘TV’ Terá Divisão para Artesãos e Ambulantes”. Jornal **PRIMEIRA HORA**. 30/08/1984.

pois, mesmo o jornal do PMDB, ao tentar demonstrá-la, acaba por nos revelar o contrário:

“Divino Justino, há 20 anos expando na ‘Tubal Vilela’, artesão, tapeceiro, fala com segurança sobre a história dessa briga antiga, assegurando que ‘finalmente essa história toda estará resolvida’. Embora seja artesão, Divino Justino está na associação dos Ambulantes, pois para ele a entidade que congrega os artesãos virou ‘um ovo podre’³⁹⁾

Ora, se os desentendimentos entre ambulantes/camelôs fossem tão sérios quanto asseveravam o jornal e os secretários da administração municipal, seria impossível que um profissional de uma categoria se filiasse à associação representante da outra. Além disso, há indícios de que a apresentação da fala de um trabalhador, pelo jornal, pode estar vinculada a outra questão: à cooptação da Associação dos Ambulantes pela situação, enquanto a Associação dos Artesãos teria sido cooptada pela oposição.

Assim, o propósito da utilização do depoimento, em que uma das associações é caracterizada como “*um ovo podre*”, seria fazer um ataque direto a esta oposição.

Entendo que, muito mais do que atender às reivindicações dos dois grupos, a administração municipal preocupou-se em dar respostas à oposição e ao empresariado uberlandense, justificando-se, assim, a separação realizada pela administração entre ambulantes/camelôs e os artesãos e, nesse sentido, justifica-se, também, a “tolerância” a estes. Mas não como esses trabalhadores reivindicavam.

³⁹ Idem.

Dessa forma, as evidências indicam que a administração pública apresentava uma retórica no sentido de demonstrar à população uma “*preocupação social*”, ao regulamentar as atividades dos ambulantes/camelôs, vistos como “*um problema a ser resolvido*”⁽⁴⁰⁾. Mas, na prática, tal regulamentação impedia-os de exercerem suas atividades, pelo menos nos espaços que entendiam serem o mais adequado à sua sobrevivência, ou seja, no interior das praças e passeios públicos.

Portanto, o direito à cidade e ao uso de seus espaços é negado a esses trabalhadores. Eles só seriam “tolerados” nos espaços delimitados pelo empresariado e pelo poder público. Felizmente, os trabalhadores não são meros receptores da vontade das elites, pois têm demonstrado, nesses últimos 30 anos, uma vontade ferrenha de permanecer na área central da cidade e desenvolveram inúmeras estratégias visando esse fim e das quais tratarei no próximo capítulo

2. os gestores e os produtores de horti-fruti-granjeiros:

O historiador, ao lidar com as fontes, sejam elas quais forem, deve tomar alguns cuidados, e um deles é questionar a forma e o contexto em que foram produzidas. O Jornal Correio tem como característica marcante, como já afirmei, o apoio a um determinado grupo político local: o MDU (Movimento Democrático de Uberlândia), grupo constituído, em sua maioria, de políticos originários da antiga ARENA e estreitamente vinculados ao Sindicato Rural, ACIUB (Associação Comercial e Industrial de Uberlândia), CDL (Clube de Diretores Lojistas) e Prefeitura Municipal, sendo que, em vários momentos os quadros do MDU e dessas outras instituições se revezam na direção destas.

⁴⁰ Esses termos foram utilizados exhaustivamente pelos secretários e pelo Jornal Primeira Hora.

Outra característica do jornal Correio de Uberlândia é que, apesar de ser considerado um dos mais importantes da cidade, ele peca pela falta de estrutura profissional⁽⁴¹⁾. Isso é evidenciado, por exemplo, pelo fato de uma mesma foto ser utilizada em matérias diferentes, algumas com conteúdos similares e outras de conteúdo até antagônicos.

Em uma série de reportagens sobre “abate clandestinos de suínos” nos anos 75/76, isso é evidenciado:

“Cidade está dominada pelo abate de suínos fora do matadouro”;

“Chiqueiros dominam o Bairro Operário”;

“Falta de matadouro provoca matança de suínos em todos pontos da cidade”; *“Chiqueiros insuportáveis na rua Alaska”;* *“Matança de porcos continua à vontade por toda cidade e ninguém toma providência”;* *“Moradores das ruas Prata e Monte Alegre não suportam mais os chiqueiros e clamam por solução”;* *“Matança de porcos continua desafiando autoridades municipais e sanitárias”*⁽⁴²⁾

Em todas as matérias, durante quase um ano inteiro, é utilizada a mesma foto: um chiqueiro com meia dúzia de porcos, pela qual não é possível caracterizar as “más” condições sanitárias do mesmo.

Não bastasse o absurdo de utilizar a mesma foto para um “problema” verificado em bairros tão diferenciados, como “nas ruas Prata e Monte Alegre”, próximas ao centro, e “na rua Alaska”, na época, periferia, a mesma meia dúzia de porcos foi impressa juntamente com a matéria: *“Fundado Núcleo de Suinocultores em Uberlândia”*⁽⁴³⁾. Enquanto as matérias

⁴¹ Essa estrutura permanece até final da década de 80 e início de 90, quando o jornal assume como padrão editorial algo bem parecido com o da Folha de São Paulo, melhorando significativamente sua qualidade técnica. “Coincidentemente”, essa é a década na qual o grupo que constituiu o MDU se firma no poder, permanecendo nele por doze anos consecutivos.

⁴² Jornal CORREIO DE UBERLÂNDIA, 04/05-01-1975; 25-02-1975; 19-03-1975; 08-07-1975; 19/20-07-1975; 19-08-1975 e 06-11-1975, respectivamente. Essas matérias serão discutidas adiante e são fundamentais para se compreender, não só como são tratados os criadores de porcos pela imprensa, como também as fissuras existentes entre os grupos dominantes locais.

⁴³ Jornal CORREIO DE UBERLÂNDIA, 11-02-1976.

anteriores referiam-se à criadores e açougueiros “*clandestinos*”⁽⁴⁴⁾ esta última dizia respeito aos grandes produtores rurais, figurando entre estes, por exemplo, Paulo Ferolla, que foi presidente do sindicato rural por vários mandatos, secretário municipal em duas gestões e prefeito da cidade pela coligação MDU no período 1992/1996.

Nossa já tão conhecida meia dúzia de porcos retorna, posteriormente, juntamente com as matérias: “*Chiqueiros na Vila Martins Exala Mau Cheiro*”⁽⁴⁵⁾, novamente denunciando os “clandestinos” e, cinco dias depois: “*Matança de Porcos Preocupa a ACIUB*”⁽⁴⁶⁾ em que o grupo ao qual pertence o mesmo Paulo Ferolla exige que a administração municipal tome providências a respeito do problema dos “*chiqueiros clandestinos*”.

A essa altura, o leitor poderia argumentar que se o uso das fotos pelo jornal dá-se de forma “indiscriminada”, não se sustentaria a afirmação que fiz a respeito da vinculação da foto do camelô com a questão da mão-de-obra não qualificada. Entretanto, a falta de estrutura profissional do jornal, evidenciada pelo uso repetitivo de uma mesma foto, não significa que “qualquer foto” seria utilizada em qualquer matéria. O uso totalmente indiscriminado é apenas aparente.

O que acontece é que, apesar dessa falta de estrutura ser patente, a repetição das fotos dá-se de acordo com a necessidade do jornal de passar a mensagem pretendida.

No caso da série de reportagens acerca dos chiqueiros, o que se esconde por trás do questionamento, na verdade, é uma campanha acirrada promovida pelo jornal contra a administração municipal, encabeçada pelo prefeito Renato de Freitas, opositor de Virgílio Galassi.

⁴⁴ Fontes como as fichas de cobrança do ISS no município, na época, evidenciam sem sombra de dúvida, que muitos dos que eram denominados de “*clandestinos*”, na verdade, pagavam seus impostos e recebiam regularmente a visita da fiscalização municipal.

⁴⁵ Jornal **CORREIO DE UBERLÂNDIA**, 23-04-1976

⁴⁶ Jornal **CORREIO DE UBERLÂNDIA**, 28-04-1976

Foi interessante perceber, nos anos pesquisados, que, invariavelmente, nos períodos pré-eleitorais, quando há um prefeito que não seja Virgílio, mas que este político seja candidato, todos os “problemas” da cidade aparecem no jornal, geralmente, como matéria de capa, acusando a má administração vigente. Curiosamente, quando Virgílio assume o poder, a cidade, repentinamente, volta a ser, na visão do jornal, a cidade maravilhosa e progressista.

Embora os órgãos de imprensa, comprometidos com as elites locais, façam um esforço extraordinário no sentido de criar uma imagem de cidade – o eldorado de oportunidades –, observa-se, mediante o diálogo com as fontes, que essa “unidade imagética” é quebrada a todo instante, devido à necessidade dessa mesma imprensa em atender a interesses específicos de determinados grupos que constituem essas elites.

Nas matérias referentes aos chiqueiros clandestinos, de início, intrigava-me o fato de, em determinados anos, como já frisado, essas matérias desaparecerem. Também desapareciam outras matérias que se referiam aos problemas de saneamento básico e, de modo geral, aquelas que denunciavam as más condições de vida na cidade.

A explicação desse “fenômeno” revelou-se simples: nos anos em que os adversários do Prefeito Virgílio Galassi atuavam na administração pública, o jornal Correio de Uberlândia desenvolvia uma campanha sistemática no sentido de “mostrar” aos seus leitores uma péssima administração. Nesses períodos, o jornal assumia uma “postura” de solidariedade para com a população em geral e denunciava os problemas vividos por esta como sendo de interesse geral dos uberlandenses, esse “povo laborioso”.

Investigando a questão dos criadores de suínos, descobri uma série de fichas de contribuição de ISS e ISQN (Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza), nas quais os tais “chiqueiros clandestinos” apareciam

cadastrados como pertencentes a açougueiros. Cruzando as informações das fichas com as matérias do jornal, verifiquei que grande parte daqueles que eram rotulados como “clandestinos”, na verdade, pagavam seus impostos junto à prefeitura, tendo, portanto, autorização dos poderes instituídos para exercer a criação de porcos⁽⁴⁷⁾.

Embora seja possível supor que houvesse realmente muitos que não se enquadrassem nessa condição, o que faria jus ao rótulo de clandestinos, na ótica do poder público, faltava compreender o porque da generalização estabelecida pelo jornal.

Acompanhar a série de matérias foi enriquecedor para meu trabalho. Sempre me perguntava se não estaria com uma noção pré-concebida a respeito da imprensa escrita da cidade. A de uma imprensa “maquiavélica”, que, por estar comprometida com os interesses das elites locais, esconderia, propositadamente, as outras faces da cidade que eu procurava: aquelas que deporiam contra a Uberlândia una, ordeira e progressista. Se assim fosse, por que tanta denúncia das más condições de vida? Por que tanta preocupação com “os interesses da população em geral”?

Compreender essas nuances significou, também, compreender o complexo “jogo” estabelecido por essa imprensa com os diversos grupos que constituíam os núcleos de poder na cidade.

O jornal Correio de Uberlândia tentava estabelecer uma legitimidade junto aos seus leitores, passando-se por um órgão de imprensa autônomo, ao mesmo tempo em que promovia uma defesa acirrada do grupo político encabeçado por Virgílio Galassi e atacava o grupo comandado por Renato de Freitas, utilizando-se para tanto do

⁴⁷ Essa constatação foi possível, uma vez que, nas fichas, constavam os endereços dos açougues e, em várias delas, constava o número da possilga de propriedade do açougueiro. A seu turno, as matérias do jornal indicavam as ruas onde se encontravam os tais “chiqueiros clandestinos”.

argumento de estar defendendo os interesses da população uberlandense afirmando que *“ninguém é contra uma família humilde procurar aumentar sua renda pobre com a criação de um porquinho em casa. Mas faze-lo perto do centro, em bairros populosos, não condiz com o que regula a saúde pública”*⁽⁴⁸⁾.

Aqui, o jornal assume um tom ameno, além disso, note-se que o jornal adota dois pesos e duas medidas para estabelecer o que condiz ou não com os interesses da “saúde pública”: para a periferia, onde estão os “pobres”, os chiqueiros não interferem nas condições sanitárias, mas, nas áreas centrais, sim.

Além disso, nas fichas cadastrais de ISS da Prefeitura encontramos um açougue com duas pocilgas, localizado na Praça Cícero Macedo⁽⁴⁹⁾, uma das praças centrais da cidade, contribuindo regularmente desde 15/06/1972 até 02/03/1977.

Isso demonstra que nem todos os açougueiros e/ou criadores eram alvo do ataque do jornal. Provavelmente, esse açougueiro específico, tinha ligações com aquele órgão de imprensa, já que era membro de uma tradicional família de imigrantes libaneses estabelecidos na cidade, e, freqüentemente lembrados nas colunas sociais do jornal.

A partir da questão dos chiqueiros, à medida que a “briga” foi se desenrolando ao longo dos anos, a mudança de “tom” e de posição em relação à questão ficou evidenciada após alternância da administração municipal, quando da saída de Renato de Freitas do poder em 1976.

Antes dessa data, a administração municipal era colocada como a principal culpada pelo problema, uma vez que, por não oferecer condições aos açougueiros e/ou criadores de abater seus animais no Matadouro Municipal, em condições adequadas de higiene e salubridade, forçava-os ao “abate clandestino”.

⁴⁸ “Chiqueiros”. Seção Feira-livre”. Jornal **CORREIO DE UBERLÂNDIA**, 05/12/1971.

⁴⁹ Segundo o endereço constante da ficha.

Já durante a gestão de Virgílio Gallassi, os “pedidos da população” para que o problema fosse solucionado eram valorizados ao mesmo tempo em que apregoava que a cidade já alcançara os benefícios da vida moderna.

“O mau cheiro, que domina agora parte da Vila Martins, provocou a vinda em nossa redação de uma comissão formada por donas de casa, preocupadas que estão com a saúde de seus filhos. (...) Pedem por nosso intermédio, a Prefeitura Municipal, uma busca e apreensão dos porcos, acabando com os chiqueiros, que estão existindo em um bairro onde os benefícios da vida moderna já chegaram há muito tempo (...).”⁽⁵⁰⁾

Com a mudança da administração, quando Virgílio assumiu, o problema passou a ser de responsabilidade dos governos estadual e federal. Essa mudança de atitude justificava um projeto de investimento do grupo de suinocultores liderado por Paulo Ferolla da Silva, um dos secretários da gestão Virgílio, ao mesmo tempo em que retirava da administração municipal a responsabilidade de propiciar as condições apropriadas de higiene para esse abate.

“MATADOURO MUNICIPAL NÃO PODERÁ TER A TRADICIONAL SOLUÇÃO DO PASSADO

O desenvolvimento de Uberlândia, passando rapidamente de uma pequena comunidade para uma cidade de porte médio, esbarra ainda, em velhas fórmulas das quais, muita gente ainda não se libertou. E entre elas, está o Matadouro municipal, destinado ao abate dos suínos. Associação Comercial, Clube dos Diretores Lojistas e não se sabe quantas outras entidades têm enviado ofícios ao Prefeito Virgílio

⁵⁰ “Porcos Provocam Mau Cheiro na Vila Martins”. Jornal CORREIO DE UBERLÂNDIA, 24/07/1979

Galassi, solicitando providências (...) tendo o assunto sido encaminhado ao secretário Paulo Ferolla da Silva (...) Feitos os levantamentos e consultas, o titular da Indústria, Comércio e Turismo, está ultimando um relatório, através do qual, todos ficarão a par de uma informação que todos nós desconhecíamos: nem o Ministério da Agricultura e nem a Secretaria de Estado da Agricultura consideram oficiais os Matadouros Municipais, nos termos do que se conhece em Uberlândia e dos que funcionam em cidades menores.

Assim sendo, a solução não será a construção de um novo Matadouro, ou mesmo sua reforma por completo (...) seria apenas, um lugar de abate, sem inspeção oficial, e não muito diferente de um abate clandestino instalado no fundo do quintal de qualquer açougueiro.(...) A Prefeitura Municipal teria que construir um frigorífico, e participar de uma atividade privada (...) Esta revelação, surpreendeu a todos pois provoca uma alteração no modo de pensar de todos nós (...) O relatório (...) prevê o incentivo aos grandes frigoríficos, no sentido de que cuidassem também do abate de suínos. Esta seria a maneira de salvaguardar a saúde pública e evitar que a Prefeitura se transformasse numa entidade inserida nas atividades privadas”.⁽⁵¹⁾

Dessa forma, o jornal tentava atingir dois objetivos: primeiro atestar uma autonomia face aos poderes instituídos da cidade, o que lhe garantiria a legitimidade perante seu público leitor mediante o discurso de estar preocupado com os interesses da população em geral. Segundo, defender os interesses de um determinado grupo constitutivo das elites locais, aquele representado pelos grandes criadores de suínos.

⁵¹ Jornal CORREIO DE UBERLÂNDIA, 09/01/1979. p. capa.

Para tanto, não importava que se utilizasse o pequeno criador e os açougueiros como *bode expiatório*, tachando-os de “clandestinos”, apesar de parte significativa destes terem autorização da administração municipal para exercer suas atividades e cumprirem com seus deveres legais pagando o ISS.

Por outro lado, as matérias referentes aos “abates clandestinos” e à suinocultura, bem como as referentes à produção de leite e de horti-fruti-granjeiros, deixam entrever a construção de uma imagem de cidade que se quer moderna com o apagamento de seu passado rural.

A construção dessa imagem dá-se pela necessidade dos poderes públicos e do empresariado local inserir a cidade, de acordo com seus interesses de classe, em uma dinâmica de desenvolvimento nacional proposta pelo regime militar.

Essa proposta expressava-se “a partir de 1964” na “*utilização integrada do desenvolvimento industrial, do progresso tecnológico e do comércio exterior, como base de formação de uma sociedade industrial moderna. A formação progressiva das bases para a sociedade de consumo de massa, com a criação de novos pólos econômicos em diferentes regiões do País (...)*”.⁽⁵²⁾

Quando se trata da criação e abate de porcos realizados “em casa”, hábito não só dos açougueiros mas também daquelas famílias que se enquadravam, na opinião do jornal, no conceito de “*uma família humilde*”, que procurava “*aumentar sua renda pobre com a criação de um porquinho em casa*”⁽⁵³⁾, o tom é sempre pejorativo. Pejorativo também o é ao referir-se ao matadouro municipal durante a administração Renato de Freitas, enquanto que, ao referir-se aos “suinocultores”, durante a gestão de Virgílio Galasse, a linguagem assume um perfil técnico.

⁵² “Desenvolvimento Brasileiro”. Seção Opinião. Jornal CORREIO DE UBERLÂNDIA.04/07/1972.

⁵³ Conforme citado anteriormente.

Nessa direção, o jornal concorda com a administração municipal em “(...) evitar que os açougueiros ou aqueles que comerciam com carne de suínos, venham fornecer à população, carne infeccionada por doenças que atacam os porcos (...) exterminar de uma vez por todas, os chiqueiros nos bairros onde a população é expressiva (...)”⁽⁵⁴⁾. E sobre o Matadouro Municipal, afirma que “deverá ser fechado e lacrado como determina a lei” e que é “Arcaico e obsoleto, chamado por alguns de uma simples pocilga”⁽⁵⁵⁾

Paralelamente à desconstrução de práticas consideradas “arcaicas e obsoletas”, tornam-se corriqueiras no jornal matérias sobre como produzir, comercializar, tratar tecnicamente os produtos hortigranjeiros, laticínios e a produção animal. Sobre o Curso de Suinocultura:

“O curso terá o objetivo de administrar conhecimentos técnicos, conforme evidencia a respectiva programação, atendendo ao PIPMO – Programa Intensivo de Preparação de Mão de Obra, no sentido de intensificar a tecnificação do setor e consequentemente obter maiores índices de produtividade bem como o incremento da criação e o desaparecimento da suinocultura em fundo de quintal em condições higiênicas, e sanitárias pouco recomendáveis”.⁽⁵⁶⁾

A longa discussão sobre a criação e abate “clandestinos” de porcos vai culminar em 1983, como já disse, na criação da Vigilância Sanitária, que nasce com o seguinte objetivo:

“ 1-Histórico:

A Vigilância Sanitária foi criada em 1983, tendo inicialmente a preocupação básica de solucionar problemas referentes a qualidade dos

⁵⁴ Jornal CORREIO DE UBERLÂNDIA, 15/06/1977. p. capa. (grifos meus)

⁵⁵ Jornal CORREIO DE UBERLÂNDIA, 09/07/1980. p. 08. (grifos meus)

⁵⁶ Jornal CORREIO DE UBERLÂNDIA, 30/04 e 01/05/1977. p.3.

alimentos comercializados no município, e aos transtornos referentes a falta de higiene gerada p̄elos criat́orios de animais dentro do peŕmetro urbano, principalmente as pocilgas, atraves de servico de fiscalizaçõ sanitária”⁽⁵⁷⁾

A atuação da Vigilância Sanitária se daria, conforme analisei no capítulo anterior, atendendo às necessidades de verticalização da área central da cidade, empurrando os criadores para a periferia, onde suas práticas não pudessem macular a imagem de “cidade moderna e saneada”.

Dessa forma, as reivindicações de parcelas da sociedade, próximas às elites, encontradas desde o início da década de 70, vão sendo atendidas na década de oitenta, principalmente entre 83/88, com a primeira investida da Vigilância Sanitária contra os criadores de porcos.

O esforço em opor a cidade à roça, vai se concretizando em ações dos poderes públicos, que não medem as conseqüências de seus atos para a vida daqueles que têm como ganha-pão a atividade com os porcos e com os galinheiros.

E os modos de vida que vão sendo destruídos? A Vigilância Sanitária nos dá seu entendimento desta questão “*propondo novos procedimentos a fim de não só fazer cumprir os preceitos legais presentes na constituição e leis orgânicas, como também, acima de tudo, desenvolver um serviço adequado às necessidades do corpo social do município, que passa por considerável diversificação de suas atividades econômicas gerando mudanças nos hábitos desta população*”⁽⁵⁸⁾.

Embora o Coordenador da Vigilância Sanitária repete as mudanças de hábitos da população à “diversificação das atividades

⁵⁷ RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA SEÇÃO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA/1989-1992 E DIRETRIZES PARA A PRÓXIMA ADMINISTRAÇÃO. PMU/Arquivo Geral/Documents da Vigilância Sanitária, caixa n°. 3. (grifos meus)

⁵⁸ Idem.

econômicas do município”, em outro relatório, o mesmo coordenador afirma que os estudos realizados pela divisão “*são importantes para orientar melhor as Campanhas Educativas na área Sanitária, tornando mais eficiente os resultados das propostas de mudanças de comportamento afins de melhorar a qualidade de vida da população*”⁽⁵⁹⁾, esclarecendo, portanto, que a própria Divisão se coloca como promotora das mudanças de comportamento.

3. trabalhadores e política

Pude rastrear as práticas, que o jornal insiste em tratar, ora como tradições que estão sendo quebradas, ora como atividade de “marginais”, dispersas no interior de suas próprias páginas, bem como nas fichas cadastrais de ISS da Prefeitura Municipal. Nestas, além dos feirantes, foi possível encontrar um número significativo de ambulantes que tinham por ganha-pão a venda de produtos horti-fruti-granjeiros. Em um universo de 100 fichas, 25 diziam respeito a esses trabalhadores⁽⁶⁰⁾.

De início, surpreso com esse número expressivo de vendedores ambulantes de frutas e verduras, frangos e até de peixes, contribuintes de ISS e ISQN por toda a década de 70, pensei tratar-se dos próprios feirantes, que, devido a questões burocráticas, eram tratados por ambulantes. Entretanto, à medida que a análise das fichas foi se desenvolvendo⁽⁶¹⁾, pude observar que algumas categorias eram cadastradas em fichas específicas, como era o caso dos açougueiros e dos feirantes.

⁵⁹ RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA SEÇÃO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA-1994. PMU/Arquivo Geral/Documentos da Vigilância Sanitária, caixa nº. 3.(grifos meus)

⁶⁰ Isso também evidencia a origem rural de um significativo número de ambulantes, fato que se confirmou, também, nos depoimentos colhidos.

⁶¹ São aproximadamente 10.000 fichas, sem nenhuma organização, estando todos os contribuintes de ISS e ISQN, desde grandes empresas até ambulantes juntos, em caixas não catalogadas no acervo do Arquivo Público Municipal. De aproximadamente 3.000 fichas analisadas, 100 referiam-se aos trabalhadores ambulantes.

Além disso, algumas fichas traziam o endereço onde o vendedor exercia sua atividade, como em praças, por exemplo, e, nesse sentido, não se justificava minha desconfiança, pois ficou evidente tratar-se mesmo de vendedores ambulantes e não de feirantes. Nas fichas de contribuição, encontrei todo o tipo de vendedores ambulantes. Desde vendedores de doces a vendedores de lenha, cadastrados e contribuindo mensalmente com a administração municipal.

Um detalhe que me chamou atenção foram os altos valores cobrados dos ambulantes, se comparados com os cobrados de empresas do mesmo ramo. Evitando problemas da ordem de conversão de moeda, comparei a ficha de um ambulante que descrevia “*Atividade principal e acessórias: frutas e verduras ambulante (...) iniciante em mar/71 (...) Lic. Inicial 71 – alvará 1.506 – 6.04.71 – (6,00)*”⁽⁶²⁾ com a da empresa Pontal do Triângulo Com. Rep. Imp. Exp. LTDA assim descrita: “*Atividade principal e acessórias: importação e exportação de frutas (...) iniciante em mar/71 (...) Lic. Inicial 71 – alvará 2.159 – 18.06.71 – (9,00)*”⁽⁶³⁾.

Lembrando que o jornal trata a todos, indiscriminadamente, como “clandestinos”, o ambulante ao pagar Cr\$ 6,00 pela licença inicial, enquanto o empresário pagava r\$ 9,00, era infinitamente mais penalizado que uma empresa de importação e exportação do mesmo produto, principalmente, ao se considerar a desproporção existente entre as duas atividades.

Contra essa forma de exploração os ambulantes reagem de várias formas, uma delas é se cadastrar, nos períodos em que a fiscalização é mais intensa e depois simplesmente parar de pagar o imposto:

“Depois que já tava há muito tempo trabalhando, e já tinham me ameaçado (...) aí pegaram meu carrinho lá... com a polícia... aí eu peguei de volta e fui trabalhar mais uns dias, pegou de novo (...) purquê já tava na dívida ativa

⁶² Ficha: Prefeitura Municipal de Uberlândia – Seção de Indústrias e Profissões, nº 8397 – SMC/APM.

⁶³ Ficha: Prefeitura Municipal de Uberlândia – Seção de Indústrias e Profissões, nº 12.565 – SMC/APM.

(...) aí eu paguei pra recadastrar, mais nunca mais procurei pra saber (...) deve estar na dívida ativa ainda (risos) ”⁽⁶⁴⁾

“Lá em casa tem os montes de carnê guardado, tudo sem pagá (...) de vês em quando eles mandam umas cartinhas cobrando, mais a gente num paga não (...) agente diz que não tá vendendo mais e pronto ”⁽⁶⁵⁾

Enquanto nas fichas dos açougues foi possível encontrar proprietários de açougues e possilgas contribuindo por toda uma década, ininterruptamente, nas referentes aos ambulantes, a tônica foram constantes interrupções e, muitas vezes a paralisação definitiva da contribuição.

Isso não significa, entretanto, que esses trabalhadores tenham deixado de praticar suas atividades. Significa que, ao contrário dos açougueiros/criadores que têm uma atividade realizada em espaço determinado e que, por isso, são mais vulneráveis à fiscalização, como mencionou anteriormente o ambulante/camelô Marcos, os ambulantes, atuando nas ruas, sem local determinado, conseguem burlar mais facilmente essa fiscalização.

As práticas desses trabalhadores, tanto dos ambulantes/camelôs quanto dos produtores/comerciantes de horti-fruti-granjeiros, são elaboradas e vivenciadas com base em vários fatores. Dentre eles, a relação política com os poderes públicos:

“Thhhhhh, meu filho! Foi uma peleja duuuuuura! Quando eu vim prá cá, nós nem ônibus tinha. Pois você lembra uai, entá você num dava aula prá gente aqui e a pirua da prefeitura num tinha que vim buscar você depois da aula porque num tinha o ônibus? Então. Era uma dificuldade que você mesmo chegou a passar. Nós tivemos que brigar muito prá ter as coisa aqui

⁶⁴ Sr. Alcindo.

⁶⁵ Sr^a. Nilcimar.

sô! (...) A gente veio prá cidade iludida, achando que era um paraíso, e acaba que quando chega num tem é nada”⁽⁶⁶⁾

A depoente refere-se ao Bairro São José e à época em que eu ministrava aulas de alfabetização de adultos (1991-92), nas quais ela era uma das alunas.

A alusão à “pirua da prefeitura” ir buscar-me é devida ao fato de que, na época, o bairro contava apenas com três horários em que o transporte coletivo servia-o, sendo um no início da manhã, um em horário de almoço e o último ao final da tarde.

Nossas aulas encerravam-se às 22:30 horas, e uma perua Kombi, que era utilizada como transporte dos professores da Zona Rural, era aproveitada para apanhar-me. Curioso esse fato de um bairro situado no perímetro urbano, e que não era, dentre os periféricos, um dos mais distantes em relação ao centro, não oferecer transporte aos seus moradores.

O que era oferecido ao profissional responsável em levar a esses moradores um direito básico como a educação – diga-se de passagem, tardiamente – tinha como destino principal a zona rural. Devido a isso, não foram raras as vezes em que voltei para a casa a pé, pois, se o transporte tinha algum problema nas escolas rurais, não havia outro que o substituísse. Curioso também o poder público preocupar-se com a alfabetização de adultos e não oferecer escolas às crianças do bairro.

“É uma dificuldade que só vendo! Você vê essa criançada toda, tem uns que é uns ‘catatauzinho’ assim ó, e tem que ir prá escola a pé, lá pro Jardim Brasília, pro Roosevelt porque aqui num tem escola. Atravessando esse pasto aí, prá encurtar o caminho né? É uma judiação! É de cortá o coração!

⁶⁶ Sr^a. Aparecida.

Inclusive, já teve até tarado correndo atrais de criança por aí. Qual é a mãe que fica satisfeita com um troço desse, me diz aí!”⁽⁶⁷⁾

Já disse que Uberlândia era “uma cidade que tinha tudo, mas não tinha um pronto socorro” e, no ano de 2001, o Bairro São José ainda não tem um centro de saúde, não tem escola para suas crianças. A cidade, que é alardeada pelos seus administradores como tendo um serviço de saúde e educação de primeiro mundo sempre deixou muito a desejar nessa área.

A experiência da Sr^a. Aparecida, baseada na vivência em um bairro, relativamente novo, que, nas palavras dela, “ajudou a fazer”, ensinou-lhe que a conquista da estrutura urbana, tratada pelas elites sempre como “um benefício doado” ou como resultado “natural” do progresso, depende de uma “briga” com o poder público, e não é uma “dádiva” de uma gestão política ou outra.

Tendo vindo para Uberlândia com expectativas de melhores condições de vida, que para os trabalhadores se expressam, especialmente, no acesso ao trabalho digno, a tratamento médico, transporte, escola, moradia e saneamento básico⁽⁶⁸⁾, essa trabalhadora se ressentiu-se de ter “vindo numa roça onde num tinha nada disso, e chegando aqui, viver pior do que lá. Vim tentar uma vida nova, e encontrei os velhos problema já conhecido”.

Nesse sentido, o “novo”, a “vida nova” é representado na fala da Sr^a. Aparecida como aquilo que, não existindo na roça, se buscava ao vir para a cidade: o urbano é representado, então, como o espaço das possibilidades de melhorar de vida. Não satisfeita essa expectativa, tornada em anseio permanente, há que se lutar para concretizá-la. Essa realização, passa, necessariamente, por um posicionamento político.

Segundo ela, “o sofrimento ajuda as pessoas a reagir”. Foi a indignação com o sofrimento experimentado na cidade que a “empurrou prá briga na política”.

⁶⁷ Idem.

⁶⁸ Essa expectativa em relação à cidade aparece em todas as entrevistas, sem exceção.

Como presidente do clube de Mães e com base na participação da associação de moradores do bairro, teve a oportunidade de aprender a reconhecer nos administradores da cidade adversários com os quais era difícil lidar:

“Esse povo num é fraco não sô. E eles [o poder público] pensa que o povo é bobo, mas a gente não é bobo não! Se eles usa a gente, igual foi aquela coisa da escola, prá poder ganhar os voto da gente, a gente também tem que usar eles prá conseguir as melhorias que a comunidade, que o bairro precisa (...) e, devargarzinho a gente tem conseguido não é mesmo? Você viu como o bairro tá mais arrumadinho agora, com asfalto direitinho, bem diferente daquela época não é não? Mais tá assim porque nós brigamo muito (,,) e tá escrito na Lei do Município: todo bairro tem que ter escola, creche e coletivo pros moradores, não tá?”⁽⁶⁹⁾

Ela refere-se ao uso eleitoral do Programa de Erradicação do Analfabetismo implantado pela gestão Virgílio Galasse, no final do mandato 1989-92, e que, após ter conseguido fazer seu sucessor, Paulo Ferolla, para o mandato 1992-96, encerrou as atividades do programa. Há uma frase – na verdade, um *slogan* – que a Sr^a. Aparecida está sempre repetindo, desde que a conheci em 1991, que sintetiza bem sua compreensão do que vem a ser “fazer política”: *“num importa o partido, a gente apoia aquele que na hora que a gente precisa ele corresponde a necessidade da gente! E a necessidade do povo num é brindezinho nem camiseta. É escola, esgoto, água encanada e asfalto”*.

O posicionamento político dá-se de acordo com a experiência individual. Alguns, tendo sofrido várias frustrações, face aos poderes públicos, assumem a postura do descrédito. Outros permanecem na luta, utilizando de

⁶⁹ Idem.

variadas estratégias no sentido de reivindicar a “nova vida”, ou, o que é mais recorrente, viver a vida possível: aquela que as relações sociais na cidade permite.

O Sr. Gerson revela, que na luta com os poderes públicos, há que se tomar algumas precauções. Ele lembra que é preciso “*fazer como o Juruna fazia*”, gravar as promessas para que seja possível cobrá-las depois.

Lá no Canaã também foi assim [em relação ao asfaltamento do bairro], muita promessa (...) o prefeito fez uma reunião [recentemente] e prometeu: _ 'amanhã as máquinas estarão aqui'. Eu estava com gravador também (eu não gosto de conversa fiada) aí eu fui lá e gravei a história toda. Então ele disse que as máquinas estariam hoje aqui e eu achei isso uma falha da parte dele porque quando ele fala 'hoje' e não coloca no papel, e não tem data num papel, ele não tá se comprometendo de verdade. (...) ele tem que respeitar a população porque deslocar a gente da casa da gente prá ir ouvir conversa fiada, dizer que vai fazer as coisas e não fazer nada (...) colocar as propostas e depois nada cumprir? Isso é desrespeito!⁽⁷⁰⁾

Há em sua fala um misto de indignação e de recusa ao modo institucional de fazer política. Em sua opinião, a falta de respeito, expressa na “conversa fiada” (promessa não cumprida), dá-se pelo fato da população não cobrar dos políticos as promessas feitas em campanha. Defende que haja essa cobrança e que uma das formas de fazê-la é “*gravar tudo que eles [os políticos] disserem e depois jogar na cara deles*”! Mas não acredita que os moradores do bairro possam interferir, diretamente, nos direcionamentos da prefeitura.

No máximo, pode-se cobrar o que foi pensado pelos políticos e prometido para o bairro. Segundo ele, “*essa coisa de participativo num cola*”, *comigo não!*

⁷⁰ Sr. Gerson Ferreira Rocha. 40 anos, casado, pai de três filhos. Natural de Contenda-BA. Reside em Uberlândia há sete anos. É vendedor ambulante. Comercializa mel industrializado de “porta-em-porta”. O produto é comprado da empresa **King’s Gel Indústria & Comércio Ltda**, mediante pedido da clientela. Entrevista realizada no 2º semestre/2001.

Já seu amigo e compadre Django...

“Por exemplo, nós temos o orçamento participativo no bairro Canaã. Existem os delegados, inclusive eu faço parte sendo um deles (...) mas a grande maioria desses delegados não tem noção do que está acontecendo em torno deles. Outra parte, alguns deles que... é... é... aquela velha história, estão ali querendo ser beneficiados. Na verdade não existe uma preocupação social.”⁽⁷¹⁾

O Sr. Django está na cidade há apenas três anos. A sua visão de política é profundamente marcada por dois elementos: sua militância política, no interior do Partido dos Trabalhadores, em sua terra natal, e uma educação católica conservadora em que se lia, ainda na infância, Platão e Aristóteles. Essa formação deve-se ao fato de ter um tio Padre, que o iniciou nessas leituras. Percebe-se, em sua fala, uma noção de política vanguardista, enquanto a educação – componente platônico – seria a solução para a conscientização dos trabalhadores.

“As pessoas não compreendem a política em si. (...) O viver é política, o nascer é política (...) a partir do momento que voce é gerado voce já faz parte da política. Por que existe governos ruins? Por que o presidente vende nossas estatais? Porque há essas coisas? É porque o povo que não tem noção do que é seu. (...) então se existisse no povo uma consciência política, mas que essa consciência política tivesse respaldo na educação, não seria assim. Porque sem esse princípio básico que é a educação tem as consequências: não tem educação, não tem consciência política e não tendo consciência política não se tem consciência do que nos pertence. É o retrato da nação!”⁽⁷²⁾

⁷¹ Django Alves da Silva. 30 anos, casado, pai de quatro filhos. Reside na cidade há três anos. Assim como seu compadre Gerson é vendedor ambulante comercializando os produtos da empresa **King's Gel Indústria & Comércio Ltda.** Entrevista realizada no 2º semestre/2001.

⁷² Idem.

A Sr^a. Aparecida, embora deixe claro que tem “*dois partidos do coração*”, o PMDB e o PT, argumenta sempre que tem que se relacionar bem com todos, pois disso depende o alcance da satisfação das necessidades dos moradores. Além disso, ela argumenta, junto com uma risinho irônica, que “*pois se é sempre os mesmo que estão lá ora! E o voto é secreto, eles nunca vão saber se a gente votou neles ou não, não é mesmo?*”.

Quanto ao fato de ela afirmar que os que estão no poder são sempre os mesmos, basta dizer que Paulo Ferolla também conseguiu eleger seu sucessor para o mandato 1996-2000, que significou, nada menos, que o retorno de Virgílio Galasse à administração municipal.

A Sr^a. Aparecida revela também que, após as conquistas por uma infra-estrutura básica, que eram os problemas mais agudos do bairro, na opinião dos moradores, ocorreu um arrefecimento da luta que ela relata com um forte tom de amargura na fala:

“O povo daquele tempo que a gente morava aqui no bairro, sem água, sem energia, sem nada, o povo era muito mais humilde, o povo era muito mais lutador pela vida (...) agora hoje o que eu vejo (...) com água luz tudo, asfalto agora, eu vejo o povo acomodado, e num quer... acha que tá tudo bom demais e num quer lutá por mais nada”.⁽⁷³⁾

Mas fala com muito orgulho dos valores que se firmaram com base na luta travada pela melhoria do bairro:

Só que a coisa que ficou e o povo nunca mais esqueceu é a solidariedade (...) que é uma coisa que foi prantada e ficou no bairro. Por que nós aprendeu assim, nós acostumou a ser assim: que o problema do vizinho não é só do

⁷³ Sr^a. Aparecida.

*vizinho, é nosso! Nisso ai, aqui todo mundo ainda é igualzinho era lá na roça: um vizinho não passa dificuldade sozinho, todo mundo passa o aperto ali, juntinho*⁷⁴

Acompanhamos até aqui os conflitos e as tensões estabelecidas entre os trabalhadores e as gestões municipais. Estas últimas pautadas por atitudes unilaterais que não levaram em conta as necessidades de sobrevivência dos trabalhadores e menos ainda consideraram seus modos específicos de viver.

Adiante, tratarei desses modos de viver e trabalhar, das marcas e significados que esses trabalhadores deixaram impressos no espaço da cidade, das suas formas de resistir e/ou se acomodar às situações adversas.

Serão discutidos seus costumes, os valores que se consolidaram, como a solidariedade, que determina que “*um vizinho não passe dificuldade sozinho*”. Estes têm como base as maneiras como os trabalhadores desenvolveram seu trabalho, como articularam o espaço da moradia, como se relacionaram entre si.

Discutirei como os “elementos residuais”, que fazem parte de uma herança cultural desses trabalhadores, foram um fator significativo na constituição do espaço na cidade. Essa herança depõe contra a cidade idealizada e pretendida pelas elites locais, como uma cidade una e hegemônica, e apresenta suas outras faces, sobrepostas, diversificadas, conflituosas.

⁷⁴ Idem.

Capítulo III

viveres urbanos:
marcas do passado,
construção do presente

“(...) é significativo que a imagem comum do campo seja agora uma imagem do passado, e a imagem comum da cidade, uma imagem do futuro. Se as isolarmos desse modo, fica faltando o presente.(...) Assim, num presente vivenciado enquanto tensão usamos o contraste entre campo e cidade para ratificar uma divisão e um conflito de impulsos ainda não resolvidos, que talvez fosse melhor encarar em seus próprios termos.”

(Raymond Williams. **O CAMPO E A CIDADE: NA HISTÓRIA E NA LITERATURA**)

Ao Investigar a cidade e, por extensão, “o urbano”, procurei superar a dicotomia campo/cidade estabelecida – e tão arraigada – no campo do conhecimento social. Essa dicotomia, contribuiu, por muito tempo, para que os sujeitos que constróem o “espaço urbano” com base em seus valores, que, muitas vezes tem raízes profundas fincadas no campo, fossem obscurecidos, e, às vezes, até apagados do cenário urbano por esse conhecimento dicotomizado.

Daí a distinção possível entre uma imagem pensada pelas elites e uma imagem de cidade elaborada pelas camadas populares. Um problema a ser considerado cuidadosamente é que esta última é mais difícil de ser apreendida, uma vez que não está registrada, ou melhor, seu registro está diluído no discurso dominante e nas práticas da elite local presente na mídia, na legislação, nos planos administrativos para a cidade.

Procurei, então, compreender como o espaço urbano vem sendo constituído a partir das tensões que permeiam o processo mesmo de urbanização conjugado ao processo de industrialização e às relações de trabalho; da interação – e não da oposição – campo/cidade, tomando sempre como referência as formas de sobrevivência dos trabalhadores, suas experiências, suas resistências e adequações.

Por um lado, as origens rurais, de certa forma, levam os trabalhadores a procurarem estabelecer moradia em locais apropriados à continuidade de hábitos, como a criação de animais domésticos e a produção de hortaliças⁽¹⁾.

Por outro, o fato de não conseguirem inserção no mercado de trabalho “formal”, ou, conseguindo, auferirem baixos rendimentos, obrigam os a fazerem “opção” por uma atividade alternativa às disponibilizadas na

¹ Não se deve desprezar, também, o fato de a especulação imobiliária ter um papel significativo no sentido de “empurrar” essas pessoas em direção à periferia, onde o controle da administração pública no que se refere à vigilância sanitária ser menor o que possibilita o desenvolvimento dessas atividades. A respeito dos diferentes usos do solo urbano, a partir da questão da especulação imobiliária ver: CARLOS, Ana Fani A. **A CIDADE**. São Paulo: Contexto, 1992.

cidade para aqueles que têm uma qualificação profissional, tipicamente urbana, como é o caso dos trabalhadores das indústrias e do setor de comércio formal, que exige, dentre outros elementos, um certo grau de escolaridade.

Há ainda, em alguns casos, uma tradição em realizar um determinado tipo de atividade. Esta tradição é mais perceptível entre os produtores/comerciantes de horti-fruti-granjeiros, pois é determinada pelo fato de estes continuarem uma atividade na cidade muito próxima daquela que suas famílias realizavam no campo.

Embora seja menos perceptível entre os camelôs/ambulantes, para aqueles que têm uma origem rural, essa tradição, de certa forma, também marcou a maneira pela qual se inseriram na atividade. O Sr. Alcindo, tendo experiência com compra e venda de produtos horti-fruti-granjeiros, com as transformações ocorridas na pequena cidade onde morava, utilizou-se desse conhecimento no sentido de adaptar-se à nova realidade:

“Eu tinha carrin de animal (carroça)... puxava de tudo, vendia leite, comprava porco na fazenda e vendia na cidade, eu tinha sempre dois ou três animal (cavalos) (...) depois o serviço fracassou de vêiz lá em Campina Verde aí eu me tornei ambulante (...) e depois, lá, nem isso num dava mais (...) então eu vim prá cá. E aqui continuei ambulante”⁽²⁾

No depoimento a seguir, notam-se todos aqueles fatores – local de moradia; baixa remuneração em outra atividade conjugada com a falta de emprego, tradição familiar – entrelaçados, e, embora, seja um caso específico, que não deve ser generalizado, utilizo-me dele no sentido de

² Sr. Alcindo.

sintetizar a diversidade de motivos que levam esses trabalhadores a se inserirem em suas atividades de trabalho na cidade:

“eu fui criada assim, meu pai sempre foi vendedor (...) andando de cidade em cidade, ambulante, vendendo, e tudo (...) casei com meu marido, ele era pedreiro, salário era aquela mixaria (...) ai você já viu, cê é criada com um pai que a profissão era venda, nunca passou dificuldade (...) ele mesmo fabricava uns aviãozinho de izopor e saía vendendo (...) ele era artesão e criou a gente assim (...) e foi difícil fazer meu marido deixar da profissão dele prá ser um vendedor. Mais depois que ele largou (...) nunca mais ele pegou na cuié de pedreiro(...) Meu marido tava sem serviço (...) ai nós fomos morar nessa chácara (...) aí passou um tempo nós foi mexer com a horta (...) foi daí que ele passou a ser vendedor, porque através da horta (...) dava excesso demais e nós não consumia e aí o que ele fez: arrumou uma bicicleta véia, pôs uma cesta atrais e saía todo dia de manhã vendendo verdura, foi daí que ele começou”.⁽³⁾

A Sr^a. Nilcimar, valoriza essa atividade, devido a experiência do pai, um “artesão/vendedor, e a manteve. “Convenceu” o marido a tornar-se vendedor e trouxe a filha mais velha para a atividade. Mas, argumentou também, que deseja que os demais filhos prossigam seus estudos “*para conseguir uma coisa melhor na vida*”.

Nesse sentido, ao mesmo tempo em que essa tradição é valorizada, inclusive pelo fato de ter possibilitado a ela “*criar a família sem dificuldade*”, a Sr^a Nilcimar entende que “*agora que as coisas estão mais difíceis, os meninos precisam de uma qualificação melhor*”.

³ Sr. Nilcimar.

Assim, fica claro que há uma percepção de que as transformações nas condições de viver e trabalhar na cidade, aos poucos, vão impossibilitando a manutenção de determinados modos de viver e trabalhar. O Sr. Alcindo também expressa essa situação:

“Naquela época era melhor (...) inclusive pipoca... eu vendia pipoca também... Agora você quase não encontra mais pipoqueiro... a gente encontrava aí 40, 50 carrin de pipoca na porta de um parque, de um circo... agora não”⁽⁴⁾

Embora os valores se transformem, e essa mudança traga consigo uma percepção diferente da cidade atual e o passado rural vá, aos poucos, dando espaço a um viver urbano, os valores “residuais” permanecem, teimam em não se deixar apagar na memória e nas práticas desses trabalhadores. Criar porcos e galinhas inscreve-se numa determinada tradição construída e consolidada por costumes transmitidos de geração para geração:

“um costume antigo né. Um costume que veio do meu pai e por sua vez deve ter vindo do pai dele né. Criar porco e galinha é um costume que eu trouxe da roça. Esse tipo de coisa é um costume que a gente tem e num dá prá largar. A carne de lata, pur exemplo, é uma delícia né? Que vem do costume. A carne de lata, você mata o porco, tira o toucinho dele e fritar prá fazer a banha e põe nas lata tudo direitinho. Agora a carne voce pica no tamanho que é acostumado a comê. Você frita ela também, bem fritinha, não pode ficar mal frita porque senão ela perde, fritinha no ponto como se você fosse comer. Então você coloca ela no meio da banha. A banha tem que cobrir a carne porque senão ela perde também.

⁴ Sr. Alcindo.

Depois é só tirar toda vez que vai comer e esquentar. Passa de um ano para outro. Quanto mais tempo ela ficar ali, mais gostosa ela fica”⁽⁵⁾

Praticamente todos os depoentes, independente da atividade, reportaram-se ao costume de “cozinhar na banha”, “panhar uma verdura na horta”, “tomar um leite gordo”. Embora muito deles não pratiquem mais esses hábitos alimentares, esses costumes ficaram registrados na memória dos trabalhadores. Nem mesmo na memória “oficial” da cidade, que pretendeu descaracterizar esse passado rural, objetivando construir uma imagem de modernidade e progresso que se casasse com os interesses das elites locais, ele se apagou.

Assim como a questão dos “chiqueiros clandestinos”, outra prática estreitamente vinculada a esse passado rural, foi alvo de constantes matérias do jornal Correio de Uberlândia: a questão do leite in natura.

Algumas matérias a respeito trazem um tom cordial, alertando que a proibição, proveniente de “*decreto do governo federal*”, da comercialização do “*leite cru*” é relativa, sendo permitida “*em caráter precário (...) comprovando-se que a área de jurisdição não possa ser abastecida permanentemente com leite beneficiado*”⁽⁶⁾

Mas dois anos antes o tom era de alarde e ficava evidente nas matérias, uma crítica carregada de ironia ao produto beneficiado e vendido pela Cooperativa Agropecuária de Uberlândia (CALU).

“Autoridades usarão de violência, conforme o caso, para coibir qualquer pessoa que esteja vendendo leite legítimo em Uberlândia. todo mundo aqui é obrigado a comprar exclusivamente o leitinho CALU-DMAE, em saquinhos plásticos. Falaram e disseram”.⁽⁷⁾

⁵ Sr. Orlando.

⁶ “Proibida a Venda do Leite Cru”. Jornal **CORREIO DE UBERLÂNDIA**. 05/01/1973. p. 6.

⁷ “Violência”. Jornal **CORREIO DE UBERLÂNDIA**. 09/09/1971. p. 3. Percebe-se uma ácida ironia na conjugação das siglas CALU (Cooperativa Agropecuária de Uberlândia) e DMAE (Departamento Municipal de Água e esgoto) objetivando caracterizar o Leite fornecido pela cooperativa como adulterado com água.(grifo meu)

Nessa pequena nota, e em outras, também pequenas, mas contundentes, que aparecem dessa data até meados de 1972, percebe-se o mesmo tom de crítica ao produto que recebe vários rótulos negativos como “leitinho sem graça”, “leitinho ralo e sem gordura”, “produto ralinho e branquinho que a Calu vende”, contrapostos ao rótulo positivo de “leite legítimo”.

Aqui a estratégia do jornal é diferente daquela utilizada em relação aos “chiqueiros clandestinos”: enquanto se referia aos açougueiros/criadores em tom pejorativo, em tal situação não toca nos vendedores de leite, em um sentido ou outro, mas caracteriza o leite in natura enquanto um produto “legítimo” revestindo-o de um caráter positivo, e, nesse sentido, a questão sanitária, que tanto incomodava no caso dos chiqueiros, é colocada em segundo plano.

Dessa forma, buscando legitimação, o jornal abraça uma causa em relação a um produto considerado legítimo pela maioria da população.

Abro aqui um parêntese para relatar minha própria experiência, quando criança, que esperava ansioso o leiteiro que trazia o nosso “leite legítimo” de todos os dias.

Contava aproximadamente, entre 6 e 8 anos de idade, não me lembro exatamente, e morava próximo a uma das pontes da cidade, conhecida popularmente como “a ponte do quartel”, por estar situada próximo ao 36º Batalhão de Infantaria Motorizada. Essa ponte era utilizada por vários leiteiros como trajeto para acessar o perímetro urbano⁽⁸⁾, já que, na época, esse quartel do exército era o que limitava a periferia, nesse setor da cidade, com a zona rural.

⁸ Não sei ao certo se, oficialmente, esse era o limite do perímetro urbano, mas o fato é que para além do 36º BIMTZ, havia apenas cerrado e nenhuma espécie de moradia ou construções.

Do quartel até à ponte havia uma ladeira íngreme, que era descida com um esforço enorme pelas carroças carregadas com três ou quatro latões de leite. Foi com lágrimas nos olhos que vi, por vários dias seguidos, os fiscais da prefeitura, juntamente com os soldados da polícia militar, derramarem esses latões, ladeira abaixo, o que fazia escorrer um pequeno riacho branco para dentro do rio de águas barrentas. Em uma dessas ocasiões, o pequeno riacho não estava tão branco já que foi tinto com o sangue do leiteiro – o “meu” leiteiro –, que ousou esbravejar contra os policiais, que o espancaram covardemente na frente de todas as mães e crianças que esperavam para pegar o leite.

Essa era uma lembrança que muito raramente me assaltava, vindo rondar-me apenas durante aquelas longas conversas em família, quando é quase natural falarmos das reminiscências do passado. Mas, ao deparar-me com a matéria jornalística, pude compreender, por minha própria memória, que as “*autoridades*”, efetivamente, usaram “*de violência, conforme o caso*” contra os vendedores de leite. O caso – no caso – foi a indignação do trabalhador ao ver o produto de seu trabalho escorrendo ladeira abaixo sob o riso de escárnio dos fiscais e dos policiais.

Aqui não importa se o jornal utilizava novamente de uma insatisfação popular contra a proibição da venda do leite “legítimo” para atacar a CALU. O mais importante é que, ao elaborar essas matérias, o jornal registrou modos de viver e trabalhar na cidade que a “memória dominante”, paradoxalmente cultuada por esse mesmo jornal, pretendeu apagar.

Nota-se que o jornal Correio de Uberlândia é um dos responsáveis por difundir uma imagem determinada da cidade e que, ao realizar esta função, contraditoriamente, desvenda, aos olhos do pesquisador, outras faces da cidade cuja revelação não é pretendida.

Isso significa, também, que, ao revelar os problemas da cidade, a partir da defesa de interesses de determinados grupos, o jornal não leva em

consideração que, quando necessitar “encobrir” esses problemas futuramente, devido aos mesmos interesses, poderá comprometer a auto-imagem de imparcialidade que tenta estabelecer.

A oposição entre campo e cidade, o arcaico/moderno e o atraso/desenvolvimento foi recorrente nas crônicas dessa imprensa.

“O supermercado passou a ser o principal posto de abastecimento das cidades modernas. Ele veio quebrar várias tradições (...) Antes (...) o povo brasileiro comprava secos e molhados, frutas legumes e hortaliças, nas tradicionais feiras-livres (...) a feira servia também para que a mulher desse um passeio e gastasse algumas horas de pura diversão. A feira era um negócio rendoso e acabou por se tornar um império de alguns homens simples mas gananciosos. Além da feira, as donas de casa tinham a seu serviço as tradicionais vendinhas na esquina.(...) Quando foi instalado o primeiro grande supermercado em Uberlândia, o feito foi imediato em prejuízo aos demais estabelecimentos. Alguns tiveram suas portas fechadas e as vendinhas da esquina, acabaram por ter um movimento de pequenas compras para salvar situações. A experiência foi válida e nosso maior supermercado, funcionando até as 22 horas, representa pelo menos um terço de todo o abastecimento da cidade. (...) Parece que não há outro caminho (...) somente os grandes estabelecimentos, cada vez mais requintados e luxuosos terão condições de vender a concorrência”.⁽⁹⁾

Assim, mais uma vez, o jornal enaltece as “conquistas da modernidade” em detrimento de modos de viver e trabalhar na cidade, expressos nas práticas e relações de produção, comércio e consumo, experimentados pelos trabalhadores. Estes rotulados pejorativamente de

⁹ “Supermercado x Vendinha: A Guerra do Atendimento Chega Aqui”. Luiz F. Quirino. Jornal CORREIO DE UBERLÂNDIA. 5-6/10/1974. p.6.

“homens simples mas gananciosos”, no caso dos feirantes e as vendinhas tratadas como uma “coisa menor”, sem importância, para uma “comprinha ocasional”.

Apesar de reconhecer a quebra de tradições, estas são retratadas com um certo tom nostálgico – impróprio, já que elas permanecem fazendo parte do cotidiano da cidade – para que se possa justificar que *“não há outro caminho”* senão o desaparecimento dessas práticas a partir do estabelecimento de outras pautadas pelo *“requinte”* e *“luxo”* tomados como sinônimo de modernidade.

A defesa dos interesses do empresariado, no caso os proprietários do supermercado, fica mais patente ainda no tom propagandístico que torna uma loja de uma grande rede em *“nosso maior supermercado, funcionando até as 22 horas”*.

Da mesma forma que os açougueiros/criadores, ambulantes/camelos e feirantes foram tratados pelo jornal como clandestinos, marginais e traficantes, e, portanto merecedores da vigilância dos poderes públicos, suas práticas deviam ser, também, coibidas, no sentido de favorecer o “comércio regular”.

“Queremos referir-nos, não tanto à venda ambulante não licenciada de doces e bijouterias, nem ao comércio irregular nas feiras livres, que deve, também ser coibido, mas sobretudo á dezenas de milhares de pessoas (...) que se entregam (...) à venda marginal e clandestina de tecidos, confecções (etc.) (...). Toda essa gente faz uma concorrência desleal ao comércio regular (...) Os atacadistas dos grandes centros e muitas fábricas do interior abastecem, tratando-as como consumidores, inúmeras pessoas que se dedicam ao tráfico irregular de mercadorias e que não têm nenhuma responsabilidade. Tais traficantes arranjam, entre suas

relações, um grupo de cem, duzentos ou trezentos clientes e recebem-nos em suas residências, à noite, ou aos sábados, domingos e feriados”.⁽¹⁰⁾

Muito provavelmente, o artigo refere-se, no início dos anos 70, a um “similar” do nosso atual “sacoleiro”, que faz suas compras no Paraguai e em algumas cidades de São Paulo e abastece os camelôs.

Ao mesmo tempo em que os artigos descaracterizam as práticas cotidianas daqueles que vivem-do-trabalho – clandestino, pois não conseguem inserção no mercado de trabalho “regular” –, constroem uma imagem de modernidade a partir daquilo que é considerado como gerador de progresso:

“É Uberlândia se comunicando, estreitando os lares do Brasil Central através das imagens de sua TV, das folhas de seu Correio de Uberlândia em roupagem cada vez mais moderna e dinâmica; das ondas de suas emissoras que tudo fazem para entregar um rádio ‘prafrentex’. Em cada canto da ‘cidade-jardim’ um impulso novo! Uma idéia bacana tomando forma e ‘agredindo’ os comodistas, os medrosos. É a Universidade vivendo fremente com Escolas de Medicina, Odontologia, Filosofia, Economia, Direito, Engenharia (já tem até um reator atômico) (...). A cidade respira progresso por todos os poros. Até mesmo a indústria do Turismo Artificial por nós já tão debatida – vendo semelhança grande de Uberlândia com Atlantic City, nos ‘States’(...).”⁽¹¹⁾

A tônica do Jornal, durante os 30 anos pesquisados, foi enaltecer o progresso e desenvolvimento da cidade e, às vezes, cobrá-lo. Isso tem

¹⁰ “Comércio Marginal e Clandestino”. Jornal CORREIO DE UBERLÂNDIA. 19/03/1970. p. 5.

¹¹ “Uberlândia: anos 70 – Portas Abertas ao Turismo”. Suplemento Turismo. Jornal CORREIO DE UBERLÂNDIA. 25/07/1970. (grifos originais).

permitido sua sobrevivência como aliado de um grupo que tem nessas noções o sustentáculo ideológico de suas ações político-administrativas.

“MUDAR PARA SOBREVIVER

O modelo da economia de Uberlândia no presente precisa modificar-se para enfrentar os grandes desafios do futuro próximo. Uberlândia é o município líder do Triângulo Mineiro e o que acontece aqui interessa a toda região. De economia agropastoril Uberlândia passou para a era industrial com a chegada da Souza Cruz, da cargil e de outras empresas internacionais e nacionais. (...) O modelo para transformar a economia de Uberlândia com base na ciência e na tecnologia já foi lançado pelo Projeto Tecnópolis, conduzido pela Aciub.(...) A economia local está hoje sustentada no comércio atacadista. Mas este setor já procura espaço em outros pólos do país e não promete crescer mais (...) A hora indica que é preciso mudar para sobreviver”.⁽¹²⁾

Essas cobranças e essa apologia não são novas, como verificou-se até o momento. Inscrevem-se em uma determinada memória da cidade, eleita pelos grupos dominantes e sustentada pela imprensa, pautada na noção de progresso como um eterno devir, promissor e que trará benefícios a todos, independente dos conflitos de classe.

Os equipamentos públicos sempre foram utilizados como peças de marketing desse progresso, pelo poder público e pela imprensa, e os trabalhadores ora denunciam a sua ausência ora negam essa falta, demonstrando, ao meu ver, um sentimento de pertencimento a esta “cidade do progresso”.

Quero dizer com isso que negar a ausência dos equipamentos públicos, cobrar a sua instalação ou ainda fazer coro com as administrações

¹² Jornal CORREIO, 12/11/1999, p. A-6.

municipais na afirmativa corriqueira de que *“Uberlândia logo, logo terá 100% de água tratada, luz e esgoto”* pode revelar um desejo de pertencer a alguma coisa positiva, no caso, a cidade. Ficou perceptível, no depoimento da Sr^a. Nilcimar, essa negação da ausência dos equipamentos públicos, como rede de água e esgoto, por exemplo.

Embora tenha morado em um bairro onde essa ausência era patente, foi apenas com muito esforço que consegui que ela declarasse que tinha morado sim em um local que *“a água vinha de uma bica (de uma nascente) e o banheiro era de fora da casa (uma fossa, popularmente conhecida como “casinha” ou “privada dum-dum”), mais, é porque lá era uma chacinha”*.

Antes dessa “lembança”, durante a entrevista, ela disse várias vezes que *“não se lembrava de ter visto cisterna e ‘casinha’ na cidade”*, mas, em outro momento, que *“lembrava das professoras nas escolas sempre perguntarem: ‘na sua casa tem fossa? Na sua casa tem cisterna? Você tem algum vizinho que tem?’*

Esses questionamentos, feitos pelas professoras, são um indício, também, de como uma perspectiva de cidade higienizada era propagada por meio da escola como meio de inculcar na população o ideal de cidade *“ordeira, laboriosa, limpa, progressista”* e outras adjetivações semelhantes.

A imprensa, também responsável por essa inculcação, ao “cobrar” essa cidade ideal, deixa entrever, em suas páginas, a ausência de equipamentos públicos na cidade, que seriam, na ótica do jornal, dentre outros elementos, fatores do pretendido progresso.

“Algumas casas residenciais localizadas no chamado fundinho, ou mais propriamente cidade velha, até hoje não receberam o benefício que proporciona a rede de esgoto (...) Alguns moradores do antigo bairro da cidade, por puro descaso, não tomam conhecimento, da necessidade de mudar o antigo sistema, para a moderna canalização de esgoto (...) Talvez porque a medida seja antipática, nem a Prefeitura nem o

DMAE, que ao que parece são responsáveis diretos pelo assunto, ainda não se dispuseram a mandar efetivar fiscalização de casa em casa, para obrigar aqueles que estão em desacordo com as posturas municipais, a construir rede de esgoto e conseqüentemente, as privadas, dentro dos limites mínimos admitidos pela moderna filosofia de administração.”⁽¹³⁾

Na matéria, o chamado “fundinho”, ou “centro velho”, é apresentado como um “enclave de atraso” exatamente no centro da cidade. Ela é esclarecedora no sentido de revelar que implementar o saneamento na área seria uma “*medida antipática*”.

Antipática porque, certamente, a “moderna filosofia de administração” iria interferir com hábitos e costumes arraigados entre os moradores. O “puro descaso”, na verdade, não é outra coisa que o fato de, ao canalizar o esgoto, o usuário não poderia direcionar para ele os dejetos de porcos e galinhas, prática proibida pelo DMAE.⁽¹⁴⁾

Resta uma pergunta: por que a Prefeitura ou o DMAE não queriam ser vistos como “antipáticos” pelos moradores do “fundinho”?

A resposta é facilmente encontrada por meio de uma simples “olhadela” na lista telefônica da cidade: nos endereços que constituem essa área, vários nomes encontrados no catálogo podem ser reconhecidos, também, nas placas que identificam os nomes das ruas nas esquinas. Uma coisa é invadir “de casa em casa” e “obrigar” as famílias de baixa renda a submeterem-se ao saneamento pensado pela Prefeitura, outra bem diferente é submeter a própria elite a esses ditames. Tanto é que, nas fichas de cadastro da Vigilância Sanitária, não foi encontrado nenhuma ocorrência nessa área, sendo que nas fichas de contribuição de ISS e ISQN, como já

¹³ “Uberlândia Ainda Tem Residências com ‘Privadas de Buraco’.” Jornal CORREIO DE UBERLÂNDIA. 21/03/1975. p. capa.

¹⁴ Departamento Municipal de Água e Esgoto.

afirmamos, constava uma pocilga instalada em plena Praça Cícero Macedo, localizada no centro do “fundinho” e que fica na Rua Felisberto Carrejo, nada mais nada menos que o nome daquele que é considerado o Fundador da cidade.

A matéria leva a inferir, também, que nem sempre as medidas “progressistas” pensadas para a cidade são aceitas por todos, de imediato e sem contestação. Ou que nem todos os elementos de “progresso” implantados pelos poderes públicos são desejados por toda a população, mesmo no interior da própria elite.

A ausência dos equipamentos públicos, como água encanada, também foi encontrada no jornal da época em que a Sr^a Nilcimar veio para a cidade, referenciando os bairros, que, atualmente, estão imediatamente em torno da área central:

Moradores do Bairro Jardim Brasília (...) vieram protestar a quem de direito, contra três cisternas que estão abertas naqueles locais representando um caminho aberto para a morte.

“O Bairro Jaraguá está vivendo, pela sua população, momentos de grande apreensão. Ali existe uma cisterna profunda, abandonada, sem proteção alguma(...)”⁽¹⁵⁾

“O corpo de bombeiros foi chamado (...) para retirar de uma cisterna (...) Bairro Presidente Roosevelt, o corpo da menor de 6 anos (...) que pereceu afogada(...)”⁽¹⁶⁾

Embora a Sr^a. Nilcimar tenha se mudado para o Bairro Roosevelt apenas em 1978, era de se esperar que os problemas das cisternas, mesmo

¹⁵ “Cisterna aberta, abandonada e sem proteção pode se transformar em túmulo de crianças”. Jornal **CORREIO DE UBERLÂNDIA**. 28/01/1975.capa.

¹⁶ “Criança morre em cisterna na Vila Roosevelt”. Jornal **CORREIO DE UBERLÂNDIA**. 16/05/1975. p. capa.

que já estivesse solucionado três anos depois⁽¹⁷⁾, fizesse parte da memória dos moradores desse bairro. Ainda mais levando-se em conta a morte de uma criança que marca profundamente não só a família que viveu essa perda, mas toda a vizinhança. Entretanto, ela afirma não se lembrar da existência das cisternas, assim como não se lembrava das privadas.

Ao que parece, a memória da “*cidade melhor do mundo para se viver*”, segundo suas palavras, constituída a partir do fato de ter conseguido sua casa própria, o que lhe proporcionou melhor condição de criar a família, se sobrepõe a outra que, no mesmo período, fazia com que a população, indignada com os problemas de infra-estrutura, fornecesse material para que o jornal fustigasse seu adversário político preferido:

“Uma cidade suja como a nossa (...) vez por outra, o povo fica a vontade para colocar uma tabuleta, para ironizar a administração municipal. (...) Na Av. Belo Horizonte colocaram uma tabuleta (...) ‘Lagoa Renato de Freitas’, para mostrar que na esquina Rivalino Pereira havia a necessidade de se instalar uma galeria fluvial (...). Aqui na Barão de Camargos, outra afirmando: ‘Início das Obras do Metrô de Uberlândia’, porque um enorme buraco ficou prejudicando o trânsito por quase um mês. Outra lá naquela calamidade pública – passagem da João Pessoa para o Bairro Presidente Roosevelt que dizia ‘Buraco do Renato’. Agora, a mais recente, fôra colocada(...) na Rua XV de Novembro com a Av. Paranaíba junto ao semáforo, com esses dizeres – ‘É Proibido Pescar Neste Local’.”⁽¹⁸⁾

Embora devamos considerar que o uso de cisternas estivesse em franco declínio, uma vez que é recorrente o termo “abandonadas”, o que

¹⁷ O que é improvável, visto que na atualidade ainda existem cisternas desativadas, e até funcionando, no bairro.

¹⁸ “Tabuleta ironiza administração municipal”. Jornal CORREIO DE UBERLÂNDIA. 7-8/06/1975. p. capa. (grifos meus). Tanto as matérias referentes às cisternas, quanto a que se refere as tabuletas se inserem na “briga” do jornal Correio de Uberlândia, contra a gestão de então Prefeito Renato de Freitas.

interessa argumentar aqui é que, desde o momento em que a população consegue acesso a determinados equipamentos públicos, a memória da falta desses equipamentos é relegada a um segundo plano.

Nesse sentido, a existência uma “memória dominante vencedora” pode ser explicada, também, com base na atuação e nos viveres dos trabalhadores. À medida que estes compartilham da constituição do espaço urbano por meio da busca de moradia e a conseqüente satisfação da necessidade de equipamentos públicos, e também por meio das formas como trabalham na cidade, tornam-se co-autores dessa memória que apregoa “a cidade do progresso” e que tanto tem preocupado a “historiografia local”.

Progresso, nessa perspectiva, torna-se sinônimo de transformação e consegue-se despi-lo de um juízo de valor positivo, aquele atribuído às – e elaborado pelas – elites locais.

Embora em alguns momentos a falta de equipamentos públicos seja negada por vários entrevistados, no jornal constata-se como os trabalhadores, usando de criatividade, lidavam com a questão:

“A prefeitura de Uberlândia se deparou com um problema novo (...) a idéia era mandar que as máquinas patrolasse as ruas de terra batida, deixando o leito das vias públicas em boas condições de tráfego (...). Mas, os moradores das vilas não respeitam o trabalho depois de encerrado. É que eles, munidos de enchadas acabam por fazer pequenos córregos em frente as suas casas, para que a água dos tanques e jardins possa correr em direção as ruas. Os pequenos córregos (...) dentro de oito ou dez dias, se transformam em verdadeiras crateras, graças a erosão das águas e o movimento dos veículos (...).”⁽¹⁹⁾

¹⁹ “moradores dos bairros devem colaborar com patrolamento”. Jornal CORREIO DE UBERLÂNDIA, 26/07/1977.

O patrolamento de ruas, embora o jornal não o diga, é apenas um paliativo, no que refere à saneamento básico, e fica claro, pela matéria, que faltava a essas pessoas a infra-estrutura mais importante, ou seja, o esgoto. Aqui não importa se essa falta dava-se por não haver o sistema instalado na rua, ou se, existindo, os trabalhadores não tinham condições econômicas de usufruir dele, ou ainda, como aconteceu no “fundinho”, a ligação do esgoto não era vista com “simpatia” pelos moradores.

O mais importante é que a não utilização do sistema de esgoto traz à tona o “hábito” de utilizar “jiraus”, mesa rudimentar, feita de tábuas espaçadas entre si para que a água possa escorrer e colocada junto aos tanques, para se lavar louça. No meio rural, era situado junto às “bicas d’água” e regos, utilizados como escoadouro para as águas dessa lavagem, o que caracteriza, também, uma prática rural residual.

Lembro-me, quando criança, de que, assim que nos mudávamos para uma residência, a primeira exigência que minha mãe fazia ao meu pai era que construísse, imediatamente, um novo “jirau”. Afinal, segundo ela, *“era impossível lavar os ‘trem’ naqueles tanquinho de nada”*.

Esses elementos “residuais” de um passado rural, assim como as cisternas e as “casinhas”, esclarecem como o espaço urbano foi sendo constituído com elementos colhidos entre passado e presente, e que, geralmente, engendram conflitos. No caso, estabeleceu-se o conflito entre a ação da administração municipal e o modo de vida dos trabalhadores. Compartilho, nesse sentido, com a noção de “residual” de Raymond Williams:

“Por ‘residual’ quero dizer alguma coisa diferente do ‘arcaico’, embora na prática seja difícil, com freqüência, distingui-los. Qualquer cultura inclui elementos disponíveis do seu passado, mas seu lugar no processo cultural contemporâneo é profundamente variável. (...) O residual, por definição, foi efetivamente formado no passado, mas ainda está ativo no

processo cultural, não só como um elemento do passado, mas como um elemento efetivo do presente”⁽²⁰⁾.

Ao continuar perseguindo os direitos ao uso da cidade, o direito à utilização dos equipamentos públicos, que, em seu conjunto, compõem a estrutura urbana, chegamos a uma configuração, com base na memória dos trabalhadores, como uma relação sempre tensa e percebida de formas diferenciadas.

Nessa configuração de memória, mesclam-se elementos de um viver urbano, fortemente marcado pelos valores carreados da roça, dos quais os trabalhadores se valem no sentido de, ao mesmo tempo em que se adaptam ao meio urbano, o reconstroem e imprimem neste seus modos de viver e trabalhar.

Entre o passado e o futuro, os trabalhadores também têm que realizar um exercício no sentido de aprender a lidar com o novo, incorporando-o as práticas antigas. A Sr^a. Aparecida, ao falar da sua volta à escola, nos dá a noção disso.

“Eu mixia com porco e com frango porque era o que eu sabia fazer né? Então eu já tinha experiência (...) Quando eu estudava eu fiz só até a quarta série (...) então eu num aprendi a fazer conta, num estudei matemática (...) e quando eu comecei a criar galinha, comprar frango pra vender... mas só que eu num sabia fazer conta, então eu pensei: agora vou ter que entrar na escola”⁽²¹⁾

²⁰ WILLIAMS, Raymond. **MARXISMO E LITERATURA**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979. p. 125. Cabe ainda salientar que entendo “processo cultural” a maneira como ficou demarcada pelo marxismo inglês, de uma forma geral, como o processo pelo qual uma dada sociedade organiza sua sobrevivência, seus modos de viver, de trabalhar e, não apenas, como sinônimo de “manifestação cultural”, como as festas religiosas, por exemplo, que são tão caras à chamada “Nova História Cultural”.

²¹ Sr^a. Aparecida.

Ao falar da saudade da roça, ela expressa, ao mesmo tempo, a consciência de que não é possível um retorno ao passado e que é necessário um aprendizado em relação ao viver na cidade.

A impossibilidade do retorno vincula-se também à questão de não se ter meios financeiros para isso e é expressa em um trecho de uma canção: *“Voltá prá Minas Gerais/Sei que agora num dá mais/Acabou o meu dinheiro/Que saudade da palhoça/Eu sonho ‘ca’ minha roça no Triângulo Mineiro”*⁽²²⁾.

Além disso, há a percepção de que não é possível manter todos os hábitos da roça: *“Num tem jeito de viver a vida da roça na cidade! Você num pode ir na cidade descalço, pra você arrumar um serviço se você não apresentar lá com uma boa aparência você nem serviço você arruma. Pra mim poder ir na casa dos meninos eu tenho que ter dinheiro porque eu tenho que pagar ônibus”*⁽²³⁾

O Sr. Django, de personalidade forte, decepcionado com o tratamento que recebeu ao chegar na cidade, quando, na sua opinião, não lhe deram oportunidade de trabalhar na mesma profissão que exercia no Nordeste – chapista gráfico –, decepcionado com a “alternativa” encontrada, ou seja, o trabalho ambulante, revela o desencanto com o urbano e o desejo de voltar ao campo:

“Veja o Sr. o impacto que a gente sofre. Ainda menino a gente saiu da roça para a cidade devido as dificuldades do local. E agora, depois de grande eu estou deixando aquela região para ir para outra zona urbana maior. Então é o primeiro impacto que é sair do campo para a cidade e depois o impacto de sair de uma cidade menor para uma maior. Então a gente sofre esses impactos. Então, apesar de eu não acreditar nessa reforma agrária que está sendo implementada pelo governo federal, porque não vai ao encontro dos interesses dos trabalhadores, mesmo

²² Idem. Trecho de uma moda de viola entoada com muito sentimento. Nesse momento, seus olhos lacrimejam.

²³ Idem.

assim, faço parte de um grupo de pessoas lá no bairro, em torno de 40 pessoas, que estamos cadastrados junto ao INCRA (...) estamos nos reunindo para ver até que ponto existe a perspectiva de recebermos essa terra ou não. E se recebermos o que fazer com ela. (...) são pessoas humildes, pessoas simples, outros que já trabalharam no campo”.⁽²⁴⁾

Talvez, aliado ao impacto de se mudar do campo para cidade, o fato de ter sido cooptado pela administração atual, via orçamento participativo, Django não acredite que seja possível realizar as práticas rurais, como a criação de animais, no meio urbano, como fazem outros trabalhadores. Diante dessa questão, sente-se dividido entre a preservação de direitos dos cidadãos, trabalhadores como ele, e os ditames da administração pública.

Esse sentimento de estar dividido se expressa quando as frases seguras e incisivas do militante do Partido dos Trabalhadores, que, durante a entrevista, às vezes dava a impressão de discursar para uma plenária, dá lugar às frases pausadas, à fala trêmula, titubeante:

“Tem que resolver essa situação! Essa questão de gado no meio da rua, atrapalhando o trânsito, (...) as crianças podem também ser machucadas por eles (...). Segundo o secretário de serviços urbanos, é um plano que tem que ser traçado(...) porque o problema não é de agora. São pessoas que têm seus terrenos, e já criam a muito tempo então não é simplesmente tirar o pessoal dali. Eles também são cidadãos... que pagam imposto como todo mundo... É uma questão delicada... que tem que ser discutida. A solução tem que sair de um... estudo. Até mesmo um estudo... geográfico para se saber onde há uma área para onde seja possível levar esse pessoal. Agora... é um problema político... que tem

²⁴ Sr. Django.

que ser debatido... discutido, porque... a cidade tem que ter saneamento.”⁽²⁵⁾

Esse saneamento que a cidade “tem que ter” e que, muitas vezes, é assimilado pelos trabalhadores, como ocorreu com o Sr. Django, em muitos casos, choca-se com o saneamento que a cidade “realmente tem”. Em uma das fichas de cadastro/controlado de criatório de animais⁽²⁶⁾, situado à rua Lourdes de Carvalho, nº 716, no Alto Sta Mônica, pode-se visualizar esse contraste, em 1993, que seria cômico, não fosse trágico:

RETORNOS		
DATA	SITUAÇÃO ENCONTRADA	N.º do Ag. Sanitário
21/02/93	Foi modificada a finalidade da retinada de moço no local determinado NR. 21/03/93	15
21/03/93	As ruas estão intransitáveis por causa do barro, não foi possível chegar até lá NR. 15/04/93	14
15/04/93	Boas condições o chiqueiro em boas condições NR. 30/04/93	11
30/04/93	com 23 porcos, o chiqueiro está em Boas condições o proprietário levou um prazo de 20 dias para solucionar o problema de rua NR. 21/05/93	19
21/05/93	OK cum. p.ú.	04

O proprietário conseguia manter 23 porcos em um chiqueiro em “Boas Condições”, segundo a anotação do fiscal. Ainda segundo este, o que não estava lá em muito boas condições eram as “ruas... intransitáveis por causa do barro”, que impedia o fiscal de “chegar até lá”. A administração esforçava-se em sanear o quintal do Sr. João Batista, ou seja, sanear um espaço privado, que não lhe dizia respeito e “esquecia-se” de sanear as ruas, um espaço público e, portanto, de sua total responsabilidade.

²⁵ Idem.

²⁶ Todas as fichas, desse tipo, apresentadas aqui em diante são encontradas na PMU/Arquivo Geral/Documentos da Vigilância, caixa nº, **Fichas de Cadastro de criatórios de animais.**

Foi nessa relação entre os trabalhadores e o poder público que percepções diferenciadas da cidade foram sendo construídas. Ser achacado ou não pela fiscalização dos poderes públicos, conseguir ou não uma moradia digna, relacionar-se bem ou mal com os políticos locais, inserir-se ou afastar-se da política institucional são elementos que constituirão a memória dos trabalhadores sobre a cidade.

Por trás de um grande *out dor*, de um lado, e por trás de um viaduto, de outro, descortina-se uma pequena paisagem verde. Separadas por uma avenida, e ladeando uma grande praça, duas plantações de hortaliças.

Nesses espaços verdes, foi possível encontrar experiências que ora se aproximam, ora se distanciam. De um lado da avenida, um jovem pai de família de 38 anos de idade. Do outro, um casal, já curvado pelo tempo. Todos partilham de uma mesma origem, a zona rural de seus respectivos municípios. Partilham também da forma pela qual desenvolveram suas atividades na cidade. Suas falas, ora aproximam-se, ora distanciam-se na forma como percebem a cidade, as relações sociais.

“Elas [as filhas] vieram (...) prá por minhas netas na escola né? Então ela pegou a escrever prá gente prá que a gente viesse também prá cá. Eu sinto muito bem aqui, eu mudei prá cá e meus porquinhos tá aí no chiqueiro. As galinhas, tá tudo aí, até hoje. Prá vendê só as hortaliça. As criação é só prá família.(...) Nossa vida gira em torno disso aqui. Agora hoje num acha mais ninguém prá vim trabalhar com ele [o marido], nesse tipo de serviço de capiná, de plantá, de colher, ninguém quer esse tipo de serviço mais. Mas, nós mesmos nunca pensamo em mexer com outro tipo de coisa não. Nossa vida é isso aqui. E ninguém nunca amolou a gente não! Nunca teve esse negócio de fiscal aqui não!”⁽²⁷⁾

²⁷ Sr.^a Maria Rizza.

O casal Rizza, como já vimos anteriormente, conseguiu manter seu modo de vida, quase sem alteração, após a vinda para Uberlândia, trabalhando e morando da mesma forma que faziam quando ainda viviam como agregados em fazendas na terra natal.

O Sr. Orlando revela, a seguir, uma trajetória muito diferente do casal Rizza. Veio para a cidade, na adolescência, para estudar. Terminou o 2º Grau e empregou-se no comércio, trabalhando como vendedor nas lojas da cidade. A princípio, isso lhe causou alívio, pois permitiu que ele “*se livrasse do trabalho na roça*”. Posteriormente, em meados da década de 80, perdeu o emprego e viu-se obrigado a lidar com hortaliças. Em vários momentos da entrevista, queixou-se da vida dura que leva, enquanto produtor de hortaliças e que se pudesse mudaria de atividade.

“Quando eu terminei o 2º Grau, eu tinha intenção de fazer Direito (...) ai por vaidade da juventude eu pensei que não precisava estudar mais. Já tinha o 2º grau e naquela época isso parecia que já tava bom. Eu era um bom vendedor, bem remunerado.(...) Mas vou te falar, hoje faz falta. (...) Porque eu não pretendia continuar com isso aqui (...) eu corri de lá [de Unaí-MG] por causa disso aqui [a atividade de cultivo](...) mas as circunstâncias me levou prá esse mesmo lugar, pro lugar do qual eu tinha corrido”.⁽²⁸⁾

O Sr. Gerson, assim como Orlando, repudia o trabalho no campo. Porém o motivo foi ter visto o pai submetido à relação de exploração no campo, no interior do Nordeste.

“Eu comecei trabalhar...com 8 anos eu já batia 80 litros de feijão, era um saco de feijão. Quando eu cheguei uma certa idade, aí o fazendero começou a encrencar com meu pai que era o gerente da fazenda. Jogava gado dentro da

²⁸ Sr. Orlando Rodrigues. 38 anos, casado, pai de 3 filhos. Natural de Unaí-MG. Reside em Uberlândia há 22 anos. Planta hortaliças no perímetro urbano e as comercializa em um “sacolão” localizado junto à horta. Cria também porcos e galinhas para consumo próprio. Entrevista realizada no 1º semestre de 2001.

roça de meu pai, e meu pai num falava nada e eu me revoltei. Abri a mala de meu pai, tirei meu registro, tirei meus documentos e disse _'pai, eu vou me embora. Eu num vou continuar a vida assim não. Eu vou andar pelo mundo porque eu trabalhar prá perder toda a minha força aqui, eu não vou não! Assim esse cabra vai matar todo mundo aqui e isso vai ficar por isso mesmo? Então eu saí pelo mundo e comecei com venda né. Eu tenho até saudade da roça, mas num dá prá viver dela não”, porque meu pai perdeu tudo. Perdeu vinte e cinco anos de trabalho e só ganhou falta de saúde.”⁽²⁹⁾

A Sr^a. Maria Rizza e o Sr. Orlando compartilham com a maioria dos trabalhadores entrevistados o desconforto com os ritmos e modos de viver urbanos.

“(...) Agora é difícil, num tem dinheiro, as veis o povo vem e rouba as coisinha que a gente planta. Hoje tá muito difícil vivê na cidade. Há trinta anos atrás nós saia de noite, ia passear nos vizinhos lá do outro lado, nos parente, fechava a casa aqui e ia. Quando chegava tava do mesmo jeitinho. Agora eu saio alí pra cuidá das minha galinha o ladrão entra na casa e cata meu raidinho, cata minhas coisinha, meu dinheirinho e leva”.⁽³⁰⁾

Ao comparar a vivência na roça com a experiência na cidade o Sr, Orlando associa o sentimento de perda da “tranqüilidade” do campo à dificuldade de criar os filhos, inculcando-lhes os mesmos valores que receberam de seus pais no meio rural:

“Naquela época lá a gente era bem obediente aos pais da gente (...) as crianças hoje já não vê as coisas como a gente via antes (...) a gente nem tinha televisão, agora hoje a criança já levanta de manhã e qual a primeira coisa

²⁹ Sr. Gerson.

³⁰ Sr^a. Maria Rizza.

que ela faz? Deita no sofá e liga a televisão! As vezes o pai fala _ ‘filho, vai fazer aquilo’. E quando voce voltá lá pensando que ele já fez, ele tá lá ainda assistindo o desenho. Então isso dificulta muito a criação. É uma interferência externa, mais que tá dentro da casa da gente! (...) As pessoas, a vizinhança, eram pessoas mais humildes, mais simples, hoje voce não pode confiar nem no seu vizinho”⁽³¹⁾

A cidade, aqui, a partir de seus ritmos, suas formas de entretenimento, aparece novamente, assim como ocorreu com a Sr^a. Aparecida, como responsável pelo desvirtuamento de valores que são caros a esses trabalhadores: a obediência aos pais, o respeito, a simplicidade, a solidariedade entre vizinhos.

Tais valores interferem, inclusive, na forma como o trabalhador estrutura sua atividade: embora reconheça que as dificuldades financeiras tendem a forçá-lo a vender no atacado, enquanto “*puder resistir*”, segundo ele, prefere servir a sua freguesia:

“Talvez um dia eu venha a fazer isso, vou ter que vender no atacado, mas a minha finalidade aqui é vender para o consumidor (...) se eu tenho minha clientela já acostumada a comprar de mim no dia-a-dia e eu vender no atacado, eu não vou ter a mercadoria prá servir ele. Minha obrigação é essa! Servir o cliente como ele tá acostumado!”⁽³²⁾

Embora se deva considerar o fato de que vendendo direto ao consumidor o Sr. Orlando livre-se dos atravessadores, o que é um determinante econômico, o sentido atribuído por ele de que “tem obrigação” com seus clientes, além desse determinante, vincula-se a uma determinada moral, qual seja, a do “compromisso” firmado tacitamente com a clientela ao longo dos 12 anos em que atua no local.

³¹ Sr. Orlando.

³² Idem.

Esse compromisso, a meu ver, tem por base as relações travadas com a clientela e, mais que uma relação meramente comercial, expressa uma necessidade de manutenção daqueles valores a que já me referi.

Durante a realização da entrevista, foi possível constatar que, dentre os vizinhos que para ali se dirigiram, nem todos foram comprar alguma coisa. Um jovem casal permaneceu durante toda a entrevista conversando com a esposa do Sr. Orlando. Um terceiro, um senhor de aproximadamente 60 anos, ao ouvir meu questionamento de como era a relação com os moradores do bairro, interrompeu-nos para afirmar: *“rapaiz, se o Orlando sair daqui, tem gente que até chora! Eu mesmo ‘bato o ponto’ aqui todo dia. Sabe como é né? Aquele dedinho de proza que todo véio gosta. O Orlando é um rapaiz ispiciá prá noís! É bão dimais sô!*

“Aquele dedinho de proza que todo véio gosta” que também é apreciado por Orlando de apenas 39 anos, é uma prática reforçadora de laços de amizade e tem origem nos “serões” na roça, em que se reunia a família para contar causos. Foram vários entrevistados que se reportaram a eles. Essa prática do dedinho de proza é mantida por Orlando e seu vizinho, agora não mais em um serão familiar, quando se recebiam os vizinhos, mas entre o atendimento de um freguês e outro. Isso, apesar da frase corrente entre os entrevistados – e repetida também por Orlando –, que, na cidade, não se pode *“confiar nem no seu vizinho”*.

Esses valores são caros ao Sr. Orlando, e a relação de vizinhança, que, para ele, é sinônimo de solidariedade, é projetada, também, para seus vizinhos comerciais. Junto com as hortaliças, produzidas para comercialização, o Sr. Orlando cria alguns porcos para consumo próprio. Ao lado de sua horta, mesmo local de comércio e moradia, havia, até há pouco tempo, uma danceteria. Segundo o depoente, os proprietários desse estabelecimento o denunciou à fiscalização da prefeitura:

“do lado aqui tinha a boite, chamada ‘Helps’, e eles tinham medo de dar mal-cheiro lá. Então eles me denunciaram. (...) Num precisava ter feito isso, bastava chegar em mim e dizer que estava atrapalhando o negócio deles. Então a gente conversando ia ver o que dava prá fazer.(...) eles [os fiscais] vieram, me deram uma advertência de um determinado tempo, 5 ou 8 dias prá mim tirar os porco. Então eu vendi tudo. (...) tirei os porcos e passado um determinado tempo eu coloquei o chiqueiro mais longe, tudo arrumadim, então não tive mais problema nenhum. Até porque a boite fechou né, então ninguém mais fez denúncia!”⁽³³⁾

A boa relação com a vizinhança é fundamental para o Sr. Orlando, tanto no que se refere à sua atividade com as hortaliças, já que vende para “*o pessoal do bairro*”, quanto à possibilidade de manter hábitos que lhe são caros, como criar porcos e galinhas. Além dos animais serem alimentados com as hortaliças que são descartadas, os seus dejetos são aproveitados como adubo para a horta, o que segundo o Sr. Orlando, é um diferencial na qualidade de seus produtos, que, por serem adubados assim, são preferidos pelos moradores do bairro, em detrimento de outros sacolões que “*vendem produto contaminado com agrotóxico*”. *E além disso, aqui é tudo colhido ali, na horinha, muitas veiz diante do freguêis*”.

Se dar bem com o vizinho é importante também para o Sr. Juscelino pois segundo ele, é o vizinho que indica o cliente:

“O que manda é a amizade. Porque eu, graças a Deus”, toda vida eu tenho muita amizade. Igual... aquele cumércio lá da entrada... então no caso, aquele dono de lá é amigo meu! Entonce chega um cara lá e diz _ ‘o rapaiz, eu queria comprá um porquin caipira, um porquim criado na roça, pra mode eu cumê. Entonce, se ocê tem amizade, aquele amigo seu lá informa: o rapaiz, o Célio lá tem, e por aí vai.

³³ Idem.

*Entonce esse que comprou chega lá na cidade e outro fala: _ ‘o rapaiz, eu queria comprar um frango! E ele responde: eu fui numa chácara que me indicaram cheguei lá comprei um capadim dele e lá tem de qualquer tipo. Tem leitoa, tem capado grande, tem capado pequeno, tem frango, tem galinha, tem de tudo’!*³⁴⁾

Além de esclarecer a importância da amizade com o vizinho, atribuída pelo Sr. Juscelino, sua fala revela também que se estabelece, na cidade, uma rede de relações e informações que permitem que o costume de comer um “porquinho criado na roça” ou um “franguinho caipira” possa ser mantido pela população.

Há evidências de que os criadores de porcos conseguiram manter suas práticas no perímetro urbano devido ao fato de parcela significativa da população compartilharem desses costumes referentes à alimentação. Nesse sentido, aqueles que, devido ao saneamento da cidade, deixaram de criar seus próprios animais, passaram a se servir desses trabalhadores para manter seus hábitos alimentares. Um desses indícios é que, apesar do rigor da fiscalização da vigilância sanitária sobre os açougues, é possível encontrar, ainda, em muitos deles uma tabuleta desafiadora, colocada junto a porta, com a inscrição em giz: “TEMOS CARNE DE PORCO CAIPIRA”.

Onze de dezembro de 1984. O fiscal da Vigilância Sanitária vistoria cuidadosamente o quintal de D. Maria Alves, residente à rua João XXIII, 425, uma quadra abaixo do Campus Sta Mônica dessa Universidade. Na frente da ficha de cadastro/controlado ele anota no campo “situação encontrada”: **Ruim**. No campo “contato com o proprietário” anota: **Bom** indicando que D. Maria Alves o recebeu bem (provavelmente lhe tenha oferecido uns biscoitinhos de polvilho para acompanhar aquela caneca de

³⁴ Sr Juscelino Pereira Souza. Conhecido por “Célio”. 44 anos. Pai de 2 filhos. Natural de Serra Dourada-BA. Os pais deixaram a Bahia quando era ainda bebê e se estabeleceram em Ituiutaba-MG. O Sr. Juscelino veio para Uberlândia, na adolescência, trabalhar em fazendas. Exerceu essa atividade por oito anos e, após o casamento, se estabeleceu no setor de chácaras Morada Nova, onde cria, até o momento, porcos, galinhas e vacas leiteiras. Comercializa porcos, galinhas, ovos, leite e queijos.

café quentinho), mas que as “condições de higiene” não eram, na sua opinião, lá muito boas.

Orientou a D. Maria que higienizasse o local e, com jeitinho, já que ela o recebeu muito bem, sugeriu que não criasse mais porcos. Foi isso que ele anotou no campo “sugestão de solução”: **retirar os porcos**. No campo “medidas adotadas”: **notificado prazo de 30 (trinta) dias**.

Passado exato um mês, em onze janeiro de 1985, voltou o fiscal à casa da simpática D. Maria. Ao aproximar-se, pelo esfomeado “ronc-ronc” dos leitões buscando as tetas da porca, percebeu que os porcos continuavam no chiqueiro. O fiscal questionou.

D. Maria chamou em seu auxílio a vizinhança. Os mais próximos vieram e deram seu depoimento. Foram solidários com D. Maria. Afinal, se ela “retirasse os porcos”, quem iria fornecer aquela linguiçinha caseira? Aquela pururuca crocante? A banha, a carne de lata?

O fiscal argumentou que os direitos do vizinho que fez a denúncia tinham que ser respeitados. Houve denúncia? Quis saber a comadre do lado. Que se danasse aquela vizinha ranzinza e implicante que não gostava de D. Maria, e que nunca morou na roça. Aquela lá só sabia comprar carne congelada no supermercado, pensou a comadre.

O fiscal anotou, a contra-gosto, na primeira linha da coluna “situação encontrada”, destinada às suas anotações pessoais: **“Vizinhos não querem que a proprietária acabe com os porcos”**.

Meses a fio voltou o fiscal a vistoriar o quintal de D. Maria. Ela, calçada no amparo dos vizinhos, fingiu não ouvir as recomendações do fiscal para que retirasse os porcos do local. Ele se viu obrigado a anotar seguidamente no verso da ficha: **não cumpriu**. D. Maria já não ofereceu mais os biscoitinhos ao rapaz, afinal *“esse moço já tá ficando abusado”*.

Quatro anos se passaram desde a primeira visita. Finalmente o Fiscal suspirou com um certo alívio: parece que D. Maria dá o primeiro

sinal de cansaço. Ele anotou, em 25/11/1988: **apenas 01 porco c/ 08 leitões – Aguardar N. reclamação**, indicando que a simpática senhora desfez-se de alguns porcos.

O alívio final demorou. Somente em 22/05/1990 o fiscal, com um sorriso, nos lábios anotou: **cumpriu**. Não precisaria mais retornar à casa de D. Maria, pelo menos até que houvesse outra reclamação⁽³⁵⁾.

Pode ser que os fatos que serviram de base para essa pequena narrativa, não tenham ocorrido exatamente dessa maneira, porém, o documento a seguir sugere que ela é mais que plausível:

RETORNOS		
DATA	SITUAÇÃO ENCONTRADA	Nº de Ag. Sanitário
11.01.85	Vizinhos não sabem que a propriedade acaba com os porcos	
12.12.86	NÃO CUMPRIU N.R. 29.12.86	FERNANDO
29.12.86	NÃO CUMPRIU N.R. 09.01.87	ANDERSON
12.01.87	NÃO CUMPRIU N.R. 18.01.87	FERNANDO
27.01.87	NÃO CUMPRIU N.R. 05.03.87	ANDERSON
09.03.87	ESTÁ MANTENDO LIMPO	FERNANDO
30.11.87	Nº CUMPRIU N.R. 10.12.87	06
13.01.88	Nº " " N.R. 13.02.88	09
25.03.88	" " " N.R. 25/03/88	09
10.05.88	" " " N.R. 29/05/88	09
18.07.88	" " " N.R. 10/08/88	09
24.08.88	" " " N.R. 01/09/88	13
25.11.88	Apresenta 01 porco e 8 leitões Haverá N.R. a seguir	06
24/10/89	Nº bifurcado	17
10/04/90	NOTIFICADO (Prazo 15 dias)	13
18/05/90	Retirou porcos (N.R. = 2/05/90) cumprimento	04
22/05/90		18

³⁵ O fato de haver a anotação “cumpriu” nas fichas, não significa que, efetivamente, os criadores tenham deixado a atividade. Há vários casos, em que, na ficha de um mesmo criador, depois de sua ficha indicar que ele cumpriu a “sugestão” de retirar os porcos, essa sugestão reaparece meses, ou até anos depois, e todo o processo de “visitas” do fiscal é recommençado. A ficha referente ao Sr. Reinor Ramalho, por exemplo, um dos depoentes que contribuiram para essa dissertação, dá como encerrada sua atividade em 1994. Entretanto, ele ainda cria porcos no mesmo endereço até o momento.

Verifica-se, por esse documento, que as relações de vizinhança foram importantes para a manutenção dessas práticas. Mais que a relação pessoal entre vizinhos, ou a relação pessoal entre o criador e o fiscal, o caráter de personalidade é institucionalizado, à medida que o apoio dos vizinhos é transformado em documento endereçado aos poderes públicos.

Isso ocorre quando o apoio é angariado mediante de abaixo assinado com o objetivo de contrapor, ao denunciante, a opinião favorável dos demais vizinhos. Nas 2.200 fichas de cadastro analisadas, encontrei quatro (04) que continham abaixo-assinados anexados com um grampo. Embora tal número não seja expressivo, é de se supor que outros existiram e foram encaminhados por outras vias⁽³⁶⁾.

Percorrer as casas dos vizinhos próximos, recorrer à amizade estabelecida, lembrar-se dos favores prestados, lembrar da falsidade do denunciante. Tudo faz parte da estratégia para que o fiscal “*não ponha os pé no meus porcos*”. O Sr. Reinor demonstra que um vizinho que denuncia, não pode ser “gente de bem”:

“é tudo gente farso, tudo chei de fofoca! Tudo de prosinha! E já tem outros vizin que...veio da roça prá cidade (...) é um vizin compreensive... ele vai na sua casa, vai batê papo com você mais é um papo diferente! Num toca assunto de ninguém! É um assunto de passeá, um assunto de roça, um assunto que eles gosta! Intão ele sabe qu'ocê gosta, ele gosta também, intão ele vai batê o papo cum você. Já o “cumércio” [a cidade] tem muita diferença porque o comércio tem muita gente agressiva! Sai batendo a língua nos dente aí prá rua”.⁽³⁷⁾

O documento a seguir estava grampeado em uma ficha de cadastro/controlado de um criador situado à Rua Senador Salgado Filho, nº 653, área

³⁶ Foram encontradas, nessas fichas, anotações referentes a contato direto entre o criador, alvo da denúncia, e o chefe da Vigilância sanitária bem como com o próprio Secretário de Saúde. Tudo leva a crer que os abaixo-assinados encontrados grampeados nas fixas tenham sido recolhidos pelos fiscais. Provavelmente, existindo outros, eles deveriam ser endereçados diretamente a esse chefe e ao Secretário. Fui informado de uma caixa contendo apenas abaixo-assinados enviados a prefeitura, que se encontra no Arquivo Geral, mas, infelizmente, não foi possível encontrá-la em tempo hábil para essa dissertação.

³⁷ Sr. Reinor.

contígua ao centro. Com certeza, o criador procurou aqueles vizinhos que, assim como os do Sr. Reinor, são “comprehensive” e não saem “batendo a língua nos dentes aí prá rua”. O objetivo: atestar que o seu chiqueiro “é mais limpo do que cozinha de muita gente que tem por aí”.

= APATKO-ASSOCIADO =

Os abaixo assinados, não tendo nada contra, nem o funcionamento de um chiqueiro instalado, no imóvel de Sr. Melgato Alves de Araújo, residente nesta cidade, à Rua Senador Salgado Filho nº 653 - Bairro Maracanã, cujas e qual é muito bem zelado, não apresenta mau cheiro e nem acumulo de sujeira.

Uberlândia -MG, 10 de Novembro de 1986

Procurador Paulo Pires
- RUA SENADOR SALGADO FILHO Nº 670 -

NEIVALDO JUSTINO BORGES
RUA SENADOR SALGADO FILHO 642 AP 301

Roberto J. J.
RUA SENADOR SALGADO FILHO 642 AP: 102.

Marta e Soranna
R. Senador Salgado Filho 675

Apresentada de Estelina Baraúna
Rua Senador Salgado Filho 663

Jair Bonito Vargas
R. SENADOR SALGADO FILHO 642

Odson Garcia
R. Senador SALGADO FILHO Nº 685

Luiza Juliana Costa Vinha
Av. Dos Comerciários 65.

Mosi Frauchler Naves Nº 642 Ap 204

Carla de Souza Fernandes. R. Senador Salgado Filho 670

Antonio José Rodrigues Rua Afonso 75

Face o amparo dos vizinhos, agora na forma institucionalizada, referendado na instituição representada pela sigla S.M.S (Secretaria Municipal de Saúde), alguém, como que para livrar o fiscal de qualquer responsabilidade, viu-se obrigado a anotar no verso da ficha em 24/11/1986:

RETORNOS		
DATA	SITUAÇÃO ENCONTRADA	Nº do Ag Sanitário
08.08.86	FECADO N. P. 11.08.86	FERNANDO
13.10.86	CUMPRIU	ANDRÉ
24.11.86	TROUXE ABAIXO ASSINADO. ATÉ SEGUNDA RECLAMAÇÃO CONTRA OS ANIMAIS PODEM FICAR NO REFERIDO LUGAR	S.M.S

Diante de outro abaixo-assinado anexado a ficha do criador residente à rua Bélgica, 204, no Bairro Tibery, não satisfeito com o documento, o fiscal percorreu todos os 18 endereços que referendavam cada assinatura, colocando um “OK” em cada um. Certificou-se, assim, que não estaria caindo em um “golpe” do criador. Tendo checado a veracidade do documento, então anotou:

x

Recorrer ao amparo da vizinhança é apenas uma das várias estratégias utilizadas pelos criadores no sentido de conseguirem manter suas práticas no perímetro urbano contra os ataques da Vigilância Sanitária.

Analisando as fichas de cadastro/controlado me deparei com uma situação intrigante. Na maioria delas, após a data onde se lia a anotação “cumpriu”, indicando

que o criador havia seguido as “sugestões” de “retirar o criatório”, “diminuir número de porcos” e outras parecidas, em data posterior, aparecia novamente as anotações do fiscal indicando ora o ressurgimento da criação, ora o seu aumento ao invés de diminuição.

Na ficha a seguir, na primeira visita, em 04/09/1992, a notificação é para que se retire “03 porcos” e que se desative o chiqueiro. No acompanhamento feito pelo fiscal, verificado no verso da ficha, a anotação “falta 2 animais”, 20 dias depois, evidencia que o criador retirou um porco. No restante do ano de 92 e até o final de 93, a indicação é de que o criador está cumprindo as notificações. Entretanto, o número de porcos cresce, chegando até 26 animais em 05/11/1993, caindo para 23 (“07 adultos e 16 leitões”) em 09/12/1993. No início do novo ano, em 05/01/1994, a anotação “cumpriu”, indica que o criador acatou a última notificação que havia sido “diminuir (...) deixar apenas 02 (...)”.

RETORNOS		
DATA	SITUAÇÃO ENCONTRADA	N.º do Ag. Sanitário
04/09/92	NOTIFICADO PRAZO 15 DIAS A RETIRAR 03 PORCOS E DESATIVAR O CHIQUIERO NR 24/09/92	21
24/09/92	FALTA 2 ANIMAIS NR 08/10/92	11
08/10/92	PERIU NOVQ PRAZO NR 23/10/92	21
23/10/92	FECHADO NR 28/10/92	21
28/10/92	PROCURAR ALTERNATIVA POIS MULTAR NAO RESOLVE O CASO NR 10/11/92	13
11/11/92	OK CUMPRIU	04
30/06/93	notificação por 20 dias a retirar 3 porcos e desativar o chiqueiro NR 20/06/93	21
06/08/93	falta cumprindo NR 23/8/93	21
23/08/93	cumprido conforme NR 13/09/93	21
13/09/93	está cumprindo NR 09/11/93	21
09/11/93	OK CUMPRIU	21
05/11/93	notificação por 20 dias a retirar 3 porcos e desativar o chiqueiro NR 25/11/93	21
09.12.93	notificado a diminuir a quantidade de porcos (07 adultos e 16 leitões) deixar apenas 02, mantendo o chiqueiro e o galinheiro sempre limpo e a lavagem adequada. NR. 29.12.93	21
05.01.94	OK. Cumpriu	18

A explicação para esse tipo de ocorrência é simples. O criador utiliza-se do tempo necessário para a engorda dos porcos e vai protelando o cumprimento das notificações até que os animais estejam “no ponto” de venda. Geralmente, isso ocorre entre novembro e fevereiro, data que coincide com as festas natalinas e do ano novo, particularmente no que se refere à grande quantidade de leitões.

Em várias fichas, havia anotações como: “Pedi prazo p/ dezembro”, “Dei prazo até o natal p/ matar e ã colocar outro; “pediu prazo até 15/01/93”

O Sr. Juscelino esclarece essa questão do Natal:

“no primeiro ano eu vendi a base de uns 20 porco. Vendia mais no fim de ano né. Ano passado eu vendi quase 100, entre capado e leitão, assim, do natal até o ano novo. Agora, pur exemplo, vai chegar um bucado de porco prá mim, que tem um amigo meu, fazendeiro que cria lá na fazenda e agora nessa época ele me vende e eu trago prá cá porque o povão já acostumou. (...) durante o resto do ano fica ‘pingando’, cê entende? Agora do dia 20 de dezembro até o início de janeiro vende que nem água”.⁽³⁸⁾

Conjugadas à questão do final de ano, outras três explicações para o cumprimento das notificações com o posterior retorno do “problema” são, também, possíveis: uma reside no fato dos criadores burlarem a fiscalização, retirando os porcos – geralmente, para uma chácara de um amigo ou compadre – dias antes do retorno marcado do fiscal, e trazendo-os depois da visita realizada por ele:

O fiscal foi lá... tirei os porcos no dia que o fiscal foi! O fiscal oiô, oiô, oiô, num tinha porco nenhum... vortei os porcos pra trais! O fiscal foi embora, eu vortei os porcos pra trais (...).⁽³⁹⁾

³⁸ Sr. Juscelino.

³⁹ Sr. Reinor.

Uma segunda explicação refere-se à possibilidade do fiscal ser subornado pelo criador como argumenta, indignado, o Sr. Reinor:

“Mais como açoguero já sabe que ele vigia, o açoguero compra ele! Todo mês dá um pernil pra ele comê. Ele vai lá e o açoguero mata porco, mata vaca, tudo escondido aí no mato e traiz pra dentro do açogue e fiscal nenhum vai lá pegá ele. Porque? É porque ele já comprô o fiscal (...) Eu mesmo morava de pareia cum açoguero... o chiquero dele era aquele “urro” de porco! A divisa dele... a minha divisa cum ele era só o muro aí, ó! De lá era dele e de cá era meu. (...) intão ele [o fiscal] tá ali, diara ele me amolava! Um dia eu amanheci com o saco desse tamanho e ele chegô. Eu disse: _ é hoje! hoje você vai ganhá o seu! Ele chegô oiô, eu falei: _ Ó sô, eu vou te tirá ocê da prefeitura heim! Ocê para de vim mi enchê o saco aqui cum meus porco, porque ocê ganha aí do açoguero todo mês ou toda semana um pernil, pra você cumê!... assadin ou da manera qui ocê quizé... Ele traiz porco da roça aí a vontade, aquele porco duente, ele mata, ocê num diz nada né? Mais como eu ingordo meus porco aqui e num te dou o pernil, você vem! eu vou te entregá também (...) você sente dor também uai! Vou na prefeitura uai! _ “não sô”... cabo o papo! Num me amolô mais”.⁽⁴⁰⁾

A argumentação do Sr. Reinor procede, uma vez que é comum nas fichas de cadastro/controlado o fato da mudança de fiscal coincidir com o retorno do problema. Ou seja, está presente, nesse fato, a possibilidade de que um fiscal corrompido anotava o “cumprimento” das notificações em troca do seu “pernilzinho semanal”, e ao mudar de área, deixava o flanco aberto para o outro fiscal.

⁴⁰ Idem.

Uma terceira possibilidade verificada nas fichas de cadastro é que, devido à camaradagem de alguns fiscais (para não dizer que fui implacável com todos), diante de determinadas situações, fariam vistas grossas ao “problema” denunciado por algum vizinho. Lembrando que, antes de mais nada, a relação entre o fiscal e o criador é uma relação humana, essa possibilidade é real. Aliás, dentre os ambulantes, alguns relataram que certos fiscais “*são gente boa e fingem que não estão vendo a gente*”. As fichas a seguir corroboram, também esse fato:

RETORNOS		
DATA	SITUAÇÃO ENCONTRADA	N.º do Ag. Sanitário
01.10.85	REXINOL 2, VAI FIZAR COM 1 ATE LOVA NITLA MACA (PRECISA DO PORCO P/ SOBREVIVER)	504.

RETORNOS		
DATA	SITUAÇÃO ENCONTRADA	N.º do Ag. Sanitário
20.01.88	Nº cumprimento NR. 29/01/88	06.
12.04.88	mulas 3 feição um caudi cels para velhos. precisa a b paraplegico; vão matar - lo no fim do mês. OBS. A guardar N.º da doença	06.

As anotações não deixam dúvida. Os fiscais sensibilizaram-se diante da situação daqueles moradores. Infelizmente, o poder público, que achou desde 1983 esses criadores, não conseguiu enxergar que **todos** os criadores, e não só o parapléxico ou o outro, talvez muito pobre, “**precisa do porco p/sobreviver**”. Esse poder público não foi capaz de “solucionar” o “saneamento” da cidade sem que os ambulantes/camelôs e produtores de horti-fruti-granjeiros fossem atormentados, anos a fio, até que muitos desistissem da atividade que, para alguns, era seu único

ganha pão, para outros, uma maneira de complementar o orçamento familiar; para todos, um modo de vida constituído de valores, de visões de mundo diferenciadas.

Como se viu, esses valores sofreram um duro ataque na década de 80 com a implantação da Vigilância Sanitária. Entretanto as práticas, os costumes que consubstanciaram esses valores permaneceram, migrando de lugar, remodelando o espaço da cidade, resistindo em determinadas áreas mais que em outras.

Os ambulantes/camelôs, ocupando o centro, transformando-o, na visão de muitos políticos locais, em “*um verdadeiro mercado persa*”.

Na visão do trabalhador, esse centro é apenas um espaço público que pode e deve ser apropriado para o trabalho digno e honrado, pois isso “*tá garantido na constituição federal*”, como enfatizou, de punhos cerrados, durante a entrevista, o ambulante/camelô Aguinaldo. Ou, como quer o Sr. Osmar, “*é melhor ser camelô pobre, mas honesto que ser rico fazendo ‘banduleragem’*.”

Na imprensa, foi possível verificar que, apesar da tentativa de controle férreo da prefeitura, os ambulantes souberam estabelecer redes de relações que permitiram a sobrevivência da atividade no centro da cidade.

“(...) para tentar paralisar esse comércio paralelo, vereadores de Uberlândia enviaram um projeto ao Sindicato do Transporte Alternativo e de Lotação do Triângulo Mineiro (Sintal), com o objetivo de diminuir o valor da tarifa para com isso combater a venda clandestina de vales e passes. (...) Esse mercado pode gerar mensalmente uma receita de R\$ 3000 a R\$ 500. a maioria alega que está nesse setor devido à falta de emprego (...) ‘depois que sofri uma lesão nos olhos, fiquei praticamente incapacitado de trabalhar em serviço pesado, então para não roubar resolvi vender os vales’, argumenta. (...) ‘Eu compro, na maioria das vezes, a R\$ 0,80 e vendo a R\$ 0,85’, explica um outro vendedor que também preferiu não ser identificado (...) ‘Eu trabalhava como cobrador, fui despedido e a opção que encontrei foi me tornar

vendedor ambulante’, disse.(...) ‘Tenho quatro filhos para cuidar. Preciso trabalhar de alguma forma. O que vou fazer, roubar?’ questiona irritado. Um comerciante, que preferiu o anonimato, disse que colocou em sua loja uma placa anunciando a compra e venda de vales para aumentar a renda no fim do mês. ‘Tinha um funcionário que vendia para mim na Praça Tubal Vilela, mas ele resolveu trabalhar por conta. Agora vendo em minha loja. Consigo faturar, às vezes, um salário mínimo por mês’, esclarece. De acordo com a Dona de casa, Lilia Isabel da Cunha, vale a pena comprar os passes no mercado paralelo. ‘Uso quatro ônibus por dia e, ao fazer as contas, constatei que comprando passes mais baratos posso economizar mais de R\$ 20,00 por mês’, avalia”⁽⁴¹⁾

A transcrição extensa (que não está na íntegra) fez-se necessária devido a riqueza de informações da fonte.

Por meio dela, averigua-se não só o desejo de controle dessa atividade, por parte dos poderes constituídos, mas, principalmente, como os trabalhadores criam estratégias de sobrevivências a partir de uma complexa rede de relações.

Essa rede envolve os motoristas do “transporte alternativo”; os vendedores de passe; os trabalhadores em geral que vendem os passes por um preço mais baixo pois são recebidos com desconto nas empresas onde trabalham, usando esse expediente como uma forma de complementar os baixos salários; outros trabalhadores, como a dona de casa mencionada na reportagem, que compram os passes; os estudantes, que adquirem os passes mais baratos; o dono da loja, que, num primeiro momento proporcionava trabalho a um vendedor de passes, e outros vínculos que, possivelmente, a pesquisa não revelou.

Muitos ambulantes que vendiam diversos tipos de mercadorias passaram a vender vale transporte como uma forma de evitar de terem suas mercadorias apreendidas. Mesmo que essa modalidade de venda também esteja

⁴¹ Jornal CORREIO , 08/02/2000, p. B1.

sendo ameaçada, face à eminente implantação das catracas eletrônicas, o trabalhador aponta para a resistência:

(...) se ele tivé [o ambulante] traquejo, ele vai vencer isso daí também, num adianta (...) pur exemplo, o cartão eletrônico pra transporte, pro usuário... o que que vai trazê? Vai trazê mais dificuldade prá muitas pessoas (...). Um levantamento tem que ser feito de uma maneira de evolú, mas não de acabá. (...) que vai mudá esse sistema pra podê acabá com os ambulantes, isso é errado! É a mesma coisa de você chegar... uma direção de uma loja grande, chegá e falar que vai montar um esquema porque tá tendo vendedor ambulante que vende roupa (...) creio eu que ele não pode fazer isso. (...) o que que vai acontecer? Vai aumentar os vendedor ambulante, porque nós temos im torno de 1500 ônibus rodando dentro de Uberlândia, então ali tem 1500 pessoas trabalhando de trocador, então eles já tão no ramo [dando a entender que os trocadores serão demitidos e se tornarão ambulantes](...).⁽⁴²⁾

Quando o Sr. Osmar diz que “*um levantamento tem que ser feito de maneira a evolú*” está implícita em sua fala uma noção de progresso bem diferente daquela pensada pelas elites.

Um progresso que signifique condições de vida e de trabalho dignas, já que por “levantamento” ele entende o planejamento da cidade. Um planejamento que não casse o seu direito de usar os espaços da cidade de acordo com os seus interesses.

Fica expresso, também, o desejo de resistência quando ele afirma que, independente das catracas eletrônicas, eles continuarão trabalhando, talvez, vendendo os cartões eletrônicos. Não é possível prever se eles conseguirão, mas já deram provas que sim, visto que os passes escolares (nominais), tendo sido

⁴² Sr Osmar L. Silva, amasiado, 52 anos, pai de dois filhos, originário do meio rural no município de Conquista/MG, vive em Uberlândia desde 1971. Sua “opção” em se tornar ambulante de deveu ao fato de ter tido um AVC (acidente cardiovascular), que, tendo deixado seqüelas, o obrigou a aposentar-se por invalidez.

criados com o mesmo objetivo, são trocados tranqüilamente pelo “transporte alternativo”.

Os produtores de horti-fruti-granjeiros espalhando-se pela cidade, impregnaram no espaço urbano modos de viver e trabalhar que não deixaram morrer o passado rural dos seus habitantes. Em seus quintais, o testemunho de um modo de viver que se recusa a morrer. Há aqueles que, como disse a Sr^a Aparecida, “querendo manter aquele quadro que se tinha na roça”, criam os animais à solta, como se ainda vivessem na roça.

Anotações nas fichas de cadastro/controlado como “notificado manter animais fechados”; 7 porcos e 17 leitões estão soltos no quintal ou ainda como nas fichas a seguir foram recorrentes:

RETORNOS		
DATA	SITUAÇÃO ENCONTRADA	N.º do Ag. Sanitário
20/11/89	Retirou porcos, faltam codornas e patos NR 26/11/89	06
29/11/89	Existe 1 porco NR 27/12/89	17
05/02/90	Ainda resta 1 leitão e não retirou patos e galinhas marecos, pombos, que com excesso de codornas as demais aves ficam soltas no quintal. PASSAR P/FERNANDO	14
09/02/90	Aguardar nova reclamação, esse o mesmo não ter providenciado as melhorias, notifica-lo prazo de 10 dias e multá-lo	06

RETORNOS		
DATA	SITUAÇÃO ENCONTRADA	N.º do Ag. Sanitário
12.08.95	Notif. a retirar os animais (patos (25), galinhas (±50), cavalo (01), porcos (04). Não deixar esterco acumulado, manter o imóvel organizado e higienizado (20 dias)	David
13.09.95	Cumprir	Arnaldo

A profusão de animais que aparece nessas fichas dá uma idéia de como determinados modos de vida foram mantidos, ou parcialmente mantidos. Revela também uma cidade não-higienizada, muito diferente daquela pretendida e alardeada pela imprensa e pelos poderes públicos.

Revela, ao mesmo tempo, a capacidade de resistência e de adequação dos trabalhadores aqui estudados. Sua versatilidade diante do novo, do inesperado. Demonstra a capacidade de se articular, manobrar, mover-se na teia urbana de forma a não se deixar enredar pelos ditames daqueles que se consideram os donos da cidade.

E por falar em “versatilidade”, não poderia encerrar esse capítulo sem trazer à tona esse registro:

RETORNOS			N.º do Ag. Sanitário
DATA	SITUAÇÃO ENCONTRADA		
09/09/91	FOI NOTIFICADO A RETIRAR OS PORCOS /03/ QUE ESTÃO DENTRO DE UMA CARROCERIA DE CAMINHÃO AO LADO DO Nº CITADO, TERRENO BALDIO.		
	NR 24/09/91		21
24/09/91	NÃO Cumprir NR 10/10/91		11
10/10/91	OK Cumprir		01

Por que gastar tempo e dinheiro com a construção de um chiqueiro se havia um ali, abandonado, bem à disposição? Essa atitude de apropriação do espaço, ao meu ver, sintetiza, simbolicamente, a trajetória desses trabalhadores, no sentido de terem demarcado territórios na cidade, apropriado-se de espaços, imprimido valores.

Disputaram palmo-a-palmo os espaços da cidade. Reivindicaram, por meio de suas ações, o direito à cidade. o direito de ir e vir, o direito de trabalhar. O direito à liberdade como expressou o ambulante/camelô

Aguinaldo: *“trabalho na rua porque quero ser como um passarinho, não preciso dar satisfação a nenhum secretário”*.⁽⁴³⁾

Na disputa pelo centro da cidade, os ambulantes demonstraram também sua capacidade de resistência e adequação. Apenas um mês após terem sido expulsos da Praça Tubal Vilela já é possível vê-los aglomerados, praticamente em mesmo número em outra praça da cidade, conhecida popularmente como “Praça do fórum”. Distante apenas algumas quadras da Praça Tubal Vilela e da qual, inclusive, já haviam sido expulsos anos atrás. Outros se aglutinaram na “Praça do Museu”. Outros, ainda, substituíram a mercadoria que vendiam pelos vales-transporte e continuaram na Tubal Vilela.

Na disputa pelo espaço de seus próprios quintais os produtores/comerciantes de hoti-fruti-granjeiros demonstraram que é *“mais fácil vergar do que quebrar”*⁽⁴⁴⁾.

Nos deslocamentos constantes, nos abaixo-assinados solicitando o apoio do vizinho, na “espera do natal” para o abate dos porcos, expressou-se a vontade de resistir. O desejo de não desistir de um modo de viver que foi aprendido dos pais. Aprendido na lida árdua na roça e que, apesar da agrura, é sentida também como um prazer: *Agora, de fato dá trabaio, aquilo dá muito trabaio memo. Mais prá quem num liga prá trabaio, aquilo é diversão! Eu sei que prá mim é diversão!*⁽⁴⁵⁾.

Indagado sobre qual era a atividade de lazer que mais lhe proporcionava prazer, o Sr. Reinor não titubeou. Respondeu sem pestanejar, com uma sonora gargalhada: *“cuidar dos meus porquinho”*. A não distinção entre trabalho e lazer dá a noção do quanto é significativo para esses trabalhadores a manutenção de tais modos de viver.

⁴³ Sr. Aguinaldo. Referindo-se ao Secretário de Serviços Urbanos.

⁴⁴ Expressão muito utilizada tanto pelo Sr. Reinor quanto pela Sr^a Aparecida.

⁴⁵ Sr. Reinor Ramalho.

Mesmo que modificados devido à interferência externa dos poderes públicos e da especulação imobiliária, reelaborados devido à necessidade interna de se “ajustar” a uma nova realidade, o apego a esses modos particulares de viver e trabalhar na cidade leva-me a pensar que é possível uma cidade diferente desta em que vivemos. Que é possível acreditar que os “projetos vencidos”, algum dia possam ser reelaborados, rearticulados. Acreditar na possibilidade de reconstruir “*o presente e o futuro através de uma compreensão diferente de um passado que nos deu forma e nos facina*”⁽⁴⁶⁾

⁴⁶ WILLIAMS, Raymond. O CAMPO E A CIDADE: NA HISTÓRIA E NA LITERATURA. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 409.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“cada momento do passado não contém apenas a semente de um futuro pré-determinado e inescapável, mas sim a de toda uma diversidade de futuros possíveis, um dos quais pode acabar convertendo-se em dominante, por razões complexas, sem que isso signifique que é o melhor nem, por outra parte, que os outros estejam totalmente descartados”.

(Josep Fontana. HISTÓRIA: ANÁLISE DO PASSADO E PROJETO SOCIAL)

A saudade, a vontade de manter aquele “quadro” do passado. O desejo de que o espaço da cidade seja, efetivamente, público. Maneiras de viver, usar e perceber a cidade de Uberlândia. Muitas vezes, maneiras bem diferentes daquela pensada e propagada pelas elites. Outras vezes, duas imagens que se sobrepõem, confundem-se.

O movimento das práticas que acompanham as pessoas, os embates por determinados projetos de cidade, que se expressam das mais variadas formas. Resistências, acomodações, trajetórias as mais variadas, percepções, às vezes, contraditórias, às vezes, claras, outras vezes, confusas. Esse o emaranhado da teia urbana tecida pelas ações dos sujeitos sociais na cidade de Uberlândia.

Cidade, para uns, espaço urbano para outros. Em uma e noutra concepção, eleita como locus privilegiado da reprodução capitalista. Geralmente, é assim que a cidade moderna é caracterizada. Esse espaço revelou-se, no desenrolar desta pesquisa, a mim, muito mais que isso. Revelou-se, primordialmente, como um local de relações e experiências humanas.

Por meio dos documentos orais, dos documentos jornalísticos, da documentação do poder público, foi possível percorrer alguns dos caminhos trilhados pelos sujeitos sociais nesta cidade, nas últimas três décadas. Digo

alguns, pois muitos outros se delinearão no transcorrer da pesquisa e, consciente da impossibilidade de investigá-los todos, vi-me obrigado a defrontar-me com aquele momento doloroso para qualquer pesquisador: delimitar, recortar...

Mesmo nos caminhos “delimitados” para prosseguir na investigação, muitos elementos foram apenas delineados. Vários percalços, em muitos momentos, praticamente definiram os rumos da pesquisa. A lida com a documentação, em uma cidade como Uberlândia, não é tarefa das mais gratificantes para um pesquisador. Os acervos mal estruturados levam-nos, muitas vezes, a perder tempo precioso.

Foi assim, por exemplo, em relação à documentação da Vigilância Sanitária. Essas fontes não estavam disponíveis no Arquivo Público Municipal e muito menos na Divisão de Vigilância Sanitária, seu local de origem.

Passei meses procurando localizá-la, até que finalmente, graças – apenas – às minhas relações pessoais no interior da Prefeitura, consegui saber que ela estaria no “Arquivo Intermediário”, oficialmente denominado de Arquivo Geral da Prefeitura Municipal de Uberlândia e mais conhecido entre os funcionários da casa como “Arquivo Morto”⁽¹⁾. Praticamente, toda a documentação da Prefeitura Municipal de Uberlândia encontra-se nesse arquivo, e poucos pesquisadores têm acesso a essa informação, ou melhor essa informação não é disponibilizada no Arquivo Público. Diga-se de passagem, este é vinculado à Secretaria de Cultura enquanto o Arquivo Geral é subordinado à Secretaria de Administração, não havendo, aparentemente, um intercâmbio entre ambos.

Outros documentos, as fichas de contribuição de ISS e ISQN, estavam no Arquivo Público, porém, fora do acervo. Encontrei-as, por acaso, graças a uma colega pesquisadora, que, por ser “abelhuda”, tem a

¹ Consegui essa informação quando faltavam apenas três (3) meses para a apresentação dessa Dissertação.

mania de “vasculhar” qualquer caixa velha que contenha mais de meia dúzia de ácaros. Ao colocar em prática essa “mania”, em um local chamado carinhosamente pelos funcionários de “o quartinho dos fundos”, onde se amontoavam caixas com documentação administrativa, plantas da cidade, jornais a serem restaurados e limpos, e demais documentos, ela retornou eufórica e me disse _ “eu vi umas fichinhas ali que falavam em chiqueiro”.

As “fichinhas” somavam aproximadamente 10.000 e, quando procurei informar-me sobre elas um funcionário me disse que elas estavam no “quartinho”, e não no acervo, pois deveriam ser devolvidas ao Arquivo Geral, porque, segundo ele, *“afinal, para que um historiador precisaria desse tipo de documento? Isso tem que voltar para o arquivo central para ser destruído”*. Esse mesmo funcionário, de outra feita, entregou-me um guia de consulta com a seguinte argumentação: *“agora vocês podem consultar nesse também. Ele estava “guardado” pois tinha o logotipo da outra administração, agora que ela voltou...”*⁽²⁾.

Esses são apenas alguns, dos muitos problemas encontrados pelos pesquisadores na cidade. Não poderia encerrar este trabalho sem fazer tal desabafo. Afinal, cabe também a nós, historiadores, considerar essa discussão sobre nossos acervos, uma vez que são nosso maior instrumental de trabalho.

Mas, voltando à questão dos caminhos não trilhados, um aprofundamento na análise da documentação da Vigilância Sanitária poderia esclarecer importantes questões referentes às formas pelas quais a cidade foi projetada nas últimas duas décadas, em termos de saúde pública, controle e saneamento do espaço público, e, principalmente, esclarecer sobre os deslocamentos de práticas populares, como a criação de animais no espaço da cidade.

² Esse fato ocorreu uma semana após a atual Administração Municipal tomar posse. O Guia havia sido elaborado quando de sua primeira gestão na década de 80. Ele ficou “guardado” por 12 anos.

As fichas de criatórios de animais, que contêm o nome e o endereço dos criadores, poderiam ser digitalizadas e, feito isso, com apenas uma pressão sobre uma tecla, ter-se-ia a localização do criador em outros endereços na cidade o que permitiria um mapeamento desse deslocamento. Assim, as possibilidades de investigação que se abririam seriam imensuráveis. Há, porém, um inconveniente: depois de tanto sofrerem a perseguição da Vigilância Sanitária, eles passariam a sofrer o assédio do pesquisador.

Outra possibilidade que essa documentação oferece, com base nas fichas cadastrais, nos relatórios anuais e nos talonários de reclamações (aproximadamente 3.500), seria traçar perfis dos reclamantes (aqueles que denunciam os criadores) e dos criadores e investigar as relações estabelecidas entre criadores e denunciante. Investigar, também, a relação dos criadores com os fiscais. Pesquisar o tempo de permanência de um criador, ou grupo de criadores, em um mesmo local mapeando o significado das resistências e das estratégias para permanecer utilizando-se do espaço público. Enfim, como já disse, as possibilidades são imensuráveis.

Sobre o que já foi escrito sobre a cidade de Uberlândia, premido pelo tempo, ou melhor dizendo, pela falta deste, também fui obrigado a “delimitar” minhas leituras. Deixei para trás, conscientemente, os trabalhos dos denominados “memorialistas” locais. Por um lado, porque já foram exaustivamente analisados pelos trabalhos produzidos na academia, ora recebendo críticas contundentes, ora sendo quase que reverenciados por essa instituição.

O fato certo é que muito já foi escrito tomando-se como referência a memória registrada por esses “memorialistas”, e, nesse sentido, cotejando-se os trabalhos mencionados, indiretamente, tem-se acesso a esses intelectuais da cidade que já foram denominados – muito deselegantemente – de “historiadores amadores”.

Penso que o mais importante é deixar claro quais memórias, pertencentes a qual classe social queremos registrar na história e na historiografia da cidade. Assim pensando, ao registrar aqui parte da memória dos trabalhadores na cidade de Uberlândia, contrapondo-a a uma memória dominante referenciada na “cidade progresso”, estava também defendendo que:

“abandonadas nas bifurcações em que se fez uma escolha – nas encruzilhadas em que se escolheu um ou outro caminho –, ou entre a bagagem dos que foram derrotados pelos vencedores que depois escreveram a história para legitimar o seu triunfo, há muitas coisas que vale a pena recuperar”⁽³⁾

Investigar a cidade enfocando os modos de viver dos ambulantes/camelôs e dos produtores/comerciantes de horti-fruti-granjeiros foi um exercício gratificante, porquanto pude perceber que esta cidade, longe de ser apenas uma “cidade progressista”, é, também, um espaço onde os costumes e as tradições dos trabalhadores, apesar – e contra – os esforços das elites locais, permanecem. Muitas vezes, disfarçadas: um dos criadores, que tem lá suas 20 vaquinhas que ficam em um “*pastinho de um amigo, numa chacinha aqui perto*” trás duas ou três vacas “*prá cidade*” mantendo-as em um terreno baldio e as ordenha todos os dias vendendo o leite aos seus vizinhos.

Entendo que, na trajetória de suas experiências contextualizadas na luta pelo direito à cidade, os trabalhadores com os quais me deparei, na pesquisa, demonstraram uma capacidade ímpar de lidar com as adversidades que aqueles que vivem-do-trabalho enfrentam cotidianamente.

Em contrapartida às imposições dos poderes instituídos, souberam desenvolver estratégias que sem confrontá-las abertamente, mas, ao contrário, esgueirando pelos meandros dos vínculos estabelecidos com a

³ FONTANA, Josep. *HISTÓRIA: ANÁLISE DO PASSADO E PROJETO SOCIAL*. Bauru-SP: Edusc, 1998. p. 277.

vizinhança, ou mesmo com os fiscais desses poderes⁽⁴⁾, puderam burlar a tentativa de controle. Aos ataques da imprensa fizeram ouvidos moucos, até porque, desse instrumento de poder, principalmente, a imprensa escrita, esses trabalhadores sempre estiveram distantes, mas, quando questionados diretamente por essa mídia, deixaram claro os motivos pelos quais estiveram disputando o espaço público. O motivo principal: lutar pelo direito à cidade que eles também construíram. A cidade que revela, tanto nas suas vias e logradouros públicos quanto nos espaços privados, as marcas indeléveis desses sujeitos.

⁴ É conveniente ressaltar que esses também são trabalhadores e que, por mais que as circunstâncias os coloquem em campos opostos, a solidariedade entre trabalhadores sempre foi um forte elemento de coesão social e que, muitas vezes prevalece sobre questões circunstanciais.

FONTES UTILIZADAS

DOCUMENTOS DA PREFEITURA MUNICIPAL

Prefeitura Municipal de Uberlândia, **LEI Nº 4.230 DE 05 DE NOVEMBRO DE 1985**. p. 03.
“Regula o Comércio Ambulante e Atividades Afins e dá Outras Providências. PMU/APM.

Prefeitura Municipal de Uberlândia. **PROJETO DE LEIS/Nº, S/D**, anexado à Lei nº 4.230.

Prefeitura Municipal de Uberlândia. **ATA DA CÂMARA MUNICIPAL** de 26 de março de 1987, livro 157.

Fichas de contribuição de ISS e ISQN: Prefeitura Municipal de Uberlândia – Seção de Indústrias e Profissões. Arquivo Público Municipal.

PMU/Arquivo Geral/Documentos da Vigilância, caixa nº 10, **FICHAS DE CADASTRO DE CRIATÓRIOS DE ANIMAIS**.

PMU/Arquivo Geral/Documentos da Vigilância, caixa nº 03, **RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA SEÇÃO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA**.

GOULART, Flávio A. de Andrade; AMBRÓSIO, M. Ribeiro e BORGES, Ricardo P. **MORTALIDADE EM UBERLÂNDIA-MG, NAS DÉCADAS DE 60 E 1970**. Uberlândia/MG: UFU/PMU, s/d.

JORNAIS

Jornal **CORREIO e CORREIO DE UBERLÂNDIA**.

O Jornal Correio de Uberlândia (atualmente Correio) foi pesquisado todos os números de 1970 até 1985, sem interrupção; de 1990 à 1993; e de 1997 à 2001.

Jornal **PRIMEIRA HORA**.

Foi pesquisado todos os números entre os anos 1983 e 1987.

Jornal **O TRIÂNGULO**.

Foi pesquisado apenas o ano de 1985.

FONTES ORAIS

1. **Sr^a. Nilcimar**, 38 anos, natural de Ituiutaba-MG. Mora na cidade há 22 anos e trabalha como Ambulante/Camelô há 16 anos. Casada, mãe de 3 filhos, a filha mais velha e o marido trabalham junto com a mesma. Entrevista realizada no 1º semestre de 2001.
2. **Sr. Reinor Ramalho**, Natural de Uberlândia (zona rural), 73 anos de idade, casado pela segunda vez, pai de 6 filhas, sendo 3 falecidas ainda crianças. Trabalhou como guarda noturno desde que veio definitivamente para Uberlândia, em 64, tendo exercido, paralelamente, a atividade de criação de porcos até o presente momento. Entrevista realizada no 1º semestre de 2001.
3. **Sr. Alcindo Batista dos Santos**, 71 anos, amasiado, pai de 5 filhos, atualmente aposentado. Mora em Uberlândia há 23 anos. Mesmo aposentado continuou na atividade de vendedor ambulante e parou recentemente, no início de 2000, devido a problemas de saúde. Entrevista realizada no 1º semestre de 2001.
4. **Sr^a. Maria Aparecida Martins Caetano**. 59 anos, casada, mãe de 5 filhos. Natural de São Gotardo, migrou por várias cidades antes de se estabelecer em Uberlândia em 1979. Durante os últimos 20 anos criava sempre de 3 a 4 porcos e, tendo esses procriado, vendia os leitões ao final de cada ano. Criava também uma média de 30 a 40 frangos e os vendia abatidos e prontos para o consumo, além de comprar frangos já abatidos que repassava aos consumidores. Entrevista realizada no 1º semestre de 2001.
5. **Sr. Osmar L. Silva**, amasiado, 52 anos, pai de dois filhos, originário do meio rural no município de Conquista/MG, vive em Uberlândia desde 1971. Sua “opção” em se tornar ambulante se deve ao fato de ter tido um AVC (acidente cardiovascular) que, tendo deixado seqüelas, o obrigou a aposentar-se por invalidez. Entrevista realizada no 1º semestre de 2001.
6. **Sr. José Aginaldo**, 40 anos, solteiro, 5 filhos. Natural de Itapuã. Vive há 36 anos em Uberlândia. Ambulante/camelô. Entrevista realizada no 1º semestre de 2001.
7. **Sr. Pablo Emílio Ferreira**, 23 anos, casado, pai de 3 filhos. Natural de Belo Horizonte-MG. Vende Passe de ônibus na Praça central da cidade. Sua esposa também exerce a mesma atividade. Entrevista realizada no 2º semestre de 2000.
8. **Sr. Marcos Bernardes de Assis**, 32 anos, solteiro, natural de Uberlândia e seus pais de Ituiutaba/MG. Trabalha como Ambulante/Camelô há 6 anos. Entrevista realizada no 2º semestre de 2000.
9. **Sr^a. Maria Rizza de Andrade**, 78 anos, casada, 2 filhas. Natural de Conquista-MG. Está em Uberlândia há 32 anos. Sobrevive, junto com o marido, da plantação de hortaliças. Entrevista realizada no 2º semestre de 2001.
10. **Sr. Juscelino Pereira Souza**, 44 anos, casado, 2 filhos. Natural de Serra Dourada-BA. Migrou para Ituiutaba-MG, e, veio para Uberlândia há 30 anos. É proprietário de um lote

de 6.000² no setor de chácaras Morada Nova onde cria vacas, porcos e galinhas. Entrevista realizada no 2º semestre de 2001.

11. Sr. Django Alves da Silva, 30 anos, casado, 4 filhos. Natural de Currais Novos-RN. Está na cidade apenas há 3 anos. Vendedor Ambulante. Entrevista realizada no 1º semestre de 2001.

12. Sr. Gerson Ferreira Rocha, 40 anos, casado, 3 filhos. Compadre do Sr. Django. Natural de Contenda-BA. Vendedor Ambulante. Está na cidade há 7 anos. Entrevista realizada no 1º semestre de 2001.

13. Sr. Orlando Rodrigues, 38 anos, casado, 3 filhos. Natural de Unaí-MG. Está na cidade há 18 anos. Proprietário de sacolão e plantador de hortaliças. Entrevista realizada no 2º semestre de 2001.

Obs.: Foram realizadas 18 entrevistas consideradas válidas com 13 Trabalhadores. Dois outros trabalhadores concederam entrevistas que foram descartadas.

BIBLIOGRAFIA

- ANTUNES, Ricardo. **ADEUS AO TRABALHO?:** ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho, 2ª ed., SP, Cortez, 1995.
- _____. **OS SENTIDOS DO TRABALHO.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2000.
- BIHR, Alain. **DA GRANDE NOITE À ALTERNATIVA:** o movimento operário europeu em crise. São Paulo: Boitempo Editorial, 1998.
- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **CIDADE DE MUROS: CRIME, SEGREGAÇÃO E CIDADANIA EM SÃO PAULO.** São Paulo: Editora 34/Edusp, 2000.
- CAMARGO, Aspasia Alcântara de. “História oral: técnica e fonte histórica”. In: **PROGRAMA DE HISTÓRIA ORAL:** catálogo de depoimentos. Rio de Janeiro: FGV/INDIPO/CPDOC, 1981.
- CARLOS, Ana Fani A. **A CIDADE.** São Paulo: Contexto, 1992.
- CARMO, Luiz Carlos do. **FUNÇÃO DE PRETO: TRABALHO E CULTURA DE TRABALHADORES NEGROS EM UBERLÂNDIA/MG, 1945/1960.** Dissertação de Mestrado, São Paulo: PUC/SP, 2.000.
- CASTELLS, Manuel. **A QUESTÃO URBANA.** Trad. Arlene Caetano, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- CHALHOUB, Sidney. **CIDADE FEBRIL: CORTIÇOS E EPIDEMIAS NA CORTE IMPERIAL.** São Paulo: Cia das Letras, 1996.
- COSTA, Emília Viotti da. **A Dialética Invertida: 1960-1990.** In: **REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA:** Brasil 1954-1964. São Paulo? ANPUH/Marco Zero, vol. 14, nº 27, 1994.
- COUTO, Ana Magna Silva. **TRABALHO, QUOTIDIANO E SOBREVIVÊNCIA: CATADORES DE PAPEL E SEUS MODOS DE VIDA NA CIDADE – UBERLÂNDIA 1970-1999.** Dissertação de Mestrado, São Paulo: PUC/SP, 2.000.
- CRUZ, Heloísa de Faria. **NA CIDADE, SOBRE A CIDADE:** Cultura letrada, periodismo e vida urbana – São Paulo 1890/1915. Tese de Doutorado. São Paulo: FFLCH/USP, 1994.
- FENELON, Déa Ribeiro. “O historiador e a cultura popular: história de classe ou história do povo?” In: **HISTÓRIA PERSPECTIVA.** Nº 6, Uberlândia, Gráfica da UFU, jan./jun. 1992.
- FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaina. (orgs.) **USOS E ABUSOS DA HISTÓRIA ORAL.** Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.

- FONTANA, Josep. **HISTÓRIA: ANÁLISE DO PASSADO E PROJETO SOCIAL**. Bauru-SP: EDUSC, 1998.
- HOBSBAWM, Eric J. **MUNDOS DO TRABALHO**. São Paulo, Paz e Terra, 1988.
- MACHADO, Maria Clara T. **A DISCIPLINARIZAÇÃO DA POBREZA NA SOCIEDADE BURGUESA: Assistência Social Institucionalizada Uberlândia. 1965-1980**. São Paulo: dissertação de mestrado em História apresentada ao FFLCH/ USP, 1990.
- NASCIMENTO, Vilma Maria. **TRABALHO ÁRDUO E LIBERDADE: O COTIDIANO DOS VENDEDORES AMBULANTES EM SALVADOR (1968-1990)**. Dissertação de Mestrado. São Paulo: [s.n.], 1999.
- OFFE, Claus. **CAPITALISMO DESORGANIZADO**. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- PAOLI, Maria C. “Trabalhadores urbanos na fala de outros: tempo, espaço e classe operária brasileira.” In: **CULTURA & IDENTIDADE OPERÁRIA**. São Paulo: Marco Zero, 1987.
- PEDRÃO, Fernando. **RAÍZES DO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO**. São Paulo/Salvador: Hucitec/EDUFBA, 1996. p. 224.
- PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. **A CIDADE SOBRE OS OMBROS: TRABALHO E CONFLITO NO PORTO DE MANAUS, 1889-1915**. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 1999.
- RODRIGUES, Jane de F.S. **TRABALHO ORDEM E PROGRESSO: uma discussão sobre a trajetória da classe trabalhadora uberlandense - setor de serviços- 1924-1964**. São Paulo: USP, Dissertação de Mestrado, 1989.
- SCHMIDT, Benício & Farret, Ricardo. **A QUESTÃO URBANA**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1986
- SHARPE, Jim. “A História Vista de Baixo, in: BURKE, Peter (org.) **A ESCRITA DA HISTÓRIA: NOVAS PERSPECTIVAS**, São Paulo: UNESP, 1992. p.54
- SILVA, Eduardo. **AS QUEIXAS DO POVO**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SIMONINI, Giselda C. da Silva. **TELEFONIA: RELAÇÃO EMPRESA E CIDADE 1954-1980**. São Paulo: dissertação de mestrado apresentado ao Programa de Pós Graduação da PUC/ SP, 1994.
- SOARES, Beatriz Ribeiro. **UBERLÂNDIA: DA CIDADE JARDIM AO PORTAL DO CERRADO - IMAGENS E REPRESENTAÇÕES NO TRIÂNGULO MINEIRO**. (Doutorado), São Paulo: FFLCH/USP, 1995.
- SOUZA, João Carlos de. **NA LUTA POR HABITAÇÃO: a construção de valores**. São Paulo: Educ, 1995.

THOMPSON, E. P. **A FORMAÇÃO DA CLASSE OPERÁRIA INGLESA**. Vol. I, II, II, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **COSTUMES EM COMUM**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. **A MISÉRIA DA TEORIA OU UM PLANETÁRIO DE ERROS**: uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

WILLIAMS, Raymond. **MARXISMO E LITERATURA**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

_____. **O CAMPO E A CIDADE NA HISTÓRIA E NA LITERATURA**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

ERRATA:

Página 52, § 4º: onde lê-se “século XVIII”, leia-se: século XIX.

Página 81, § 1º: onde lê-se “apontando, é claro, apontar os...”, leia-se: apontando, é claro os...

Página 104-105, nota 34: inclua-se “grifos meus”.

Página 116, nota 51: inclua-se “grifos meus”.

Obras que aparecem apenas no roda-pé. Inclua-se na Bibliografia:

ALMEIDA, Antônio de. Os Trabalhadores e Seus Espaços: cultura, experiência e cotidiano nos estudos históricos sobre identidade coletiva. In: MACHADO, Maria Clara T. & PATRIOTA, R. (Orgs) ... [et...al]. **POLÍTICA, CULTURA E MOVIMENTOS SOCIAIS: CONTEMPORANEIDADES HISTORIOGRÁFICAS**. Uberlândia: UFU, 2001.

Khoury, Yara Aun. **Narrativas orais na investigação da História Social**. 2000. Trabalho apresentado no I Seminário PROCAD – PUC-SP, São Paulo, 2000. Não publicado.

MARX, Karl & ENGELS, F. **A IDEOLOGIA ALEMÃ**. 11ª ed., São Paulo: Hucitec, 1999.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)